UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARCEL HENRIQUE BERTONZZIN

O sujeito contemporâneo no discurso de alguns autores da psicanálise

São Paulo
2016

MARCEL HENRIQUE BERTONZZIN

O sujeito contemporâneo no discurso de alguns autores da psicanálise

(Versão revisada)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração:
Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

Orientadora:
Profa. Livre-docente Marlene Guirado

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Bertonzzin, Marcel Henrique.

O sujeito contemporâneo no discurso de alguns autores da psicanálise / Marcel Henrique Bertonzzin; orientadora Marlene Guirado. -- São Paulo, 2016.

136 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise e cultura 2. Sujeito contemporâneo 3. Análise institucional do discurso I. Título.

BF175.4.C84

Nome: BERTONZZIN, Marcel Henrique

Título: O sujeito contemporâneo no discurso de alguns autores da psicanálise.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em:_____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição:_____Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição:_____Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição:_____Assinatura: _____

Agradecimentos

À professora Marlene Guirado, que acreditou que eu podia percorrer todo este caminho de pensamento e pesquisa, me apoiando durante todo o percurso.

Ao professor Nelson da Silva Júnior, tanto por sua arguição em meu Exame de Qualificação quanto pela constante disponibilidade em me auxiliar em tudo que estava a seu alcance. Sou principalmente grato por sua carta de recomendação que me permitiu realizar meu intercâmbio na França, origem desta dissertação.

Ao meu avô Enésio Conessa (*In Memoriam*), que me proporcionou uma infância em sua chácara onde, tenho certeza, criei as raízes de muito do que sou hoje.

Aos meus pais, Edson e Sueli, que me forneceram todo o suporte necessário ao meu desenvolvimento pessoal e profissional, em todos os sentidos. Também aos meus irmãos, Beatriz e Guilherme, que estiveram sempre dispostos a me ajudar quando precisei, especialmente meu irmão, com quem vivi parte da minha graduação e mestrado.

À Lívia que, já se vão muitos anos, me renova e estimula todos os dias com seu carinho e cuidado, sempre me apoiando em meu crescimento pessoal e profissional.

Ao grande amigo e companheiro de discussões sobre os mais variados temas, Thiago Abrantes, que possamos sempre nos apoiarmos mutuamente.

Aos amigos inestimáveis, Marcelo de Callis e Guilherme Peralta, que me acompanharam em viagens inesquecíveis e que, principalmente nos encontros de quinta à noite, me proporcionaram as melhores memórias que tenho de São Paulo.

Aos igualmente importantes amigos, Murilo Madalena, Rodrigo Moreno Palma e Daniel Rocha, companheiros na fabricação de cerveja, *hobbie* que, na companhia deles, me renovava as forças para a escrita desta dissertação.

Ao co-orientador de Iniciação Científica e amigo, José Henrique Benedetti Piccoli Ferreira, que me mostrou o que há de melhor para ser feito em São Paulo.

Ao grupo de orientandos pela leitura atenta, pelos comentários e pelas dissertações e teses que me indicaram sempre novos caminhos a serem percorridos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela Bolsa de Pesquisa concedida.

Não nos esqueçamos que as causas das ações humanas costumam ser inumeravelmente mais complexas e diversas do que depois sempre as explicamos, e raramente se delineiam de maneira definida.

(Fiódor M. Dostoiévski)

RESUMO

Bertonzzin, M. H. (2016). *O sujeito contemporâneo no discurso de alguns autores da psicanálise*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Com diversos trabalhos buscando compreender quais as mudanças ocorridas nas subjetividades ditas contemporâneas, buscamos delimitar o que diziam os autores que advogavam existir uma nova subjetividade nos tempos de hoje. Partindo de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema selecionamos de três autores (Joel Birman, Nahman Armony e Jean-Pierre Lebrun) um livro que analisamos detidamente buscando delimitar, em seus discursos, quais os lugares eram configurados para este sujeito, a cultura, a família, o psicanalista etc. Este trabalho analítico foi realizado segundo a Análise Institucional do Discurso (AID) que nos permitiu trabalhar os textos de um ponto de vista pragmático, o que, entre outras coisas, nos possibilitou tratar os autores psicanalíticos sem assumirmos os pressupostos da psicanálise. O trabalho alcançou resultados em duas frentes: mostrou algumas das estratégias discursivas utilizadas pelos autores para legitimarem suas conclusões e concluiu que o sujeito contemporâneo nestes autores é sempre descrito de forma naturalizada, como uma versão que tem algo a mais ou a menos que o "sujeito clássico" atribuído à época freudiana. Nos textos Birman e Lebrun a análise mostrou que o sujeito agora, nestes discursos, não teria mais aquilo que define o "sujeito de fato", enquanto no texto de Armony o sujeito é delineado como aquele que enfim pôde se desenvolver de forma plena, o "*borderline* brando". Para além das argumentações teóricas, tais conclusões são sustentadas pela construção de um lugar privilegiado para o autor, nos discursos analisados o lugar do autor é um lugar de fala privilegiado, o lugar de quem sabe o que diz, que vê "além das aparências", que é erudito, que é um clínico experiente; este lugar, mais que qualquer articulação teórica ou demonstração clínica, é o suporte das afirmações presentes dos textos analisados.

Palavras-chave: Psicanálise e cultura. Sujeito contemporâneo. Análise Institucional do Discurso.

ABSTRACT

Bertonzzin, M. H. (2016). *The contemporary subject in the discourse of some psychoanalytic authors*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

With several studies trying to understand which are the changes in contemporary subjectivities, we try to define what are saying the authors that advocate a new subjectivity in today's times. Starting from a brief literature review on the subject, we then selected a book from each of these three authors (Joel Birman, Nahman Armony and Jean-Pierre Lebrun) and carefully analyzed them seeking to delimit, in his speeches, which places were set for this subjectivity, culture, family, psychoanalyst and so on. This analytical work was carried out according to Institutional Discourse Analysis (IDA) which allowed us to work the texts of psychoanalytic authors without having to agree with the assumptions of psychoanalysis. The analysis achieved results on two fronts: showed some of the discursive strategies used by the authors to legitimize their findings and concluded that the contemporary subject these authors is always described in a naturalized way, as a version that has something more or less than the "classic subject" of Freud's time. In the texts of Birman and Lebrun, the analysis showed that the subject now, in these speeches, no longer has what defines the "real subject"; while in the text Armony, the subject is outlined as the one who finally was able to develop completely, the so-called "mild borderline". In addition to the theoretical arguments, such conclusions are supported by the construction of a privileged place for the author: in the speeches analyzed the place of the author is a privileged speech, the place of those who know what it says, that see "beyond appearances", that is well read, an experienced clinician; this place more than any theoretical articulation or clinical demonstration, is the support of the statements presented in the texts.

Keywords: Psychoanalysis and culture. Contemporary subject. Institutional Analysis of Discourse.

Sumário

1 - Introdução.....10

1.1 - Origens da pesquisa.....11

1.2 - Breve levantamento da bibliografia 12

1.2.1 – As novas subjetividades são efeito de diversas mudanças sociais, econômicas, familiares, midiáticas etc.....14

1.2.2 – As novas subjetividades são efeito do aumento da crença na ciência e/ou diminuição da crença na religião 17

1.2.1/2 – Articulação das ideias do primeiro e segundo grupos 22

1.2.3 – Existem particularidades da clínica contemporânea que podem ser compreendidas com o que já foi trazido por Freud 24

1.2.4 – Existem particularidades da clínica contemporânea que só puderam ser compreendidas pela psicanálise graças ao refinamento de sua teoria 28

1.3 – A escolha dos textos desta pesquisa, o modo como a mesma será conduzida e sua justificativa.....31

2 - Objetivos 33

3 - Método e conceitos norteadores 34

Análise Institucional do Discurso 34

Discurso 35

Instituição.....39

4 – Análises 41

4.1 - Segunda parte do livro *Mal-estar na atualidade*, intitulado "As novas formas de subjetivação", de Joel Birman (2012).....43

4.1.1 – Resumo do texto 43

4.1.2 – Análise do texto 47

4.1.3 – Síntese 60

4.2 - Capítulo final do livro *O homem transicional: para além do neurótico & borderline,* intitulado "Uma síntese provisória", de Nahman Armony (2013).....63

4.2.1 – Resumo do texto 63

4.2.2 – Análise do texto 66

4.3.3 – Síntese 89

4.3 – Capítulos seis (*Uma virada antropológica*) do livro *A perversão comum*, de Jean-Pierre Lebrun (2008). 93

4.3.1 – Resumo do texto 93

4.3.2 – Análise do texto 96

4.3.3 – Síntese 125

5 – Conclusões 127

6 – Referências.....133

1 - Introdução

Multiplicam-se, no meio psicanalítico, discussões sobre particularidades encontradas na clínica atual em contraste ao que se passava anteriormente e/ou na época de Freud. Alguns autores trazem dificuldades técnicas no tratamento de certos pacientes, outros dizem da incapacidade de estes se beneficiarem do tratamento oferecido. Estas reflexões carecem de consenso e apontam como causa destas diferenças ora a história pessoal dos pacientes (tais como traumas), ora as mudanças na sociedade (tais como a aceleração do ritmo de vida, o "capitalismo avançado", o egoísmo exacerbado etc.), ou ainda a articulação dele, ou seja, o ritmo de vida como causador de traumas na constituição subjetiva contemporânea. Ainda nesta discussão sobre as particularidades da clínica atual, alguns chegam a afirmar que estaríamos lidando com um novo sujeito, distinto daquele que teria sido apontado por Freud, que se beneficiaria de outro tipo de tratamento, com mudanças no objetivo e/ou na técnica da psicanálise.

É sobre o discurso destes autores que nossa dissertação se debruça. Analisaremos alguns textos de autores da psicanálise que se propuseram a teorizar sobre o surgimento de um "sujeito contemporâneo". Escolhemos nos limitar a estes textos, pois acreditamos poder neles encontrar uma conceitualização clara sobre as origens das mudanças na clínica, e isto de forma sistemática e não apenas neste ou naquele paciente. Além disto, os autores que analisaremos estão presentes no discurso de outros. Entretanto, a concepção de o que seria este sujeito contemporâneo é trazida de maneira vaga, muito embora seja ela que embase as mudanças clínicas supostamente necessárias aos tempos atuais. Ao estudar este tema, miramos indiretamente a clínica psicanalítica tal como ela é exercida nos dias de hoje. Não estudaremos o que os psicanalistas fazem em seu dia-a-dia, mas sim quais teorias/concepções configuram seus pacientes e, portanto, embasam sua prática clínica concreta.

Dividirei esta introdução em três partes: a primeira comporta um panorama dos motivos que me levaram a escolher tal tema de pesquisa; a segunda, um breve levantamento da literatura existente sobre o mesmo; e a terceira sobre a escolha dos textos desta pesquisa, o modo como a mesma será conduzida e sua justificativa.

1.1 - Origens da pesquisa

Estando em contato com a literatura psicanalítica e tendo escolhido aprofundar-me na prática clínica segundo esta teoria, encontrei diversos textos que me chamaram a atenção sobre as chamadas "patologias contemporâneas". Mantendo o interesse de exercer o atendimento clínico nos dias de hoje, acreditava ser de grande importância conhecer o que se dizia sobre o contemporâneo em psicanálise.

O que encontrei sobre este tema ainda no período de minha graduação poderia ser dividido em duas grandes vertentes: de um lado uma descrição de novas subjetividades que frequentavam os consultórios de psicanalistas, estas subjetividades tendo suas problemáticas e características particulares; de outro a defesa de que encontrávamos um aumento de patologias que já existiam desde o tempo de Freud, portanto nada de realmente novo no horizonte.

No próprio curso de graduação entrei em contato com a segunda visão através do estudo do pensamento de Ferenczi. Discípulo direto de Freud, teria focado sua clínica nos chamados "pacientes difíceis", pacientes que desde aquela época já apresentariam o que hoje seria descrito nas novas patologias/subjetividades. A outra visão (de que existiria um novo sujeito de fato) me foi introduzida durante um período de intercâmbio na França e tratava, muito resumidamente, de novas subjetividades que seriam mais impulsivas, com menor capacidade de simbolização, que justamente por isto recorriam à "passagem ao ato" ou às drogas, por exemplo.

Foi principalmente este período na França, contrastante com aquele de minha formação no Brasil, que me deixou inquieto acerca do que se produzia sobre o tema em psicanálise: havia

algum modelo de comparação utilizado por estes autores que estava bastante difuso e implícito, ou seja, me parecia que algum parâmetro era necessário para dizer que os pacientes de hoje eram mais impulsivos e/ou com menor capacidade de simbolização. Estas afirmações se sustentavam se comparássemos os sujeitos contemporâneos à quais outros? E o que estava pressuposto nestas afirmações? Eles deveriam ter maior capacidade de simbolização e serem menos impulsivos? Era este um dos objetivos da psicanálise atualmente? Se não este, então qual?

Acreditando que (uma certa) psicanálise possui elementos importantes para a clínica, escolhi me aprofundar neste tema de pesquisa elencando um de seus pontos (o do sujeito) para estudo. O motivo da escolha do sujeito será melhor compreendido quando tratarmos do Método desta pesquisa mas, pelo bem da mínima compreensão imediata, digamos simplesmente que toda a prática do psicanalista estará norteada pelo seu fazer institucional, seus modos de compreender a patologia, a cura e, ao que nos interessa mais de perto, pela sua concepção do sujeito que sofre diante dele. As intervenções, compreensões dos relatos do paciente, interpretação de sonhos etc. serão fundamentalmente modificados segundo o que ele acredita que se passa com seu paciente. Dito de outra forma, caso o psicanalista considere que seu paciente é um histérico, um perverso, um *borderline*, um obsessivo etc., as atribuições de significado ao que é dito ou feito em análise bem como sua intervenção serão bastante distintas. Isto ficará mais claro quando falarmos da concepção de discurso que adotamos aqui, uma concepção que traz enunciador e co-enunciador negociando o tempo todo o enquadre em que estão (MAINGUENEAU, 1997).

1.2 - Breve levantamento da bibliografia

Executamos um levantamento bibliográfico buscando compreender melhor o que falavam os psicanalistas sobre o tema, bem como delimitar um ponto de entrada para o estudo de uma questão tão ampla. Num primeiro momento busquei artigos publicados que

mencionassem em seu título ou resumo a temática das novas subjetividades, da clínica contemporânea, das novas patologias etc. Nestes artigos também observei as referências bibliográficas utilizadas buscando textos que tratavam do assunto sem mencioná-lo de modo explícito no título ou resumo. Como ponto final deste levante bibliográfico, selecionei dentre as citações algumas obras de psicanalistas de renome para analisá-las segundo a Análise Institucional do Discurso (GUIRADO, 2000, 2010), sobre a qual falaremos mais adiante no Método.

Grosso modo os textos que tratam da psicanálise contemporânea e do sujeito ou de suas formas de sofrer atuais enfocam distintamente dois pontos de mudança (o mundo ou a psicanálise) para dizer que existem ou não novas subjetividades, mas mesmo nesta divisão existem diversas discordâncias e até mesmo interpretações opostas sobre o mesmo aspecto entre os autores. Dividindo-os em grupos, temos aqueles que advogam o surgimento de novas subjetividades por (1) efeito de diversas mudanças sociais, econômicas, familiares, midiáticas etc. ou (2) pelo aumento da crença na ciência (e/ou diminuição da crença na religião). Os que discordam da existência de novas subjetividades, mas que reconhecem particularidades na clínica contemporânea, dividem-se entre os que (3) encontram, já em Freud e psicanalistas de sua época, discussões a respeito do que hoje se evidencia na clínica psicanalítica e os (4) que atribuem a um refinamento da teoria psicanalítica a possibilidade de caracterizar e tratar os sofrimentos contemporâneos. Dentro de cada uma destas divisões que criamos, procuramos, visando reconstruir qual sujeito se constrói nestes textos, atentar para qual lugar/papel foi atribuído ao paciente, ao analista/psicanálise e ao mundo nos dias atuais segundo cada autor, e isto por uma questão de método a ser posteriormente esmiuçada.

No campo da psicopatologia psicanalítica a multiplicidade de análises também se faz presente nas chamadas "novas patologias". O próprio termo causa controvérsias, já que parte dos autores defende se tratarem de patologias clássicas travestidas com novos sintomas (ROUDINESCO, 2000), enquanto outros dizem de uma forma original de sofrimento relativa aos problemas da sociedade contemporânea (KRISTEVA, 1995 apud LOWENKRON, 2003). Esta espécie de confusão não se apresenta apenas no nível etiológico das patologias, mas também em seu nível nosológico, deixando a categorização da neurose, psicose e perversão cada vez mais delicada. Tais conceitos somados aos de "narcisismo", "contemporâneo", "hipermoderno", "subjetivação", entre outros, combinam-se à vontade para dizerem da "cultura do narcisismo" (LASCH, 1983 apud LOWENKRON, 2003), da "perversão comum" (LEBRUN, 2008 apud Batista, 2009), da "psicose ordinária" (MILLER, 1998 apud BROUSSE, 2009), da "subjetividade contemporânea" (RAUTER, 2005), do "indivíduo hipermoderno"

(HAROCHE, 2004) entre outros. Não poderíamos fazer um levante da discussão nosográfica em psicanálise, que de todo modo carece de qualquer consenso, trazemos este parágrafo apenas para ilustrar a pluralidade de leituras que se fazem acerca do que seria contemporâneo em psicanálise.

Seguimos, então, para a concepção de sujeito (contemporâneo) segundo cada um dos grupos que organizamos:

1.2.1 – As novas subjetividades são efeito de diversas mudanças sociais, econômicas, familiares, midiáticas etc.

Este é o grupo com maior volume de publicações disponíveis. Em geral os textos são fortemente influenciados pelos escritos de Debord, Lasch, Bauman, Giddens, que apontam para o excesso da sociedade contemporânea: excesso de velocidade, de informações, de produtos, de narcisismo etc.

Nesta revisão bibliográfica encontrei autores que defendiam a definição de um novo sujeito ("sujeito contemporâneo" ou "neo-sujeito") de diversas formas: como fruto de uma sociedade do "gozo total, ilimitado" (ROCHA, 2011, p. 1), como um sujeito com "economia psíquica do 'excesso', da permissividade e da falta de limites, do gozo adictivo (no culto do corpo, no consumo de bens, assim como de drogas lícitas e ilícitas), da falta de simbolização capaz de dar conta da elaboração psíquica da estimulação (violência, passagens ao ato etc.), entre outros males" (MIGUELEZ, 2009 apud ROCHA, 2011, p. 58), como "sedento de meios e de poucos fins, o sujeito contemporâneo, pautado pela exacerbação do narcisismo, pela escassez de recalques e pela falta de desejos, flutua entre a conquista de prazeres imediatos e fugazes e a apatia de quem não tem nada a desejar e sucumbe" (UCHITEL, 2002), um sujeito que "vive como um adolescente, acreditando no mito da eterna juventude – reforçado pelo consumo desenfreado de produtos que prometem a beleza e vida eternas – desprovido de rituais de passagem que lhe permita lidar com seus problemas reais e ascender à condição de sujeito

desejante, porém incompleto e responsável por seus atos" (MENDES; PRÓCHNO, 2004), um sujeito que utiliza de drogas "para conter as angústias e o sofrimento e capacitar o eu a continuar a se exibir no mundo do espetáculo" (LAENDER, 2004), para citar apenas alguns textos.

Tomando as mudanças contemporâneas tais como os autores da sociologia as descrevem, os textos deste grupo procuram demonstrar os efeitos que ecoariam na constituição subjetiva. Escolhemos o texto de Caniato e Nascimento (2010) para expor mais detalhadamente este modo de conceber o sujeito contemporâneo:

> Dessa forma, se quisermos compreender a subjetividade contemporânea, ou ao menos alguns de seus aspectos, temos que investigar o modo pelo qual as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais de nossa época – que ocorrem em um ritmo frenético e sem precedentes (GIDDENS, 1991) – podem repercutir no âmbito subjetivo. (CANIATO; NASCIMENTO, 2010, p. 27)

A visão destes autores tende à uma descrição mais apocalíptica que a de outros, estaríamos, segundo eles, enfrentando a "dissolução das tradições e dos referenciais" efeito da "crise de autoridade vivenciada na sociedade contemporânea" e da "queda de vários sistemas historicamente construídos como elementos de unidade que serviam como referenciais coletivamente determinados e aceitos" (CANIATO; NASCIMENTO, 2010, p. 29). Para este grupo, na "sociedade de consumo", a mídia possuiria um poder esmagador, ela produziria subjetividades conforme suas necessidades de mercado, sem qualquer possibilidade de resistência dos sujeitos: estes estão isolados entre si, e, quando se encontram, o fazem de um modo também "objetalizado e objetalizante", "consomem o outro" de acordo com suas "necessidades narcísicas".

> Alba Rico (2005) afirma que o capitalismo não apenas produz uma economia, pois para fazê-lo tem que construir ou reformar uma psicologia e uma sociedade. Tal reforma estará relacionada com a invasão da subjetividade pela lógica do mercado. Bauman (2008c) nos fala sobre "um transplante da regra do mercado de bens para o domínio dos vínculos humanos" (p.31-32). Segundo ele, na assim chamada sociedade de consumidores, as pessoas tendem a tratar umas às outras como objetos de consumo e, desse modo, a se substituírem mutuamente com a mesma facilidade que o fazem ao comprar novas mercadorias. Desse modo, essa forma de organização social obsta a possibilidade de vínculos duradouros e de trocas amorosas significativas entre os indivíduos. (CANIATO; NASCIMENTO, 2010, p. 30)

O sujeito é sobremaneira vulnerável para este grupo de autores, age conforme a mídia e o mercado lhe determinariam, aliás esta é uma das visões mais totalizantes e generalizadoras, ou seja, praticamente inexistem exceções ao que os autores descrevem, **todos** os indivíduos caminhariam nesta direção; compreendendo que a sociedade é soberana sobre o indivíduo, os autores desenham um cenário apocalíptico e inevitável:

> O homem contemporâneo, em face à adversidades e ameaças de desintegração do eu e vazio interior, vive, em uma "cultura do sobrevivencialismo", conforme postula Lasch (1983). As previsões catastróficas sobre o mundo, o destino cada vez mais incerto desse último concomitante à queda dos sistemas explicativos que, no passado, davam conta de torná-lo inteligível; bem como o desaparecimento das redes pessoais de amparo representadas pela família, vizinhança e agrupamentos de classe, são algumas das razões apontadas pelo autor para que a regressão narcísica em nossa época seja uma alternativa até certo ponto inevitável. (CANIATO; NASCIMENTO, 2010, p. 33)

A fragilidade destes sujeitos também fica explícita nos outros autores, como em Gutfreind (2010, p. 178) quando afirma que "São tempos limites para a sobrevivência psíquica". Mesmo quando perpassam níveis mais locais da formação subjetiva, os autores não fazem diferenciações quanto a classe social, nível econômico ou qualquer outro indicador, temos a "ausência física de pais e, especialmente, psicológica de mães", assim generalizada:

> Os casos descritos são sigilosos, mas nada maquiados e tentam aproximar a época e suas pessoas. Na época, encontramos tempos muito virtuais, que rarefazem os verdadeiros encontros, necessários para que driblemos revezes de parto, genética, neurologia e nos tornemos seres humanos capazes de sentir e de amar apesar da dor, da morte ou da finitude que tanto interessou a Freud. Esta rarefação inclui a frequente ausência física de pais e, especialmente, psicológica de mães, que andam isoladas, solitárias e incapazes de repassar uma verdadeira preocupação com o outro (empatia) que não receberam. São tempos ferrenhos de selvas consumistas, contribuindo para o desastre humano. Uma ânsia de não sei o quê, iludida pelo encontro material (falso), prejudica a nossa subjetividade (verdadeira), nossa capacidade de criar e aproveitar o que a vida pode oferecer de mais profundo e estruturante: o encontro consigo mesmo e com o outro. (GUTFREIND, 2010, p. 178)

No campo da clínica é frequente a visão de que temos um aumento das "patologias narcísicas", como podemos ver neste trecho de Caniato e Nascimento (2010) "Nesse contexto, há um significativo aumento das patologias narcísicas na clínica psicanalítica, causado, principalmente, pela decadência do papel do outro na constituição do eu".

Outros autores enfocam o aumento da medicalização dos pacientes para dizer desta suposta "sociedade do consumo" e do "espetáculo":

> Com a profunda convicção de que o sofrimento significaria um desvio ou desajuste dos padrões existenciais, o homem atual para a reconstituição de uma imaginária condição anterior e para a conquista de uma suposta felicidade incomensurável se submeteria a todos os tipos de estratégias contemporâneas. Inclusive se sujeitaria a todos os tipos de mecanismos atuais vinculados a um processo de normalização disciplinar que, na realidade, fragmentariam subjetividades, restringiriam a produção de singularidades e diferenças e desvalorizariam o próprio desejo do sujeito. Estratégias atreladas ao processo de psicopatologização da existência humana, de medicalização do social e de banalização da prescrição de psicofármacos que seriam determinadas para todos aqueles que se mostrassem tristes ou insatisfeitos com sua condição subjetiva. (ROSSITO; FERRAZA, 2013, p. 112)

1.2.2 – As novas subjetividades são efeito do aumento da crença na ciência e/ou diminuição da crença na religião

Apresentaremos agora o grupo que atribui à propagação dos ideais da ciência o principal fator de mudança na contemporaneidade. Esta visão é encontrada principalmente nos textos de corrente lacaniana que apontam para a ciência como propagadora da promessa de totalidade/completude do sujeito, eliminando quaisquer problemas ou, no linguajar de seus autores, da "falta" e gerando novos sujeitos e/ou novas patologias. Dentre os que acreditam estarmos diante de novas subjetividades podemos citar como exemplo o texto de Torezan e Aguiar (2011) bem como o de Carvalho (2013), já para os que não chegam a afirmar que estes novos sujeitos existem, mas que certamente observamos novos modos de sofrer, citamos o texto de Silva Júnior e Gaspard (2014).

Torezan e Aguiar (2011) dirão da obviedade das mudanças contemporâneas em diversos campos:

> Ninguém contestará que nosso social está, atualmente, profundamente modificado: ademais, sua evolução se dá de modo tão rápido que com frequência nos sentimos impotentes quanto a identificar as articulações de onde procedem todas as mudanças a que assistimos. Citemos, sem impor ordem, a mundialização da economia, a desafetação do político, o crescimento do individualismo, a crise do Estado providência, os excessos da tecnologia, o aumento da violência ao mesmo tempo que a evitação da conflitualidade, a escalada do juridismo... (LEBRUN, 2004, p.13) (TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 548)

Dentre todas estas mudanças, a fundamental se daria na disseminação do discurso da ciência e queda do discurso religioso: aquele tomaria um caráter de suprir todas as questões humanas e, além disso, seria um saber total que de alguma forma passaria a fazer parte da crença do indivíduo sobre si próprio, levando-o a acreditar que, assim como o discurso da ciência, ele também não teria limitações.

> Lebrun (2004) formula a hipótese de que o discurso da ciência é o responsável pelas dificuldades presentes na modernidade e, sobretudo, na atualidade, para o exercício e eficácia da função paterna e da lei da castração. Uma nova forma de funcionamento do laço social se estabeleceu com o nascimento da ciência moderna: a autoridade de Deus é abalada e em seu lugar se estabelece o saber, um saber que se pretende totalizador, capaz de dominar a realidade e transpor os limites humanos.

> Em outras palavras, a ciência moderna desbanca a autoridade religiosa, a tradição o lugar do Mestre em sua relação com a transmissão do saber. Nesse novo laço social, o saber é norteador - mas agora de forma acéfala, pois não mais enunciado por um Mestre - e encaminha a busca, imaginariamente, de um domínio pleno da realidade. Ao discurso da ciência, nada escapa e este não comporta o efeito atrelado à função paterna de fazer corte, limite, e instituir a falta, a não-completude. Assim, temos as consequências nefastas da falência, da queda do Outro e, portanto, da lei da castração em nossa cultura. Privados da alteridade radical do Outro, os homens são arrancados do domínio da Lei, arremessados em relações de horizontalidade permeadas por um ideário de pretensa igualdade. (TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 546)

Vemos que é em Lebrun que os autores se apoiam para realizarem suas afirmações, seguindo seu raciocínio colocam o enfoque na mudança do "laço social", em outro trecho vemos que esta mudança fomentará a criação dos "estados limite", a subjetividade preponderante nos dias atuais. Sua caracterização é, novamente, pelo excesso de impulsividade e pela falta de controle, falta de pensamento:

> Esse movimento é radicalizado nos denominados sujeitos em estado-limite, inegáveis cânones da subjetividade contemporânea.
> Sinteticamente, o estado-limite corresponde a uma leitura para as frequentes modalidades clínicas da atualidade, vislumbrando a proximidade tanto do funcionamento perverso quanto do psicótico. Essa posição subjetiva está associada a falhas no trabalho de inscrição pulsional, na organização do narcisismo primário e da fantasia, sendo marcada pelo enfraquecimento dos registros imaginário e simbólico. As características centrais dessa posição, que não se define como estrutural, são a somatória da angústia e da depressão, os fenómenos e *acting-out,* as condutas sociais e sexuais perversas, e os danos à imagem do corpo e aos processos de pensamento (Rassial, 2000). (TOREZAN; AGUIAR, 2011, 543)

Sabemos que aqui estamos diante de várias particularidades da teoria lacaniana, já que temos a construção *posição subjetiva* para dizer do estado limite, na realidade o texto oscila entre uma *subjetividade contemporânea* e uma *posição subjetiva* quando diz do estado-limite. Para nós interessa apenas que estamos falando de algo contemporâneo, de mudanças nesta subjetividade que é encontrada pelos psicanalistas em suas clínicas e como estes a veem: sumariamente relacionada a *falhas*, *enfraquecimento*, *condutas perversas*, *danos*. Podemos acompanhar mais desta configuração no trecho a seguir:

> Dessa forma, haveria o predomínio de um "sujeito precário, acrítico e psicotizante" (Dufour, 2005, p.21) em nossos dias, uma vez que não há mais lugar para o sujeito crítico e conduzido por um imperativo moral de liberdade e nem para a culpabilidade neurótica. Isso não significa que todos rumamos para a estruturação psicótica, e sim que os sujeitos estariam demasiadamente abertos às mudanças e flutuações identitárias e desgarrados do simbólico, favorecendo os já aqui referenciados estados-limite.(TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 548-549)

Novamente temos a definição do contemporâneo pela comparação com o passado, isto fica claro quando não vemos sequer uma característica neutra ou positiva sobre estes estados-limite, sua descrição está no nível do *déficit*, na precariedade e no excesso. Em certo sentido isto é apontado pelos próprios autores, mas sem qualquer questionamento, de forma naturalizada:

> É possível evidenciar um abalo, introduzido na atualidade, dessa noção de sujeito de desejo proposta pela psicanálise, um abalo associado ao conceito de sujeito em estado-limite. Assim, identificamos um sujeito à mercê de um Outro pouco interditado, pouco marcado por uma falta simbólica e, portanto, imaginariamente passível de completude, o que torna o sujeito suscetível à objetalização. Apatia, alienação e angústia são marcas comuns, em que a falta não se instala de maneira efetiva, pondo em questão o estatuto do sujeito do desejo. Imerso num discurso da apologia de uma suposta felicidade plena proporcionada pelo saber científico, saber que pretende superar todo e qualquer limite e suprir toda e qualquer falta, o declínio da lei da castração se torna evidente e produtor de condutas e atuações delirantes e transgressoras. (TOREZAN; AGUIAR, 2011, p. 552)

Correndo o risco de tornar-se repetitivo, destacamos novamente como este sujeito contemporâneo é trazido pelo viés de uma fragilidade: ele estaria "à mercê", apático, alienado, com aspectos que não se instalariam de maneira efetiva, enfim, um sujeito que acreditaria ingenuamente nos discursos correntes e, por isso, sofreria de maneira intensa.

Em um tom diferente, mas com núcleo similar, Silva Júnior e Gaspard (2014) falarão das mudanças da ciência na sociedade destacando seus efeitos nos corpos dos sujeitos, mas não chegam a afirmar que existem novas formas de subjetividade. A ciência teria, ao ganhar espaço devido a seus sucessos práticos, diminuído o campo de ação da fantasia, do imaginário, do singular:

> Tout au long du XXème siècle, néanmoins, la rationalité scientifique obtient ses premiers résultats concrets dans le monde vécu, au moyen du développement des technologies. Le succès de ces dernières occasionne une modification surprenante dans la culture. Nous assistons à la réduction systématique de l'idéalité à la concrétude, de l'imaginaire à l'empirique et, bien entendu, de l'esprit à la matière. L'articulation de la construction obligatoire de soi et de la réduction de l'âme à la dimension concrète du corporel conduit nécessairement à une seule conclusion : se construire implique et exige la modification de la chair, la rectification du support corporel[1]. (SILVA JÚNIOR; GASPARD, 2014, p. 95)

[1] No decorrer do século XX, contudo, a racionalidade científica consegue, através do desenvolvimento das tecnologias, seus primeiros resultados concretos no mundo vivido. Os sucessos destas tecnologias causa uma modificação surpreendente na cultura. Nós assistimos à redução sistemática da idealidade à concretude, do imaginário ao empírico e, naturalmente, do espírito à matéria. A articulação da obrigatoriedade de construção de si mesmo com a redução da alma à dimensão concreta do corporal conduz necessariamente à uma única conclusão: se construir implica e exige a modificação da carne, a retificação do suporte corporal.

A ciência, com seus sucessos e ampla disseminação, teria se tornado absoluta frente aos outros discursos (inclusive os do próprio sujeito) o que, combinado com a já referida redução do imaginário ao empírico, produziria uma alienação do sujeito na ciência:

> Lacan pointait chez l'homme moderne le fait du « sujet qui perd son sens dans les objectivations du discours » (LACAN, 1966 [1953], p. 281). Cette aliénation du sujet de la civilisation technoscientifique vient redoubler les incidences de l'économie de marché (SILVA JUNIOR ; LIRIO, 2005 ; Silva Junior, 2012b). Elle se traduit par une sorte de forclusion de l'interrogation sur l'être comme sur la mort, par la méconnaissance du sens particulier pour chacun de sa vie au profit de la promotion de l'égo et de ses exploits imaginaires. Conséquences de ce culte auto-référencé : le rejet du manque, de l'altérité mais aussi la multiplication parallèle des techniques de corps venant répondre aux vertiges de l'être[2]. (SILVA JÚNIOR; GASPARD, 2014, p. 94)

Depreendemos daqui que o sujeito perderia seu sentido mais particular nas objetificações do discurso, neste caso do discurso científico. Seus questionamentos e hipóteses sobre seu ser se enfraqueceriam diante das respostas fornecidas pela ciência e o sujeito não mais se questionaria acerca do sentido de sua vida para si próprio, apenas "importaria" as respostas já fornecidas em outro lugar. Segundo os autores, a ciência eliminaria a falta e a alteridade neste movimento duplo de fornecer resposta para todas as questões (a promessa de que a ciência abarcaria todos os mistérios do mundo) e de defender que estas respostas seriam generalizáveis para toda e qualquer pessoa, eliminando, portanto, os sentidos particulares.

> Ainsi ce qui change avec la mondialisation des dispositifs, c'est la façon de traiter le malaise dans la civilisation. Les technosciences sont désormais au service du discours du capitaliste. Discours et idéologies se conjuguent (ou s'opposent) dans la promesse fétichiste et intégriste d'un monde de complétude. Un monde dans lequel il serait possible de dompter la pulsion et de domestiquer la jouissance pour être en harmonie avec son corps. Cette quête de suture du réel par les dispositifs techniques conduit à représenter l'espace social comme matière homogène sans contradictions internes, dans l'attente de l'extraction et de l'accumulation des ressources (humaines). Les individus se voient contraints d'affronter et de se soumettre à une version mondialisée de l'aliénation technoscientifique.[3] (SILVA JÚNIOR; GASPARD, 2014, p. 97)

---

[2] Lacan indicava no homem moderno o fato do "sujeito que perde seu sentido nas objetificações do discurso" (LACAN, 1966 [1953], p. 281). Esta alienação do sujeito da civilização tecnocientífica vem redobrar as incidências da economia de mercado (SILVA JUNIOR ; LIRIO, 2005 ; Silva Junior, 2012b). Ela se traduz por um tipo de foraclusão da interrogação sobre o ser como sobre a morte, pelo desconhecimento do sentido particular da vida para cada um em benefício da promoção do ego e de suas façanhas/proezas imaginárias. São consequências deste culto autoreferenciado: a negação da falta, da alteridade mas também a multiplicação paralela de técnicas corporais que vem responder às vertigens do ser.

[3] Então, o que muda com a globalização dos dispositivos é o modo de tratar o mal-estar na civilização. As tecnociências estão agora servindo o discurso capitalista. Discursos e ideologias combinam-se (ou opõem-se) na promessa fetichista de um mundo de completude. Um mundo no qual seria possível amansar a pulsão e domesticar o gozo para estar em harmonia com seu corpo. Esta busca de sutura do real por meio de dispositivos técnicos leva a representar o espaço social como matéria homogênea, sem contradições internas, na espera da

Denunciando novamente a suposta promessa de completude anunciada pela ciência, os autores veem nas mudanças dos dispositivos para se lidar com o "mal-estar" (que não aparenta ter mudado) a real particularidade do contemporâneo: agora este "mal-estar" seria tratado pela ciência que prometeria "amansar a pulsão e domesticar o gozo", um mundo, enfim, livre de qualquer descompasso entre o sujeito e seu corpo. Não vemos, pois, a defesa de um novo sujeito, mas sim o mesmo sujeito que incorporaria ou faria frente aos novos discursos e dispositivos oferecidos pela ciência. O trecho final do artigo traz o resumo deste ponto:

> Mais plutôt que de reconnaître au plan théorique la signature d'une « nouvelle économie psychique» (MELMAN, 2009 ; 2005), il nous parait plus judicieux de « mettre au travail » en tant que clinicien ce qu'il en est de la « position subjective », en ce qu'elle indique la façon dont se soutient **chaque sujet de son rapport à ses déterminations**. Ceci afin de défendre les intérêts du sujet en visant une rectification de son rapport au réel : **celui singulier** auquel en tant que sujet il doit faire face mais aussi le réel inédit introduit par tous les « progrès » et toutes les réalisations de l'ingénierie technoscientifique.[4] (SILVA JÚNIOR; GASPARD, 2014, p. 98, negritos nossos)

Rejeitando a generalização presente na concepção de um novo sujeito, os autores preferiram seguir a investigação clínica dos efeitos que estas mudanças culturais têm em cada sujeito, qual a "posição subjetiva" de cada paciente que os procura, nos dizeres da teoria lacaniana. Numa acomodação entre mudança do mundo e estabilidade da estrutura (condizente com a teoria lacaniana), o sujeito permaneceria o mesmo, mas, enfrentando um novo estado de coisas, se valeria das características que sempre possuiu para lidar com o novo cenário: na visão dos autores esta compreensão seria suficiente para dar conta das supostas novas formas clínicas contemporâneas. Mantém-se, entretanto, o discurso da *fragilidade*, o sujeito não conseguiria fazer frente ao discurso da ciência, submetendo seu próprio discurso a este outro; não existe, portanto, um sujeito novo para estes autores, mas sim um sujeito mais fraco que anteriormente.

---

extração e acumulação de recursos (humanos). Os indivíduos são forçados a confrontarem e submeterem-se a uma versão globalizada de alienação tecnocientífica. (Silva Junior & Gaspard, 2014, p. 97)

[4] Mas ao invés de reconhecer no plano teórico o indicativo de uma "nova economia psíquica" (MELMAN, 2009 ; 2005), parece-nos mais criterioso trabalhar como clínico qual é a "posição subjetiva" naquilo que ela indica da **maneira de cada sujeito sustentar sua relação com estas determinações**. Isto com o propósito de defender os interesses do sujeito visando uma retificação de sua relação com o real : **aquele singular** ao qual, sendo sujeito, deve fazer frente mas também o real sem precedentes introduzido por todo o "progresso" e todas as realizações da engenharia tecnocientífica.

1.2.1/2 – Articulação das ideias do primeiro e segundo grupos

O texto de Cougo e Tfouni (2011) merece ser trazido por articular os argumentos dos grupos 1 e 2: tomando como verdade que estamos na era da sociedade de consumo, os autores não defendem a existência de um poder soberano da mídia e/ou do capitalismo por si só que seria exterior aos indivíduos, mas sim que estes discursos só puderam ter impacto por responderem à questões próprias do sujeito contemporâneo:

> Não é raro encontrarmos estudos sobre o consumismo cujo enfoque recai sobre o poder do discurso do capitalista na pós-modernidade. Muito já se falou sobre os efeitos do imperativo de consumo perpetrado incessantemente pela economia capitalista e não podemos negligenciar a importância das conclusões a que essas apreciações chegam. Porém, também é fundamental que investiguemos os motivos para que essa ordem consumista seja tão efusivamente abraçada pelos sujeitos modernos, que pensemos nos aspectos subjetivos que proporcionam essa forte adesão à proposta do consumo. **Se, como veremos, nossa sociedade vem sendo caracterizada como uma sociedade de consumo**, isso deve ser índice de que o consumismo também responde a uma questão que tem suas raízes no modo como vem se constituindo o sujeito em nossa cultura e deve nos convocar a analisar esse tema em profundidade. **Sendo assim, será possível notar que não só o capitalismo altera a nossa relação com os objetos e com o desejo, mas que, na mesma feita, vem servir a uma nova modalidade de sujeito engendrado no ensejo do discurso ilimitado da ciência.** (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1162-1163, negritos nossos)

É na articulação entre o chamado "discurso capitalista" e o "discurso da ciência" que os autores encontram as mudanças contemporâneas, ou seja, seria por existir um sujeito que incorporou certos elementos propagados pela ciência que o capitalismo, tal como descrito pelos autores do primeiro grupo, pôde adquirir tamanha força, num ciclo de mútua alimentação dos discursos através dos sujeitos.

> Em outras palavras, é preciso que entendamos o que faz desse convite quase que irrecusável na contemporaneidade, que nos perguntemos qual a razão de tanto sucesso da proposta do discurso do capitalista junto aos sujeitos constituídos na pós-modernidade. (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1166-1167)

A resposta encontrada pelos autores estará na entrada do discurso científico no imaginário do sujeito, ou seja, "o modo de pensar da ciência invadiu o social e que, com essa invasão, o modo como se estrutura o sujeito na nossa cultura passou a ter elementos novos que precisam ser levados em conta." (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1171-1172). Estes novos

elementos serão aqueles já descritos pelo grupo 2, ou seja, a crença na possibilidade de completude do sujeito, que modificaria o "o processo de constituição do sujeito a partir da castração" retirando o "caráter organizador dessa falta que, ao se inscrever, funciona como eixo gravitacional (Melman, C. 2003b) em torno do qual o sujeito vai se mover durante a vida." (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1175).

A tese central é que, de alguma forma não muito bem explicada, a crença da ciência de que tudo seria possível de se conhecer e realizar teria sido deslocada para o sujeito contemporâneo, fazendo com que este acreditasse que pode realizar tudo, de que não existiriam limites à sua ação como estes não existiriam para a ciência. Seria justamente neste ponto que a "castração" deixaria de atuar (tal como preconizada pela psicanálise) modificando assim o processo de subjetivação descrito por Freud:

> A forma lógica de funcionamento da castração já nos parecerá neste ponto como sendo muito diferente do modo de operar da ciência, pois ao afirmar que o universo é infinito e infinitamente matemático, a ciência não concebe qualquer interdito para suas fórmulas. A partir dela, tudo é possível de ser equacionado visto que não há qualquer tipo de lacuna que impeça a previsão do efeito diante da causa. Tal posição discursiva da ciência tem ganhado vulto na contemporaneidade trazendo consigo a mensagem de que não há limites. É como se ao abolir o impossível do universo, a ciência tivesse criado um mundo em que se acredita que não há impossíveis (Vieira, M. A. 2008). No imaginário sócio-cultural atual regido pelo discurso científico a questão da finitude e do limite não encontrará espaço, pois, ao contrário do social castrador descrito em "O mal-estar na civilização" (Freud, S. 1929/1996d), no social regido pela ciência tudo é permitido. (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1176)

Nesta passagem do discurso da ciência para a crença do sujeito é que ganharia força o "discurso capitalista", alimentando esta suposta ilusão de completude com objetos sempre variados e ilimitados. Encontraremos principalmente aqui um detalhamento da articulação entre os argumentos dos grupos 1 e 2, ou seja, a ciência, ao propagar seu discurso e de alguma forma este discurso sendo incorporado pelo sujeito, teria aberto caminho para as supostas promessas do capitalismo segundo as quais o sujeito não teria limitações aos seus desejos, estes seriam sempre satisfeitos e de forma sempre crescente.

Esta cultura é "composta por sujeitos cuja consistência será efêmera e precisará ser refeita com mais intensidade e frequência do que antes" (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1210), esta consistência seria refeita com os produtos oferecidos pelo mercado que teria se apropriado dos avanços tecnológicos. Para os autores, então, entramos num ciclo:

> Disso decorre o encantamento do sujeito pós-moderno pela proposta do discurso do capitalista. Se o discurso capitalista, por um lado, oferece objetos totais, cada vez menos parciais; o sujeito constituído numa sociedade

> cientificista, por outro, busca exatamente essa completude. Assim, o discurso capitalista vem a servir, nem que seja sob a forma de um engodo, aos anseios desmedidos dos sujeitos constituídos numa cultura do ilimitado. (COUGO; TFOUNI, 2011, p. 1177)

1.2.3 – Existem particularidades da clínica contemporânea que podem ser compreendidas com o que já foi trazido por Freud

Passemos agora para os autores que não tratam as mudanças da clínica como se fossem devidas às novas formas de subjetividade, mas sim que estes fenômenos contemporâneos da clínica já haviam sido introduzidos na psicanálise por Freud e Ferenczi, por exemplo, e que as condições de vida atuais teriam aumentado a incidência deles. Dentre os textos levantados destacamos o de Montes (2012) e Junqueira e Coelho Júnior (2006) como exemplares desta leitura.

Montes (2012) destaca duas mudanças que o capitalismo teria operado nos sujeitos: o modo como eles se relacionariam com a narrativa e o modo como se relacionariam com a temporalidade, "uma mudança óbvia num mundo de celulares, internet e de toda uma tecnologia em função da velocidade." (MONTES, 2012, p. 172). Atualmente o sujeito se relacionaria com o tempo através da "presentificação" do mesmo:

> Essa temporalidade pode ser compreendida através do privilégio do discurso literal; de uma forma de narrativa literal que não pressupõe uma continuidade temporal. Trata-se de uma narrativa descritiva, onde uma cena não pressupõe a anterior, nem remete à posterior. E ela traz à tona um discurso unívoco, ou seja, as palavras têm apenas um único significado e essa fala não é carregada de enigma. (MONTES, 2012, p. 172)

Este modo de lidar com o tempo teria feito com que os psicanalistas encontrassem novos sujeitos com "falta de capacidade de simbolização" (MONTES, 2012, p. 172), entretanto, para a autora, em Freud e Ferenczi já se encontram esforços no sentido de lidar com esse fenômeno que já estava presente na clínica, "Freud, ao apresentar a segunda teoria das pulsões, através do

trauma de 1920. Ferenczi, conceituando sobre o choque traumático." (MONTES, 2012, 178) e mais adiante:

> Nesta perspectiva, a literalidade na clínica e na cultura se apresenta enquanto forma discursiva desde os tempos de Freud. Constatamos essa narrativa no delineamento freudiano sobre a neurose traumática em 1920. Em Ferenczi, temos a literalidade presente na teoria sobre o trauma patológico e buscamos mostrar que esta forma narrativa é, de fato, uma resposta ao choque. (MONTES, 2012, p. 178)

Seguindo a linha argumentativa da autora, as ditas "novas patologias" na realidade mostrariam a "predominância de um modo de funcionamento psíquico que se insinua através de sintomas relacionados ao trauma, fato que relacionamos ao contexto social em que vivemos.", este contexto social é aquele onde "o choque não é mais um estado de exceção na vida das pessoas, mas faz parte do dia-a-dia." (MONTES, 2012, p. 172)

Sua posição argumentativa, portanto, assume que houve mudanças na sociedade desde a época de Freud, entretanto estas mudanças não produziram um novo sujeito, apenas favoreceram um tipo de sofrimento (já conhecido em psicanálise) em detrimento de outro. Na época de Freud e Ferenczi existiriam os mesmos tipos de problemas, problemas que derivam do choque/trauma; naquela época, entretanto, eles seriam mais raros. O aumento destas patologias na atualidade se deveria ao nosso contexto social, que traria em seu dia-a-dia o choque e o trauma. Mantém-se o sujeito e as consequências do trauma, a saber, a configuração de sujeitos "pobres" psiquicamente, vazios de planos e de afetos, que não se interrogam sobre o que lhes acontece:

> Hoje, quando se fala em "novas formas de constituição subjetiva" ou "novos sintomas", os sintomas relacionados à pulsão de morte, ao choque, à compulsão ou à passagem ao ato ganham destaque. Além disso, muito se fala na perda de um mundo rico em fantasias, quando o sujeito pode se imaginar ocupando outros lugares, fazer projetos para o futuro, reavaliar seu passado, enfim, romancear a vida. Nossos pacientes trazem frequentemente um mundo vazio, de solidão e depressão. São pessoas que não aprenderam a conversar com elas mesmas. Nestes termos, a vida psíquica, atualmente, encontra-se numa encruzilhada entre os sintomas somáticos e a transformação dos desejos em imagens (Kristeva, 2002). Os sintomas somáticos não dizem nada ao sujeito. Ele nem se interroga sobre isso. É algo exterior ao sujeito, que vem de fora e não tem sentido. E as imagens capturam o desejo, subtraindo seu sentido. A imagem oferecida pela mídia provoca o desejo e logo lhe oferece um objeto. (MONTES, 2012, p. 180)

Quando fala do trabalho e da percepção do analista destes sujeitos que surgem na clínica, Montes (2010, p. 180) mostra a distância que eles têm do ideal psicanalítico e da expectativa do psicanalista ao dizer que "aquela forma [de narrativa] que nos parece tão estranha é a forma daquele sujeito de falar de si. " e adverte também qual mudança isto implica para o psicanalista

(sempre visto de fora, como alguém que deve se adaptar às mudanças da sociedade, e nunca fazendo parte destas mudanças ou da visão sobre elas):

> Se a escuta do analista estiver pautada no dispositivo que privilegia o conflito psíquico e o recalque, não será possível perceber o que se repete. É preciso estar aberto a outro tipo de escuta, que comporta o corpo, o gesto, o tom de voz, além da palavra. A literalidade, conforme estamos compreendendo neste ensaio, pressupõe a repetição nesse registro (MONTES, 2012, p. 189)

Em meio a toda esta suposta dispersão e repetição/limitação do sujeito na clínica contemporânea, o papel do analista seria o de promover "uma 'costura' entre todas as imagens e afetos circundantes do mundo do sujeito, a fim de produzir uma narrativa de vida." (MONTES, 2012, p. 189), já que o indivíduo não conseguiria realizá-la sozinho. O mundo capitalista contemporâneo não permitiria esta narrativa, cabendo, então, ao analista resgatá-la para poder amenizar o sofrimento deste sujeito que o procura.

O texto de Junqueira e Coelho Júnior (2006) preocupa-se menos com as origens sociais destas mudanças contemporâneas, e aponta possíveis falhas da relação mãe-bebê como elementos que prejudicam a "constituição do aparelho psíquico" (JUNQUEIRA; COELHO JÚNIOR, 2006, p. 31). Entretanto a interpretação principal acerca das "patologias da contemporaneidade" é bastante similar, ou seja, que elas já teriam sido observadas por Freud. Para os autores, Freud as descreve quando fala das "neuroses atuais":

> Nossa ideia é que esses quadros descritos por Freud [neuroses atuais] não dizem respeito apenas às doenças psicossomáticas, mas também às demais doenças que hoje constituem o bastante heterogêneo grupo das patologias *borderline* ou quadros-limite e que são caracterizados pela ausência de significado simbólico nos sintomas. (JUNQUEIRA; COELHO JÚNIOR, 2006, p. 30)

E mais adiante:

> ao que parece, as observações de Freud sobre os quadros denominados de neuroses atuais, que se caracterizam pela formação de sintomas não mediados pelo simbólico, foram as primeiras observações psicanalíticas do que hoje segue a denominação de patologias atuais, casos-limite ou *borderline* e que inclui os distúrbios psicossomáticos, assim como algumas formas de distúrbios alimentares e adições. (JUNQUEIRA; COELHO JÚNIOR, 2006, p. 31)

Fica claro então que, na visão dos autores, não existe particularidade no modo de sofrer contemporâneo, apenas uma intensificação de certos modos já presentes e descritos na literatura psicanalítica. Entretanto, se Freud teria observado estas questões, teorizou-as de modo incorreto, atribuindo à uma excitação não descarregada sua etiologia, quando, na verdade,

segundo os autores, a origem destas patologias estaria numa fixação da libido no narcisismo primário.

> Contudo, se nas neuroses narcísicas o resultado é diferente do que ocorre na histeria (ou psiconeuroses em geral), isto se deve a fatores constitucionais, ou seja, o ponto de fixação da libido deve ter ocorrido em fases muito mais precoces do desenvolvimento, provavelmente na fase do narcisismo primário. (JUNQUEIRA; COELHO JÚNIOR, 2006, p. 32)

Decorre daí que o sujeito contemporâneo sofreria mais deste modo específico por ter tido problemas em etapas mais iniciais do desenvolvimento subjetivo, sua problemática se situaria aquém ou no limite da representação simbólica já que ele não teria alcançado este estágio. O que existiria de novo atualmente seria a possibilidade de pensar metapsicologicamente estes quadros, quadros que teriam sido apenas descritos, mas não profundamente trabalhados até então, o final do artigo é claro a este respeito:

> Desse modo, podemos concluir que os quadros *borderline*, frequentemente associados às denominadas patologias contemporâneas, não são propriamente novos. Contudo, atualmente, contamos com muito mais recursos metapsicológicos para pensa-los. Afinal, lógica e cronologicamente, é só a partir do monumental trabalho freudiano sobre o psiquismo e seu funcionamento que foi possível pensar aquilo que está, senão para além do psiquismo, ao menos em suas bordas; fato que talvez acabe por justificar modos de intervenção que estejam também para além da técnica analítica clássica. (JUNQUEIRA; COELHO JÚNIOR, 2006, p. 33)

Ao destacar qual o lugar de cada um dos atores principais (mundo/capitalismo, sujeito contemporâneo e psicanálise/psicanalista), não encontramos a visão catastrófica do grupo 1, temos apenas um aumento de uma problemática que já teria sido investigada pela psicanálise desde seus primórdios, não existiria nada de tão desnorteante para os psicanalistas: para os que buscam as causas deste aumento das patologias, seria a velocidade do mundo atual que deixaria os sujeitos sem capacidade de construir uma história sobre si (fato que geraria a interpretação de que os sujeitos tem uma "pobreza na capacidade simbólica"). Restaria ao psicanalista retornar ao texto dos autores primordiais para encontrar lá um novo tipo de escuta específica que poderia, este sim, auxiliar seu paciente a construir uma narrativa sobre si mesmo; para os que não se propõem a apontar estas causas, dificuldades na relação mãe-bebê teriam fixado o sujeito em um estágio de desenvolvimento anterior à simbolização (narcisismo primário), fazendo com que ele sofresse sem acesso às representações concomitantes. De todo modo Freud já havia observado esta situação e rudimentarmente teorizado sobre ela.

1.2.4 – Existem particularidades da clínica contemporânea que só puderam ser compreendidas pela psicanálise graças ao refinamento de sua teoria

Só encontrei um artigo que se voltou à teoria psicanalítica em busca de explicações para os fenômenos que se passam em sua clínica, trata-se do texto de Libermann (2010). Sua tese principal é a de que as mudanças atuais não criaram outras formas de sofrer, mas sim intensificaram formas que sempre existiram, mas que só agora podem ser devidamente apreciadas graças aos avanços da teoria psicanalítica. Deve-se notar a diferença em relação ao grupo anterior, que já vê no início da psicanálise os elementos que permitem o trabalho com as particularidades contemporâneas.

Admitindo um ponto de vista naturalista, Libermann (2010) vai dizer de um *progresso* da teoria psicanalítica no sentido de abranger cada vez mais aspectos da *natureza humana*, daí então o aumento das patologias ditas contemporâneas nos consultórios. Acompanhemos seu texto para demonstrar este posicionamento.

Primeiramente temos a fala de que as ditas patologias contemporâneas na realidade sempre estiveram presentes:

> [...]seriam as patologias atuais prerrogativas contemporâneas?
> Depressão, anorexia nervosa e uso de drogas, entre outros, acompanham a humanidade há centenas de anos. Além disso, na trajetória da humanidade, encontramos inúmeros momentos de transformações sociais, políticas e econômicas, nos quais fenômenos amplamente citados na atualidade, como ausência de sentido, sensação de vazio, egoísmo, gratificação ilimitada, relatividade da autoridade, estiveram presentes nas relações humanas.
> Sendo assim, caberia questionar porque enfatizamos a atualidade de patologias que, há muito tempo, acompanham o homem. (LIBERMANN, 2010, p. 42)

Se, então, os fenômenos supostamente destacados pelos autores psicanalistas como característicos do modo de sofrer contemporâneo sempre acompanharam a história da humanidade, restaria procurar em outro lugar (que não na história) o motivo de sua delimitação como características da atualidade:

> Sem negar as especificidades da sociedade contemporânea e o esforço, nas várias disciplinas do conhecimento, para compreendermos os fenômenos de nosso tempo, minha hipótese é que a atualidade poderia ser atribuída à psicanálise e não à patologia. Penso que, ao longo de sua história, nossa disciplina passou por acréscimos teóricos que permitiram a compreensão mais

> ampla da mente e por desenvolvimentos técnicos que possibilitaram acesso a áreas do psiquismo que funcionam "aquém" da representação. (LIBERMANN, 2010, p. 42)

Como deixado claro pelo autor, seria na própria psicanálise que devemos procurar os motivos para a classificação das patologias atuais na própria psicanálise. Nesta autorevisão poderíamos imaginar ao menos dois caminhos possíveis: um mais afeito ao que propomos realizar nesta dissertação, ou seja, verificar quais os efeitos dos pressupostos da teoria psicanalítica no recorte que faz sobre o sujeito (utilizando a metapsicologia, o complexo de Édipo, a castração, por exemplo) e outro que trataria do suposto refinamento da teoria, duma gradativa descoberta de pontos cada vez mais complexos e anteriores da constituição humana; como veremos, este é o caminho que o autor seguirá. A psicanálise, então, ao se debruçar sobre o ser humano, teria acumulado saberes que permitiriam aprofundar o conhecimento dos modos de sofrer, identificando e abrindo espaço para estas patologias em seus consultórios.

> A evolução da teoria psicanalítica ampliou o entendimento sobre os períodos iniciais da vida psíquica. Tal fato proporcionou não apenas o atendimento de pacientes com estruturas não neuróticas, em que um ego frágil e fronteiras lábeis demandam uma grande parte da energia para enfrentar os limites entre o externo (objeto) e o interno (pulsão), como também o acesso a áreas mais primitivas do psiquismo de pessoas com estruturas neuróticas. (LIBERMANN, 2010, p. 42)

Neste trecho temos mais delimitado o ponto exato no qual teriam havido acréscimos de entendimento na teoria psicanalítica: nos períodos iniciais da vida psíquica. Isto é importante pois existe toda uma leitura das patologias contemporâneas como características daqueles indivíduos que não puderam se desenvolver adequadamente, aquelas que possuem "ego frágil e fronteiras lábeis". Para o autor, então, quanto mais a psicanálise se desenvolve mais ela pode estudar aqueles indivíduos que não se desenvolveram.

Seu texto seguirá pontuando as alegadas contribuições de alguns autores no aperfeiçoamento da teoria e técnica psicanalítica, dando destaque à leitura metapsicológica destes pacientes permitida pelo próprio texto freudiano, tecendo também qual o papel do analista nesta nova configuração:

> A partir do desenvolvimento dos conceitos de contratransferência, de campo analítico e das teorias sobre o psiquismo do início da vida, a mente do analista passou a ter outra dimensão na relação analítica. Ao entendimento de conflitos e à formulação de interpretações adicionou-se a função prioritária da contenção. Nossa tarefa como analistas é procurar, em primeiro lugar, ajudar o paciente a afrouxar os laços que o prendem a um modo de vida em que a repetição predomina mais que a transformação. (LIBERMANN, 2010, p. 48)

Temos aqui a ideia de que certos pacientes necessitariam de modificações na clínica pois não poderiam se beneficiar do "modelo clássico", que centraria suas atenções no "entendimento de conflitos" e "formulação de interpretações"; os pacientes contemporâneos precisariam de "contenção" por estarem num estágio anterior do desenvolvimento.

Trouxemos este texto pois este foi o único autor dentre os que tivemos contato que voltou-se à psicanálise buscando causas para as alterações observadas na clínica. Todos os outros procuram causalidades externas para estes fenômenos: talvez por acreditarem ainda mais firmemente no caráter *desvelador* da psicanálise, não tenham se questionado sobre que papel esta teoria desempenha nas verdades que produz. Mesmo assim, embora não ignore completamente a relação que existe entre um saber e o modo como o objeto é tratado por este saber, Libermann (2010) não vê a psicanálise como um *recorte* dentre outros possíveis para o fenômeno das patologias contemporâneas, mas enfatiza a psicanálise como o modo de conhecer o ser humano que ainda evolui rumo às "etapas mais primitivas": parecemos estar partilhando da crença das ciências naturais segundo as quais o conhecimento, ao se acumular, vai desvelando a natureza das coisas, ampliando assim seu trabalho sobre ela, ao menos é o que o autor advoga no que diz respeito ao trabalho clínico.

Esta revisão bibliográfica, longe de ser exaustiva mostra, em todo caso, a pluralidade e agrupamento dos discursos acerca do contemporâneo em psicanálise. De qualquer modo realizamos uma apresentação destas visões e não uma análise das mesmas, esta será feita nos trabalhos de grandes nomes da psicanálise que foram repetidamente trazidos nos textos encontrados.

1.3 – A escolha dos textos desta pesquisa, o modo como a mesma será conduzida e sua justificativa.

Os textos escolhidos para a análise foram aqueles presentes nos artigos da revisão bibliográfica que pretendiam *teorizar* sobre o sujeito contemporâneo. Abordamos exclusivamente aqueles autores que chegaram a formular a existência deste sujeito distinto, que possuía outras configurações de subjetividade, outras tendências, capacidades etc. em detrimento daqueles que defendiam uma exacerbação de questões já presentes desde Freud.

Tal escolha se deu por diversos motivos, dentre os quais o fato de esta aposta (a de que existiria uma nova subjetividade) ainda não ter sido amplamente discutida (em comparação com as questões trazidas por Freud), a possibilidade de existirem outras atribuições aos psicanalistas quando estes tratam de um outro sujeito (e quais seriam) e a presença de uma formulação explícita sobre o sujeito que não encontramos em Freud.

Caberia questionar porque escolhemos analisar a psicanálise e não outra corrente teórico-clínica. A resposta passaria tanto pelos interesses pessoais do pesquisados quanto pelo peso que esta teoria tem na sociedade e nos consultórios brasileiros. Autores de diversos campos se valem da psicanálise para compreender fenômenos sociais, pessoais, políticos entre outros, trazendo e naturalizando classificações e leituras próprias desta área de conhecimento. Estes escritos e seu impacto na construção de sentidos para os acontecimentos justificam uma análise minuciosa dos lugares criados e distribuídos a tal ou qual tipo de subjetividade (FOUCAULT, 1995, 2009a, 2009b, 2011); nos consultórios temos a configuração desta subjetividade atuando na produção das cenas e discursos da relação paciente-terapeuta.

Os trabalhos encontrados na revisão bibliográfica e que serão analisados por nós segundo a AID são:

A Perversão Comum – Viver juntos sem o outro, Jean-Pierre Lebrun (2008)

Mal-estar na atualidade, Joel Birman (2012)

Trazemos também o texto “O Homem Transicional – Para além do neurótico & borderline" de Nahman Armony (2013) que, embora não tenha sido citado nos textos

trabalhados, acreditamos merecer espaço por ser um autor brasileiro tratando do tema a partir de um referencial distinto (psicanálise winnicottiana).

O leitor perceberá que não analisamos o livro todo, isto por um motivo puramente prático: como se tornará claro, a análise proposta pela AID é trabalhosa e demanda que nos debrucemos longa e repetidamente sobre o mesmo texto para que possamos dele retirar aspectos relevantes, neste sentido analisar todos os livros seria uma ambição irrealizável. Prosseguimos, pois, da seguinte forma: após a leitura dos livros escolhemos o capítulo ou parte do livro que tratavam mais diretamente da questão de um novo sujeito contemporâneo (em detrimento daquelas que traziam considerações sobre as mudanças da sociedade de modo geral, da história do conceito de subjetividade etc.) e nos limitamos a analisar estas partes; quando nos referirmos aos livros, portanto, fique o leitor ciente de que falamos deste recorte.

Terminada a revisão bibliográfica, passemos para os objetivos que queremos alcançar através da análise dos textos selecionados segundo a *estratégia de pensamento* da AID.

2 - Objetivos

Nosso objetivo resume-se a analisar qual é o sujeito contemporâneo para os autores em questão, nos interessa delimitar quais verdades e qual lugar está sendo configurado para estes sujeitos das "patologias contemporâneas", ou seja, qual a verdade constituída a partir da psicanálise para os narcisistas contemporâneos, os psicóticos ordinários, os perversos comuns etc. Não tratamos aqui de desmistificar tais "verdades", de dizer se elas correspondem realmente ao fato ou se são criações descabidas, queremos sim analisar seus pressupostos e instrumentos, qual o contexto de criação dessas verdades, suas regras e limites, em outras palavras, quais seus "jogos de verdade" (FOUCAULT, 2009b). No entanto, se este é o ponto fundamental da análise, não é o único objetivo da mesma: apoiando-se na Análise Institucional do Discurso (GUIRADO, 2010), mira-se a compreensão dos possíveis efeitos de (re)desconhecimento destas teorias para a prática clínica, tal como exercida desde as clínicas-escola da formação em psicologia, até suas formas institucionais de consultório ou serviços de saúde.

Em resumo, o presente trabalho procura mostrar os modos de enunciação que configuram um certo sujeito contemporâneo para alguns autores de destaque no meio psicanalítico. Nesta delimitação mostramos, também, como os pressupostos psicanalíticos (transferência, metapsicologia, complexo de Édipo etc.) permitem e autorizam as formulações feitas pelos psicanalistas quando tratam do sujeito contemporâneo. Por pressupostos teóricos damos destaque para o modo como estas compreensões acerca do sujeito contemporâneo *modificarão* a escuta e interpretações do analista, na medida em que participarão da configuração do co-enunciador (MAINGUENEAU, 2006) deste psicanalista.

Acima de tudo este trabalho não é psicanalítico e se valerá dos conceitos deste campo somente para analisar seu papel na argumentação "diagnóstica"/"terapêutica" sem legitimar sua validade fora deste registro discursivo e principalmente sem naturalizar esta teoria. Infelizmente não será possível dar o segundo passo (que julgamos o mais interessante) nesta dissertação: mostrar, no fazer clínico concreto, as escutas e procedimentos afastados do dito e vivenciado pelo sujeito que são gerados pelas naturalizações da teoria.

3 - Método e conceitos norteadores

Todo este trabalho está fundamentado e só se justifica pela Análise Institucional do Discurso (GUIRADO, 2000, 2010), entretanto para dizer desta *estratégia de pensamento*, precisamos começar falando do objeto de estudo, ou seja, como compreendemos os textos/discursos que tratam do "sujeito contemporâneo" em psicanálise. Seguiremos então, numa primeira parte, por uma explicitação das articulações sobre a noção de discurso e instituição efetuadas por Guirado (2000, 2010) na organização da Analise Institucional do Discurso (AID) tendo em mente algumas especificidades do discurso tal como apresentadas por Maingueneau (1997, 2006, 2010).

Análise Institucional do Discurso

A Análise Institucional do Discurso não poderia ser definida como um método propriamente dito, como um conjunto de operações ou instrumentos que poderiam ser aplicados a um certo conjunto de objetos de estudo. Guirado (2010) escolhe classificar a AID como uma *estratégia de pensamento*, um modo de estudo a partir do qual, tomando um pequeno número de conceitos articulados entre si, podemos analisar certos discursos sem teorias pré-concebidas que serviriam à interpretação dos mesmos.

A AID recorta e configura seus objetos de acordo com seus pressupostos e concepções de dois termos, fundamentalmente (como já indicado em seu nome): o de Discurso e o de Instituição.

O conceito de discurso em AID é o resultado da articulação, feita por Marlene Guirado, do pensamento de Foucault e Maingueneau sobre o tema. Tomemos, então, uma pequeno desvio

para falar como cada um destes autores compreende o discurso para enfim chegarmos à construção teórica da AID.

Discurso

Em Foucault (e para nós) os discursos são práticas regionais, limitadas e com caráter de acontecimento, ou seja, os discursos possuem suas especificidades históricas que não devem ser diluídas em um contínuo de outros discursos. Fundamentalmente Foucault empreende, em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2012), um primeiro esforço de conceituação do que seria para ele discurso, mais precisamente como deveríamos abordá-lo.

Foucault (2012) começa por estudar os principais modos pelos quais os discursos são agrupados, uma ciência (conjunto de verdades e procedimentos), um livro (conjunto de capítulos), a obra de um autor (conjunto de textos reunidos sob um nome próprio), por exemplo, interrogando-se como estes agrupamentos são realizados.

Os cortes mais ou menos arbitrários rapidamente se revelam quando observados atentamente: são categorias reflexivas, que se interrogam, no tempo atual, retroativamente sobre o que teria se passado na época que estes discursos teriam ocorrido, a ciência olha para sua história e seleciona quais foram os elementos que contribuíram para sua evolução e quais não passaram de erros, da mesma forma a obra de um autor, quando recolhida após sua morte, deve fazer cortes mais ou menos arbitrários em todo o material produzido buscando uma certa coerência nos temas ou estilos disponíveis, serão incluídas as cartas enviadas pelo autor, os poemas, as entrevistas, apresentações, esboços ou somente aquelas produções terminadas e destinadas em vida à produção? E qual seria o critério evidente em favor de uma ou outra seleção?

Aqui encontramos a preocupação de Foucault em retomar o caráter de acontecimento e de práticas regionais e limitadas do discurso sem procurar encontrar uma continuidade nos discursos produzidos em diferentes momentos, sem desejar encaixar um discurso, de uma

maneira mais ou menos artificial, num “espírito de sua época”, nos “objetivos do autor”, na “história de vida do escritor”, de encontrar num texto, a mesma questão presente num outro.

Foucault apresenta seu método como novo modo de analisar os discursos atentando para sua singularidade, seu componente de ruptura, sem participar desta compulsão de forçar neles uma linearidade e unidade a qualquer custo. Em *A Ordem do Discurso*, (FOUCAULT, 2010) nos apresenta os mecanismos presentes na construção desta regularidade dos discursos, mecanismos que, essencialmente, limitam sua aleatoriedade. Foucault (2010) mostrará um *princípio de limitação* específico que atua na constrição dos discursos que partilham de um certo conjunto de pressupostos e mecanismos de validação na separação verdadeiro-falso, chamando isto de *disciplina*. Uma disciplina, portanto, é um conjunto de regras segundo as quais um discurso pode circular em nome de um grupo: a disciplina da medicina, por exemplo, comporta um certo modo de apropriação de seus objetos (o corpo humano, por exemplo, deve ser abordado através da anatomia e da mensuração), de validação de seus resultados (análises estatísticas, por exemplo) e de comunicação (um certo modo de escrita, diferente da poesia, por exemplo). O mesmo ocorre com a psicanálise, seu modo de abordar o sujeito, seus pressupostos e modo de transmissão do saber (incluindo análises de casos, por exemplo) configura-a como uma disciplina.

O conceito de *jogos de verdade* é trazido por Foucault (2010) como regras definidoras do modo como uma disciplina se aproxima de um objeto e quais resultados desta aproximação são verdadeiros ou falsos. A noção de jogo é fundamental para compreendermos qual o espírito da formulação foucaultiana, colocada no sentido de que existem certas regras para se produzir conhecimento em determinada área do conhecimento, ou seja, somente ao valer-se de certos procedimentos, conceitos, posturas etc. um conhecimento pode ser visto como “verdadeiro” para certo campo científico. Nas palavras de Foucault (2009, p. 283):

> A palavra "jogo" pode induzir em erro: quando digo "jogo", me refiro a um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda.

Os jogos de verdade delimitam como algo pode ser pensado mas também *o que* pode ser pensado dentro de um certo campo epistemológico, já que alguns temas ou modos de aproximação dos objetos de estudo são considerados fora do campo/escopo de uma disciplina. Para que uma proposição possa pertencer à uma disciplina “ela precisa dirigir-se a um plano de objetos determinado”, “deve utilizar instrumentos conceituais ou técnicas de um tipo bem definido” e também “deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico” (FOUCAULT, 2010).

Neste sentido a questão da verdade em Foucault não é trabalhada em sua relação com a realidade externa, como se coubesse às diversos campos de estudo descobrir, progressivamente, qual é a verdade acerca de tal ou qual fenômeno, a verdade discutida aqui é sempre de acordo com condições exigidas por uma certa disciplina.

Talvez somente mais uma ressalva acerca do conceito de verdade para Foucault: sem dúvida a verdade tal como abordada em sua obra tem a marca da construção (mecanismos e modos de pensar que constroem um saber a respeito de determinada coisa), mas isto não quer dizer que retira dela sua validade:

> A partir do que se pode dizer, por exemplo, a respeito dessa transformação dos jogos de verdade, alguns concluem que se disse que nada existia – acharam que eu dizia que a loucura não existia, quando o problema era totalmente inverso: tratava-se de saber como a loucura, nas diferentes definições que lhe foram dadas, em um certo momento, pôde ser integrada em um campo institucional que a constituía como doença mental, ocupando um certo lugar ao lado das outras doenças.
> Na realidade, há também um problema de comunicação no cerne do problema da verdade, o da transparência das palavras do discurso. Aquele que tem a possibilidade de formular verdades também tem um poder, o poder de poder dizer a verdade e de expressá-la como quiser.
> - Sim. No entanto, isso não significa que o que ele diz não seja verdade, como a maior parte das pessoas acredita: quando as fazemos constatar que pode haver uma relação entre a verdade e o poder, elas dizem: "Ah, bom! Então não é a verdade!" (FOUCAULT, 2010, p. 284)

Estamos, então, explicitando as regras que tornam possíveis a formulação de um certo conhecimento e não questionando propriamente a validade deste conhecimento, interessa-nos apenas explicitar que estas verdades possuem as marcas de suas condições de possibilidade em sua construção tal como expostas por Foucault.

Em nosso trabalho tal compreensão ganhará importância quando falarmos da produção de verdades da psicanálise sobre os sujeitos contemporâneos: buscaremos apontar no texto quais naturalizações tomam lugar nos discursos psicanalíticos, qual sua relatividade e consequências, ou seja, quais os *jogos de verdade* no fazer psicanalítico.

Em resumo, de Foucault trazemos o discurso como um conjunto de regras que permite e regula sua propagação em certos meios, dentre estas regras temos os *jogos de verdade* que permitem ou impedem que uma verdade seja veiculada em certas *disciplinas/instituições*. Este outro pilar da AID, as instituições, será tratado mais adiante para continuarmos trilhando os caminhos percorridos pela AID na formulação de seu conceito de *discurso*.

Um ponto de passagem da concepção de discurso de Foucault para a da AID se encontra na Análise do Discurso Francesa de Dominique (MAINGUENEAU, 1997, 2006, 2010), uma linha de análise do discurso que o aborda em sua vertente pragmática:

> De forma mais geral a pragmática tende a enfatizar que "a tomada da palavra" constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante de um fato realizado e exige que este o reconheça como tal. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e atribui um lugar complementar ao outro, peço-lhe que se mantenha nele e que "reconheça que sou exatamente aquele que fala de meu lugar". Solicitação que é feita, pois, a partir de um "quem sou eu para ti, quem és tu para mim". (MAINGUENEAU, 1997, p. 31-32)

A análise se conduz, portanto, não procurando enfocar o que tal ou qual autor *quer dizer* com um conceito, por exemplo, mas olhando detidamente para quais lugares constrói enquanto fala do sujeito, da clínica, das patologias, dos analistas, da psicanálise etc. A análise pragmática organiza uma *cena* que distribui os personagens do discurso em certos lugares, sendo um destes personagens o próprio enunciador. Atentemos para uma distinção fundamental neste modo de estudarmos o discurso: este não é visto apenas como um instrumento de transmissão de informações, mas destaca-se seu caráter interativo.

> Ao dar uma ordem, por exemplo, coloco-me na posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve obedecer; não preciso, pois, perguntar se estou habilitado para isto: ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem efetivamente reunidas. Dito de outra forma, não é porque tais condições estão reunidas que o ato pode ser efetuado, mas é porque este ato foi efetuado que se consideram reunidas estas condições. (MAINGUENEAU, 1997)

Na análise que empreenderemos nesta dissertação atentaremos para "quem fala", em qual posição se coloca para dizer o que diz, quem são suas referências e como estas são utilizadas, em outras palavras, qual *cena enunciativa* se configurou neste discurso. Quando fizer referências, estas serão feitas de qual modo? Ele usará aspas, citará a fonte ou é pressuposto que seus destinatários já conheçam a mesma? E quando o fizer, concordará com aquilo que trouxe como referência, assumirá responsabilidade por este dito ou deixará a autoridade falar por si?

Ponto fundamental da análise será a forma como o sujeito contemporâneo se insere nesta cena: como aquele que precisa de ajuda, alguém que desafia a prática corrente, alguém infantil, egocêntrico? Isto não somente pelo conteúdo do texto em si (muito embora jamais sairemos do texto), mas pela posição que é colocada para o paciente, qual o valor de seus ditos (caso eles sejam considerados) e como eles são interpretados na produção destas verdades sobre eles, ou seja, quais lugares são atribuídos para aquele de quem se fala.

Instituição

Partamos, agora, para a conceituação do termo *instituição* dentro da AID. Visto como outro pilar desta, o conceito de instituição foi trazido de J. A. Guilhon Albuquerque, compreendido enquanto "práticas sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se por efeitos de reconhecimento e desconhecimento" (Guirado, Martins-Afonso & Guirado, 2012, p. 18).

Façamos alguns destaques neste trecho de citação denso e elucidativo. A instituição é vista como **práticas sociais**, ou seja, a instituição é a ação de seus indivíduos, é seu fazer cotidiano, com a ação diária de seus agentes que a instituição continua existindo, se mantendo e se reinventando:

> O mais importante nessa compreensão de instituição é que ela nos coloca, na qualidade de agentes ou de clientela, como atores em cena. É a nossa ação que faz a instituição. Que a reproduz e legitima. Inclusive, no que diz respeito aos efeitos de reconhecimento e desconhecimento. Assim, não há porque se referir à instituição como um corpo estranho, acima de nossas cabeças, com vida própria e independente de nós. Nós a fazemos. E, mesmo que à revelia de nossa consciência, reconhecemos como natural e legitimo esse fazer. (Guirado, 2010, p. 45)

Outro aspecto que merece atenção é o modo pelo qual a instituição se legitima: pelos efeitos de reconhecimento e desconhecimento de seu fazer. É a naturalização de sua prática, vista como evidentemente correta, que a legitima tanto perante seus agentes como perante sua clientela. Esta prática, naturalizada, desconhece sua historicidade, limites e particularidades, e aparece como algo que necessariamente deve se passar desta forma:

> A base diferencial de nossa proposta é o *conceito de instituição* com que trabalhamos: conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se (ALBUQUERQUE, 1978). Essa legitimação se dá, em ato, pelos efeitos de reconhecimento de que essas relações são obvias e que naturalmente sempre foram assim. Dá-se ao mesmo tempo e complementarmente, pelos efeitos de desconhecimento de sua relatividade. (GUIRADO, 2010, p. 45)

Ao trazer o conceito de instituição para as práticas sociais, Guirado permite incluir a psicanálise como uma instituição entre outras, uma instituição que, ao fazer-se no dia-a-dia, seja em consultórios, hospitais, prisões, reatualiza seu saber em ato, ignorando sua relatividade

e reafirmando sua legitimidade. Em nosso trabalho estaremos sempre atentos para os modos de naturalização da teoria e prática psicanalítica tal como aparecem no discurso dos psicanalistas.

Em nossa análise teremos especial atenção para o papel desempenhado pela teoria psicanalítica na produção de verdades sobre os sujeitos, ou seja, como os pressupostos teóricos atuam na escuta e interpretação do paciente, como se dá esta passagem que pode substancializar e naturalizar teorias. A discussão sobre estas possíveis naturalizações será conduzida através da articulação de três níveis de análise permitidos pela AID: o conceito de instituição (Albuquerque), o de jogos de verdade (Foucault) e as citações (Maingueneau).

Atentaremos para a possibilidade constante de cristalização de uma teoria, resultando numa apreensão da realidade através de categorias mais ou menos fixas e já estabelecidas pela instituição (psicanalítica, no caso) e quais marcas são deixadas por este procedimento nas verdades produzidas. Na análise do texto um ponto se destaca na compreensão dos jogos de verdade: as citações. Através delas temos uma visão privilegiada sobre quais campos do saber são considerados como verdadeiros ou falsos, em que situações e através de qual estratégia, em outras palavras, quais citações são utilizadas, em que momento do texto, de que forma elas são introduzidas, procurando suscitar qual efeito?

Como deve ter se tornado claro, este método caracteriza-se por manter-se atento a diversas possibilidades de *como* algo é dito, isto porque, por sua própria compreensão de discurso e por seu caráter analítico (e não interpretativo), seria um contrassenso determinar anteriormente ao trabalho *o que* deve ter maior ou menor atenção na análise dos mesmos. Reiteramos aqui que os textos serão analisados e não interpretados. O método da Análise Institucional do Discurso propõe alguns poucos conceitos e uma estratégia de pensamento que permite reconhecer na análise dos próprios textos a configuração e pertinência de cada aspecto. A priori um único recorte de conteúdo: definir como se configura o sujeito contemporâneo nestes textos. Os elementos que permitirão delinear esta resposta só se mostrarão na própria análise.

4 – Análises

Tendo explicitado no Método todas as atenções e justificativas que permanecem como pano de fundo de nossas análises, trazemos aspectos mais práticos de como as mesmas serão feitas: a análise é sempre acompanhada da transcrição integral dos parágrafos do texto, permitindo que o leitor acompanhe nossa análise como também possa dela discordar, ou seja, a transcrição é apresentada e, nos momentos apropriados incluímos a análise do parágrafo ou parte dele. Este modelo também é seguido no texto de Lebrun, entretanto realizamos a transcrição e análise apenas até o subcapítulo *Fenomenologia do neo-sujeito* e com isto já pudemos alcançar os objetivos deste trabalho. De todo modo, até onde podemos avaliar, esta seleção não traz prejuízo para a análise e os subcapítulos trazidos estão completamente transcritos na ordem de parágrafos que constam no livro.

Antes da análise apresentamos um resumo do texto, ao final desta fazemos o exercício de apresentar uma *síntese analítica* do mesmo: pretendemos com isto reunir todos os aspectos analisados ao longo do texto articulados entre si em um todo coerente. Como último componente formal, ressaltamos que todas as citações presentes na análise referem-se ao texto em questão exceto quando indicado o contrário.

Queremos enfatizar mais uma vez que não buscamos a verdade última destes textos analisados, como dito anteriormente, apresentamos os resultados tendo discorrido sobre os pressupostos que instrumentalizam e possibilitam esta análise, cientes de que nosso método deixa suas marcas nas verdades encontradas, como não poderia deixar de ser. Queremos destacar também que aqui estamos analisando o texto/discurso de certos autores da psicanálise, isto para deixar claro que não falamos destes psicanalistas e nem mesmo neles enquanto autores de um modo geral, mas apenas da produção específica dos trabalhos que nos propusemos a analisar; fique o leitor, portanto, ciente de que caso por algum descuido possa parecer que estamos nos referindo à pessoa/autor dos textos, nossa análise e conclusões repousam, se justificam e são válidas unicamente na/pela especificidade destes discursos escolhidos.

Acreditamos que a análise aqui apresentada se sustenta pelo método escolhido e que seus resultados podem evidenciar certos aspectos da produção de verdades na psicanálise

especialmente no que diz respeito ao sujeito contemporâneo; talvez também possam ser apontados alguns possíveis efeitos destes aspectos na clínica psicanalítica.

4.1 - Segunda parte do livro *Mal-estar na atualidade*, intitulado "As novas formas de subjetivação", de Joel Birman (2012)

4.1.1 – Resumo do texto

A segunda parte do livro de Birman intitulada "As novas formas de subjetivação" inicia-se com o subcapítulo chamado "Fora-de-si versus dentro-de-si". Neste subcapítulo o autor começará expondo sua certeza de que a maior parte das internações no Brasil se dá por conta do significante "fora-de-si", seria este o significante utilizado para falar que alguém está louco.

Continuando, Birman dirá que este conceito é trazido na ordem da *negatividade*, ou seja, se ele seria o signo principal para dizer que alguém enlouqueceu e precisa ser internado, subentender-se-ia que o sujeito nesta modalidade não preencheria os requisitos mínimos de sociabilidade requeridos para continuar em liberdade, em outras palavras, o sujeito, para permanecer livre, deve estar numa condição "não fora-de-si". Sanidade mental se fundiria, então, diz o autor, na "exigência insofismável de um sujeito que se inscreva *dentro-de-si*" (BIRMAN, 2012, p. 165, itálicos do autor). Antes de passarmos para o próximo subcapítulo caberia resumir a tese principal deste atual, a saber, a enunciação de que o "sujeito se funda dentro-de-si e não fora implica[ria] afirmar que a interiorização e o autocentramento são atributos por excelência para definir a saúde mental. Além disso, seriam aqueles atributos que delineariam o horizonte possível para a sociabilidade" (BIRMAN, 2012, p. 165).

Entramos agora no segundo subcapítulo intitulado "Entre a naturalização e a crítica", na qual o autor defende que a oposição entre o dentro e o fora-de-si foram construídas através dos índices de sociabilidade a antissociabilidade, existindo portanto uma hierarquia conceitual entre estes termos. Após isto, Birman exerce uma espécie de crítica a esta *naturalização* que ocorreria em todos nós quando nos referíssemos à estas categorias para definir a loucura, estas categorias supostamente teriam sido criadas na base da *interpretação*. Sua crítica é de que, em suas palavras, "precisaríamos saber o que nos funda e nos regula, na interpretação do real e de nós

mesmos, para podermos analisar as consequências disso para nossa experiência social com o universo da loucura" (BIRMAN, 2012, p. 166). O texto continua afirmando que estes questionamentos só podem surgir a partir de um estranhamento decorrente das experiências concretas com a loucura, a finalidade desta crítica seria avaliar as bases históricas da nossa interpretação sobre a loucura e a formulação de outras para o futuro.

Enumerando seus objetivos para este seu texto, diz: "Inicialmente farei uma leitura crítica da constituição da experiência da loucura quando esta foi fundada pela oposição entre os estados do dentro-de-si e do fora-de-si no registro do sujeito. Em seguida, indicarei a que modelos psicopatológicos remete essa construção. Traçarei, ao mesmo tempo, a genealogia daquela oposição para esboçar as diversas figurações e os modelos psicopatológicos correspondentes. Finalmente, minha intenção é me indagar sobre o destino daquela oposição na atualidade." (BIRMAN, 2012, p. 166-167).

Terminando o subcapítulo com esta exposição de seu percurso pretendido, o texto traz, do capítulo III ao VII, a tentativa de traçar a suposta evolução histórica da concepção de loucura como "fora-de-si" desde o século XVI a até o XX, tomando como base principalmente os filósofos do Iluminismo como base de suas afirmações. No terceiro subcapítulo chamado "A reversão do sujeito", o autor começa trazendo qual seria a concepção de loucura do século XVIII, supostamente vista como *alienação mental*, fórmula que (sempre segundo o texto) traria a expressão literal de que o sujeito, antes presente em si mesmo, teria se alienado em algo fora-de-si; neste momento no qual o espírito se alienaria fora do sujeito, este perderia o que lhe seria mais fundamental: "a *autoconsciência* que lhe define tanto no sentido do *autocentramento* quanto no da *interioridade*" (BIRMAN, 2012, p. 167, itálicos do autor).

Ainda segundo o autor, para a psiquiatria nascente, a alienação mental seria curável, o sujeito poderia se alienar de si mesmo e, depois desta experiência, retornar ao estado de autocentramento, existiria portanto, uma certa "*reversibilidade* do sujeito da exterioridade para a interioridade e do descentramento para o autocentramento" (BIRMAN, 2012, p. 168, itálicos do autor). Neste ponto Birman começa a introduzir quais seriam os fundamentos filosóficos destas práticas e crenças psiquiátricas, e inicia este trabalho trazendo Hegel que "reconhecia na concepção de Pinel de cura possível da alienação mental uma modalidade fundamental de *dialética* entre os registros do dentro-de-si e do fora-de-si" (BIRMAN, 2012, p. 169, itálicos do autor), neste sentido, portanto, a alienação mental não seria a substituição de um sujeito da razão por outro sujeito da razão, mas o mesmo sujeito alternando-se na dialética da razão. Esta concepção da psiquiatria nascente estaria, segundo Birman (2012), em total acordo com a

concepção hegeliana do sujeito e sua dialética tal como exposta na "Fenomenologia do Espírito".

No prosseguimento da segunda parte do livro, temos o subcapítulo IV chamado "Do entendimento ao sujeito", no qual o autor trará qual seria a concepção de Kant acerca do sujeito e suas articulações com o pensamento psiquiátrico, curiosamente este é o caminho do texto: ao mostrar um autor, em seguida mostra um autor anterior a este, fazendo um caminho inverso ao cronológico. Neste subcapítulo, então, o autor falará de Kant como tendo uma leitura da loucura "eminentemente pré-moderna", no sentido de que não existiria cura para a loucura e tampouco a alienação era uma etapa rumo ao conhecimento, a loucura era o erro da razão, razão que estaria para sempre perdida.

Ao trazer os modelos paradigmáticos de loucura para cada um destes autores, Birman (2012) destaca a *demência* como modelo kantiano e a *psicose/monomania* como modelo da loucura para Hegel; de passagem aponta que Freud, ao falar do delírio como uma forma do sujeito dizer a verdade e como uma tentativa de cura, segue o raciocínio hegeliano segundo o qual a psicose poderia ser revertida mediante a interpretação psicanalítica.

Retrocedendo cronologicamente ainda mais na filosofia, o texto traz, no subcapítulo seguinte intitulado "O sujeito e a interioridade", as concepções de Montaigne e Descartes sobre a construção do sujeito. Ao primeiro atribui as origens da construção da *interioridade*, do "dentro-de-si", que se desenharia pelos "pensamentos próprios de uma individualidade, temperados pelo diapasão de seus afetos, de maneira a se constituir a concepção do eu, de fato e de direito". O sujeito seria então, nos diz Birman, este conjunto de fenômenos que existiriam dentro-de-si, não podendo, então, ser concebido um sujeito fora-de-si (neste último a essência estaria perdida).

É no subcapítulo posterior ("A filosofia do sujeito") que Birman (2012) incorporará o lugar que Descartes ocuparia na história deste pensamento sobre a construção do sujeito. Para o autor, Descartes, ao identificar o sujeito como *res cogitans*, alicerça-o no próprio pensamento, excluindo quaisquer outras bases de sua existência; neste sentido a separação radical entre *res cogitans* e *res extensa* ancora o sujeito no dentro-de-si do pensamento deixando todo o resto (inclusive o próprio corpo) como não sujeito, como antisujeito. Será este o fundamento, segundo o autor, para as explorações de Montaigne acerca do sujeito.

O próximo subcapítulo fará uma recapitulação do percurso filosófico empreendido no texto até o momento, com o adendo de que, "no Freud final", o sujeito seria "fora-de-si por vocação, transformando-se em dentro-de-si por um longo processo de *subjetivação* que não é necessário nem obrigatório". O autor também anuncia que no seguimento do texto sua proposta

é apresentar um questionamento sobre o modelo psicopatológico da neurose e o modelo hegeliano do sujeito que ainda seriam referências para se pensar o sujeito fora de si na atualidade. Com este questionamento em mente, inicia o subcapítulo posterior intitulado "A cultura do narcisismo e do espetáculo", onde serão introduzidos os autores Lasch e Debord numa proposta de substituição de modelos psicopatológicos e de fundamentação da subjetivação frente às supostas particularidades contemporâneas.

Assumindo que o autocentramento do sujeito estaria num nível nunca antes visto, e que isto é claro a todo aquele que se propor a observar o mundo, afirma que a alteridade tende ao desaparecimento, naquilo que Lasch teria chamado de "*cultura do narcisismo*". Seguindo a análise, aponta como traço inicial do autocentramento a "estetização da existência", compreendida aqui como "a exaltação gloriosa do próprio eu". Nestes cuidados com o próprio corpo, o eu se tornaria um objeto destinado a admiração do próprio sujeito e dos outros.

Existiriam, segundo esse discurso, algumas ferramentas para que essa "estetização da existência" ocorresse, a principal delas sendo o uso da mídia, ou seja, os meios de comunicação em massa permitiriam que o sujeito se apresentasse como produto de consumo para um grande número de pessoas; o texto advoga ainda que nesta cultura contemporânea, o sujeito valeria pelo que aparenta ser, pelas imagens que fornece de si próprio.

Outra destas ferramentas estaria presente na esfera sexual e é chamada pelo autor de "predação do corpo do outro": uma maneira de realizar a estetização do próprio eu através da manipulação do outro, sendo esta manipulação o que permitiria ao sujeito se enaltecer e glorificar. Aqui entra, no texto, o segundo autor de referência; usando Debord como fundamentação, Birman (2012) diz que a função primordial da existência atual seria a performance e a exibição: o sujeito, numa confusão entre o ser e o parecer, se mostraria apenas como as imagens que conseguiria exibir de si próprio.

Tendo falado sobre a subjetividade contemporânea, Birman (2012) agora inicia sua fala acerca da "psicopatologia da pós-modernidade" no subcapítulo "Humilhados e ofendidos". Aqui Birman argumenta que a psicopatologia da pós-modernidade se centraria nos casos em que o sujeito não teria podido realizar a exigida estetização de seu eu, sujeitos que não estariam aptos a participar da "cultura do narcisismo", a saber, nos casos de depressão, síndrome do pânico e toxicomanias: as duas primeiras por paralisarem o movimento de exibição do eu, e a última por ser um modo artificial de manter os altos níveis de performance que seriam exigidos atualmente. O autor também destaca que estas pesquisas seriam conduzidas exclusivamente através da biologia, deixando o psiquismo como "epifenômeno do corpo biológico". Ao final aponta que a psicanálise estaria perdendo terreno na pós-modernidade justamente por se opor a

esta “cultura do narcisismo”, por ter como sua base a “quebra das amarras narcísicas do indivíduo”.

Nos dois subcapítulos finais o texto busca articular suas explorações filosóficas com a cultura atual, no intuito de relacionar a cultura do narcisismo e os modos de subjetivação contemporâneos. No subcapítulo X (“O fora-de-si de colarinho branco”), sua tese principal é que “o autocentramento da subjetividade na cultura do narcisismo é justamente o excesso de exterioridade”. Neste sentido, o autor defende que atualmente encontraríamos uma nova modalidade de sujeito fora-de-si que não se identificaria mais com o modelo da psicose mas sim um sujeito fora-de-si por ter sua essência nos objetos e imagens externas a ele. Seguindo em sua comparação, diz que existiria uma inversão cultural em nossos dias, pois este sujeito fora-de-si contemporâneo não seria excluído da sociedade como teria sido nos tempos modernos, mas, pelo contrário, seria exaltado pela nossa cultura.

O subcapítulo final (“A filosofia do sujeito no limbo”) traz a concepção de que o sujeito fora-de-si, ao ser valorizado e não mais excluído, modifica todas as posições subjetivas que teriam sido investidas anteriormente e, nestas mudanças, também a filosofia do sujeito deixaria de ser considerada nos dias atuais. Esta filosofia seria vista como ultrapassada, não existiria mais espaço para as concepções introspectivas em tempos da “cultura do espetáculo”. Em seu último parágrafo, o texto reforça a ideia de que a psicanálise, nos tempos atuais, estaria em crise: ela se contraporia a todos os pressupostos da cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo, o que a deixaria sem atrativos para os sujeitos de nosso tempo.

4.1.2 – Análise do texto

Começaremos, então, a análise do primeiro texto de acordo com os objetivos propostos neste trabalho, ou seja, realizar uma análise *pragmática* nos moldes propostos pela Análise Institucional do Discurso, retomamos brevemente que esta análise atenta para os *papéis* e

lugares que são dispostos no discurso analisado e procura configurar uma *cena* que dê conta de todos os aspectos presentes no texto. Vamos, portanto, à análise.

O texto chama a atenção pelo grande número de afirmações que supostamente são de conhecimento comum (ao menos para todos aqueles que possuem o conhecimento do autor) e que, portanto, dispensam argumentações ou exemplos. O autor, logo no primeiro parágrafo, esbanja certezas que supostamente deveriam estar claras para seu leitor:

> **Sabe-se** que o significante fora-de-si enuncia a causa maior das internações psiquiátricas na atualidade. **Isso se passa seguramente** no Brasil, mas, **ao que tudo indica**, também em escala internacional. Esta **é** a razão pela qual os internantes, principalmente a família, justificam a internação de alguém como louco. Acredito que sempre tenha sido assim, desde os primórdios da psiquiatria na aurora do século XIX, **como se pode facilmente depreender** da leitura dos clássicos do discurso psiquiátrico. **Tudo nos indica**, enfim, que a representação da loucura se enuncia pela descrição de um estado em que o sujeito se encontra fora-de-si. (BIRMAN, 2012, p. 163, negritos nossos)

Atentando para as disposições de lugares no discurso, temos aqui uma fala do autor que se coloca na posição de dizer esta verdade sem necessitar de referências, suas afirmações valem para o Brasil, depois para o mundo e independem do momento histórico. Além disso tal constatação seria facilmente depreendida por qualquer um que se dispusesse a estudar os "clássicos do discurso psiquiátrico".

Em diversas outras partes do texto o mesmo modo de apresentação será utilizado, um tipo de organização textual que coloca o autor como aquele que compreende o que se passa e o leitor como aquele que deve ter um *olhar atento*, uma *escuta refinada* ou maior bagagem cultural para acompanhar o autor. Frases como "Se examinarmos a questão bem de perto.." (p. 164), "ele está seguramente no registro" (p. 164), "pode-se constatar" (p. 164), "É evidente que Hegel" (p. 169), para citar apenas alguns exemplos fazem parte de um interessante movimento que coloca o ônus da prova da afirmação do lado do leitor: é a ele que cabe ler a realidade e os textos de maneira apropriada para compreender aquilo que *é evidente* para o autor.

Este é um autor que dá as evidências, afirma ou constata, autoriza os filósofos e nos mostra qual e como é a realidade; por sua parte o leitor é configurado como aquele que não possui estas evidências, que será guiado pela erudição do autor, que não sabe necessariamente como é a realidade[5].

[5] Tentando pensar este modo de construção textual, encontramos em Maingueneau (2010) o conceito de *ethos* do escritor, em suas palavras: O ethos discursivo é coextensivo a toda enunciação: o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor, que este último tenta controlar, mais ou menos conscientemente e de maneira bastante variável, segundo os gêneros de discurso. (p. 79)

O autor faz referências a filósofos com grande naturalidade, guiando o leitor para uma breve história do conceito de dentro-de-si e fora-de-si através destes filósofos e ao fazê-lo, claro, autoriza-se a tanto.

Sobre o *ethos discursivo* é interessante perceber como Birman estrutura seu texto e suas referências: sua tese vai sendo mostrada "de trás para frente", ou seja, embora seu objetivo pareça ser o de chegar a certa concepção filosófica de Hegel, sua estratégia não é a da linearidade cronológica (partindo de Montaigne, passando por La Rochefoucauld, Descartes e Kant para chegar a Hegel), mas sim de toda uma outra forma, ele inicia descrevendo o pensamento de Hegel, mostrando como este é tributário de Kant, que por sua vez o é do de Descartes e assim por diante. Nesta estratégia o leitor permanece "às escuras" por lhe ser impossível deduzir qual será o elo de ligação que tornará este filósofo devedor do próximo já que desconhece o caminho argumentativo planejado pelo autor. Aqui queremos mostrar, mais que uma simples questão estética de organização textual, uma *posição* discursiva assumida pelo autor: aquela de guia. O autor é aquele que mostrará ao leitor quais são as conexões corretas entre os filósofos, o que eles queriam dizer com tal ou qual conceito, se eles chegaram perto da realidade ou não etc., queremos enfatizar como esta construção textual coloca o autor como *ponto de ancoragem* para suas próprias afirmações, ou seja, Birman legitima ou não o que os filósofos disseram pois sabe mais e melhor o que *de fato* se passa na realidade; ao leitor, cabe acompanhar as passagem elucidadas no decorrer do texto.

Outro ponto interessante de análise ainda do *ethos discursivo* podemos depreender das citações: o autor embasa toda sua argumentação utilizando como referência textos dos próprios filósofos em francês (exceção feita para quando cita a si próprio), isto se segue durante toda a argumentação da base de sua tese (os conceitos de dentro-de-si e fora-de-si como definidores da normalidade), sendo somente no subitem VIII introduzidas as duas únicas referências em português do texto.

Podemos apenas hipotetizar acerca dos efeitos que esta característica do texto causam nos leitores, mas parece ser uma suposição razoável a de que ter a base de sua argumentação calcada na filosofia lida em francês concedem mais confiabilidade à tese exposta pelo autor, ao evocar vários filósofos clássicos em sua língua natural temos a impressão de estarmos evitando pelo menos dois problemas: de que os autores sejam menores ou desimportantes e de que o autor tenha sido vítima de algum erro de tradução. Além disso, a introdução de textos nos

---

No texto em questão podemos analisar tanto o ethos dito (o conteúdo do texto em si, *idem*, p. 83) quanto o ethos discursivo (construído a partir de índices que são dados pela enunciação: escolhas de ordem lexical, complexidade da sintaxe, ritmo das frases, qualidade ortográfica ou riqueza e natureza cultural, *idem*, p. 84).

originais mostra que o que está sendo dito possui o "certificado original de autenticidade", ou seja, o autor estaria apenas trazendo ao leitor o pensamento destes autores, na realidade são eles que legitimariam o que está sendo afirmado, deles viria a autorização para pensar deste modo.

É interessante também notar que o autor a todo o momento introduz seus conceitos (dentro-de-si e fora-de-si) na obra de grandes autores, sem realizar distinções: eles estariam dizendo fundamentalmente a mesma coisa. Mantém-se, além disso, as afirmações de verdade sobre o dito, a não-relativização da leitura do autor destas obras, seu caráter único. O trecho a seguir é exemplar deste deslizamento de conceitos encontrado ao longo de todo o capítulo:

> **Com efeito**, para Hegel o espírito se constituiria pela dialética entre o sujeito e o objeto, entre a interioridade e a exterioridade, entre o autocentramento e o descentramento, em suma, entre o dentro-de-si e o fora-de-si (p. 169)
> Em seus "Ensaios" (Montaigne, "Essais" (1580). In: Montaigne, *Oeuvres complètes.* Paris, Gallimard, 1962) Montaigne constrói e percorre a topologia acidentada do mundo interior de diferentes maneiras, traçando, por intermédio de múltiplos e detalhados comentários, as tênues fronteiras do dentro-de-si. Delineia, assim, suas temáticas e as direções de sua exploração meticulosa. O dentro-de-si se esboça então por pensamentos singulares e por sentimentos que perfilam o continente inexplorado do eu. Com isso, o eu ganha consistência e passa a existir, ligando-se ao exercício de *autoria*. Enfim, o espaço do dentro-de-si se desenha pelos pensamentos próprios de uma individualidade, temperados pelo diapasão de seus afetos, de maneira a se constituir a concepção do eu, de fato e de direito. (p. 173, itálicos do autor, grifos e negritos nossos)
> A psicologia, **como se sabe**, **se constituiu** para a fundamentação do sujeito do pensamento, tendo como sua contrapartida maior aquilo que fora excluído do território legítimo do sujeito: o fora-de-si e a loucura como exterioridade radical daquele (Foucault, M. *Histoire de la folie à l'âge classique.* Op. Cit.) (BIRMAN, 2012, p. 169, itálicos do autor, negritos e sublinhados nossos)

Aqui está o sujeito de fato para Birman, um sujeito dividido entre dentro e fora: sem sabermos o que é dele e o que é de Montaigne, temos que o "sujeito", o "eu" é aquele de dentro, um sujeito da autoria, que se esboça por pensamentos singulares e persiste ao longo do tempo. Como recurso argumentativo Hegel, Kant e Montaigne são introduzidos para mostrar que esse sujeito sempre existiu (portanto ainda existe) a despeito das modificações mais contemporâneas que, como se verá, ocorreram no "fora".

Considerando ter assim demonstrado a importância e pertinência de seu conceito para autores tão importantes da filosofia, o autor agora prossegue a análise da contemporaneidade a partir dele próprio. O subitem VII e os que se seguem são de fato aqueles que mais nos interessam, já que neles explicita-se o lugar do sujeito contemporâneo para este autor. Prosseguiremos, portanto, pausadamente analisando e reconstruindo cada um de seus parágrafos.

> Examinando o campo social da atualidade, **pode-se constatar, sem muita dificuldade**, que o autocentramento do sujeito atingiu limiares **impressionantes** e **espetaculares**, se o compararmos com os momentos anteriores da história do Ocidente quando se instituiu e se reproduziu a visão individualista de mundo. Partindo dos pressupostos desta, o individualismo, como autocentramento absoluto do sujeito, **atingiu seu cume** e limiares até então impensáveis. Nas condições atuais daquele, a *alteridade* **tende ao apagamento** e quase ao silêncio na **economia do sujeito**. Nesse contexto, o autocentramento, aliado à inexistência de história e ao desaparecimento da alteridade como valor, foi considerado por Lasch como traço fundamental da *cultura do narcisismo.* (Lasch, C. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1984) (BIRMAN, 2012, p. 179, itálicos do autor e negritos nossos)

Neste trecho podemos apontar: aquilo que o autor fala pode ser depreendido da realidade como um fato perceptível por todos e sem grande dificuldade, bastando ter um conhecimento da história do Ocidente, a realidade, portanto, está lá, esperando para ser descoberta, ela independe dos conceitos e ferramentas utilizados. Outra constatação: o autocentramento do sujeito é uma parte/característica do sujeito que normalmente é variável, mas agora é absoluto, atingiu seu cume, como se ele (um limite) existisse, note-se também o uso constante de adjetivos superlativos.

O autor não só consegue ler esta realidade como também prever o direcionamento mais provável da sociedade: a alteridade desaparecerá. Se novamente atentarmos para os lugares que são distribuídos no texto, veremos que aqui, novamente, o autor se coloca como aquele que consegue ler a realidade, e explicá-la para seus leitores; mais que isso coloca-se como única autoridade para aquilo que diz. Como se verá outras vezes na análise do texto, o autor frequentemente faz afirmações sustentadas em si próprio, melhor dizendo, no papel que atribui a si próprio em seu discurso através dos elementos que fomos destacando no texto: mostrar familiaridade com os filósofos, lê-los no francês, ser alguém que que leu os "clássicos do discurso psiquiátrico" etc. Mas voltemos ao trecho analisado.

Ponto interessante deste é a referência à economia do sujeito colocada sem qualquer referência, o sujeito **tem** uma economia e o leitor já sabe disso, aqui começamos também a ter uma ideia de quem é seu co-locutor pretendido (provavelmente os psicanalistas). Por fim temos a mostra de que outros autores também partilham desta visão de sociedade e chegaram mesmo a nomeá-la.

> O autocentramento se apresenta inicialmente sob a forma da *estetização da existência*, onde o que importa para a individualidade é a exaltação gloriosa do próprio eu (Lasch, C. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro, Imago, 1984 & Giddens, A. *A transformação da intimidade.* São Paulo, UNESP, 1993). Isso se realiza de maneira caricata, já que o enaltecimento de si-próprio pelo indivíduo ganha as feições do ridículo, quando não do *kitsch* em ato. O cuidado excessivo com o próprio eu se transforma assim em objeto

> permanente para a admiração do sujeito e dos outros, de tal forma que aquele realiza polimentos intermináveis para alcançar o brilho social. (BIRMAN, 2012, p. 179-180, itálicos do autor)

Aqui, diversos pontos. O autocentramento tem formas de se apresentar, sendo a primeira a estetização da existência, nela a individualidade (qual a diferença para o sujeito?) exalta seu próprio eu (o que é o eu?, pergunta não respondida pois o leitor supostamente já sabe a resposta). Mesmo realizando diversos julgamentos de valor, estes não são apresentados como tais, mas como dados objetivos, deste modo a "exaltação gloriosa do próprio eu" é feita de "maneira caricata", e o enaltecimento tem as "feições do ridículo, quando não do *kitsch* em ato". Curioso é observar o lugar que o sujeito toma nesta cenografia construída pelo autor: ele é ator do cuidado que realiza em si próprio, um ator meio desajeitado para aqueles que estão observando de fora deste registro, um ator ridículo; ao mesmo tempo é espectador do resultado (conjuntamente com o resto da sociedade), no intuito de alcançar o "brilho social". A posição do autor é clara neste ponto: numa posição de total estranhamento, não compartilha os valores com estes sujeitos, descreve-os sem ter nada em comum com eles.

> Neste contexto, a mídia se destaca como **instrumento** fundamental para que se forje o polimento exaltado de si-mesmo pelo indivíduo, que se **esmera** então para estar sempre presente nos meios de comunicação de massa, em jornais ou televisão. A *cultura da imagem* é o correlato essencial da estetização do eu, na medida em que a produção do **brilhareco** se realiza fundamentalmente pelo **esmero desmedido** na constituição da imagem pela individualidade. Institui-se assim a hegemonia da aparência, que define o critério fundamental do ser e da existência em sua evanescência brilhosa. Na cultura da estetização do eu, o sujeito vale pelo que parece ser, mediante as imagens produzidas para se apresentar na cena social, lambuzado pela brilhantina eletrônica. (BIRMAN, 2012, p. 180, itálicos do autor e negritos nossos)

Analisemos novamente a cenografia que se constrói aqui. A mídia é apenas instrumento, ela não incita ou inibe a exaltação de si, é o indivíduo que procura estar sempre nos meios de comunicação de massa, nada, portanto, de manipulação midiática das subjetividades, a constituição da imagem é buscada ativamente pelo indivíduo. Entretanto vemos aqui que a mídia trabalha em algo que *existe* de fato, ela dá o polimento para uma interioridade que está lá e independe dela, ela adiciona ou retira coisas num sujeito que **existe**.

Também podemos destacar a ironia desqualificadora com que o autor caracteriza este movimento de estetização quando fala do "brilhareco", do "esmero desmedido", destacamos novamente a exterioridade com que fala deste sujeito, ou seja, Birman separa-se deste sujeito contemporâneo e o ridiculariza. Este sujeito contemporâneo é objetivado na separação de duas partes: imagem e ser, existência e evanescência, estetização do eu e cultura.

Quem necessita e alimenta esta busca é a "cultura da imagem", que estabelece uma correlação com a "estetização do eu". Com esta dependência mútua instaura-se a "hegemonia da aparência" que reduzirá o sujeito às imagens produzidas para se apresentar na cena social.

> Além disso, o autocentramento se evidencia no registro sexual, nas formas corriqueiras pelas quais o indivíduo realiza a predação do corpo do outro. Por meio da predação, o **sujeito empreende também a estetização de seu eu**, por um outro viés, polindo seu brilho pelo cultivo infinito da admiração do outro. Constitui-se aqui a manipulação do outro como técnica de existência para a individualidade, maneira privilegiada para a exaltação de si-mesmo. Com efeito, para o sujeito **não importam mais** os afetos, mas a tomada do outro como objeto de predação e gozo, por meio do qual se enaltece e glorifica. (BIRMAN, 2012, p. 180, negritos nossos)

Novamente vemos que o sujeito possuiria um "eu" independente de todo o resto (e que portanto pode estetizá-lo ou não), é um "eu" de dentro, "eu" que subsistiria por baixo de toda esta parafernalha midiática. Veremos mais adiante que este "eu" na verdade está ofuscado por esta sociedade, e deve retornar genuíno e autêntico via psicanálise. Além disto este "eu" se vale do outro (um outro genérico, indiferente e indiferenciado, mas podemos supor que seja alguém com a mesma constituição que o sujeito) como matéria predatória em benefício próprio, de algum modo este outro predado desenvolve uma admiração para com seu predador, fechando assim o ciclo. A individualidade deve desenvolver técnicas de subsistência, sendo a manipulação do outro a principal delas e o sujeito se enaltece pela tomada deste outro como seu objeto de predação.

Inicia-se aqui a construção de um cenário de uma espécie de desconfiança generalizada na interação deste eu com o outro, os sujeitos não se importariam com os afetos e valer-se-iam de todos os meios disponíveis para exaltarem a si próprios. Depreende-se da análise que o estranhamento e descrição deste estado de coisas é feito por alguém distante disto, que vivendo uma outra realidade, vê sua extinção à sua frente ("não importam **mais** os afetos").

> Tudo isso se desdobra naquilo que se denominou, desde o final dos anos 60, de *cultura do espetáculo*, na genial interpretação de Debord (Debord, G. *La Société du spectacle*. Paris, Gallimard, 1967 & Debord, G. *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris, Gallimard, 1992). A exibição se transforma no lema essencial da existência, sua razão de ser. Vive-se assim para a exibição, para a *mise-en-scène* sempre recomeçada no espaço social, para a exaltação do eu. Aqui se impõe novamente o imperativo categórico da brilhantina eletrônica, que, como confete, encontra o espetáculo da sedução pelas imagens produzidas com requinte e esmero.
> Na cultura do espetáculo, o que se destaca para o indivíduo é a exigência infinita da *performance*, que submete todas as ações daquele. De novo **aqui se confunde o ser com o parecer**, de maneira que o aparecimento ruidoso do indivíduo faz acreditar no seu poder e fascínio. Nessa *performance*, marcada pelo narcisismo funesto em seus menores detalhes, o que importa é que o eu seja glorificado, em extensão e em intenção. Com isso, o eu se transforma

> numa majestade permanente, iluminado que é o tempo todo no palco da cena social. (BIRMAN, 2012, p. 181, itálicos do autor e negritos nossos)

Talvez o ponto mais exemplificador desta separação entre ser e parecer esteja no trecho acima, já que o autor mostra que estes podem se confundir (mas não são a mesma coisa!): o indivíduo, para o autor, está dividido entre ser e parecer, a marca da primeira parte é a singularidade, a da segunda, o narcisismo. A existência contemporânea é compreendida pelo autor como tendo um único mote e propulsor: a exibição. Todas as manifestações da vida estão sob o reino da exibição motivada pela performance, novamente vemos que a cultura (do espetáculo) é a causa deste movimento, ela se alimenta/retroage dos/nos comportamentos destas subjetividades. Destacamos a unificação e totalização de todas as condutas de um sujeito sob um único objetivo, não existem outras possibilidades de interpretação das ações dos indivíduos, todas elas, sem exceção, têm por objetivo final a exaltação do eu. Encontramos também uma *palavra subjetiva avaliativa* (Maingueneau, 2006, p. 134) quando Birman classifica como "genial" a interpretação de Debord, temos aqui o uso das referências e citações delimitando os campos de saber que são aceitos e os que são rejeitados pelo autor para instrumentar sua leitura da realidade.

*

Em seguida começa o subitem "Humilhados e ofendidos", que se inicia da seguinte forma:

> Isso nos remete à *psicopatologia da pós-modernidade*. Esta se caracteriza por certas modalidades privilegiadas de funcionamento psicopatológico, nas quais é sempre o fracasso do indivíduo em realizar a glorificação do eu e a estetização da existência que está em pauta. Esta é justamente a questão da atualidade. Com efeito, a bibliografia psicopatológica dos últimos vinte anos se concentrou no estudo e nas propostas terapêuticas sobre as *depressões*, a *síndrome do pânico* e as *toxicomanias*. Foi em torno destas formas psicopatológicas que se investiram muitos recursos, com finalidades de pesquisa e proposições terapêuticas. (BIRMAN, 2012, p. 181, itálicos do autor)

De início somos introduzidos, sem necessariamente sermos avisados, de que a psicopatologia (para o autor, mas isto também não é explicitado) possui uma historicidade e que estamos agora na era da "pós-modernidade": sua caracterização seria justamente os quadros nos quais falharia aquela exibição que o autor delineou. Este autor supostamente conhece toda a bibliografia dos últimos vinte anos e nos garante que ela se concentra sobre três manifestações psicopatológicas apenas: aqui novamente acompanhamos a construção pelo autor, via discurso,

dele próprio como referência para o dito, ou seja, não são indicados outros autores ou mesmo artigos/livros para sua afirmação, é por ser dito por Birman que a afirmação anterior tem valor de verdade.

> Essas pesquisas em curso têm algumas características notórias. Antes de mais nada, são investigações de ordem biológica, em que o psiquismo é considerado um epifenômeno do corpo biológico. **Deixa-se de considerar, assim, a especificidade dos registros simbólico e pulsional do sujeito**. Em seguida, o que se destaca nesse registro biológico é a investigação psicofarmacológica. Esta se volta, principalmente, **é óbvio**, para as terapêuticas daquelas perturbações mentais. Finalmente, todas essas pesquisas são financiadas pelos grandes laboratórios farmacêuticos internacionais, que procuram realizar a produção e a comercialização de suas drogas. (BIRMAN, 2012, p. 181-182, negritos nossos)

O autor marca na organização de seu discurso sua distância em relação a estas pesquisas. Elas seriam, em certo sentido, reducionistas, já que desconsideram "a especificidade dos registros simbólico e pulsional do sujeito"; registros que se colocam como reais e naturalizados para o autor. Esta é de fato uma crítica bastante estranha pois aponta o aspecto generalizante das ciências farmacológicas mas, no próprio texto, inexiste qualquer aspecto *particular* destes supostos sujeitos contemporâneos, o sujeito do autor é generalizado, genérico e sem características próprias, fato evidenciado pela total ausência de exemplos, histórias reais, etc. o autor fala de uma teoria que, ela também, ignora as "especificidades". Deste fragmento pode-se deduzir também que estas pesquisas possuem interesses outros para além do bem estar do indivíduo: seu financiamento vem de laboratórios que estariam interessados no lucro proveniente da venda de suas drogas.

> Para além das características formais da pesquisa psicopatológica recente, é preciso considerar agora a direção assumida pela psicopatologia na dita pós-modernidade. **O que define a psicopatologia é** o destaque conferido a quadros clínicos fundados sempre no fracasso da participação do sujeito na cultura do narcisismo. Quando se encontra deprimido e panicado, o sujeito não consegue exercer o fascínio de estetização de sua existência, sendo considerado, pois, um fracassado segundo os valores axiais dessa visão de mundo. Pelo uso sistemático de drogas o indivíduo procura desesperadamente ter acesso à majestade da cultura do espetáculo e ao mundo da *performance*. É necessário glorificar o eu, mesmo que por meios bioquímicos e psicofarmacológicos, isto é, pelos artefatos tecnológicos. (BIRMAN, 2012, p. 182, itálicos do autor e negritos nossos)

Sempre no campo da verdade e da certeza ("o que define a psicopatologia é", e não "o que eu defino como sendo a psicopatologia"), o autor é categórico ao afirmar o que define a psicopatologia na pós-modernidade, não segundo as palavras desta, mas segundo seu próprio arcabouço conceitual: ela se foca nos quadros onde o sujeito não participa plenamente na cultura

do narcisismo. Introduz-se outro ponto de tensão no texto ao pontuar a utilização de drogas para atingir a suposta exigência de performance nesta sociedade, este ponto será mais bem explicado no parágrafo seguinte:

> Contudo, é preciso situar devidamente o universo das drogas. Estas eram, inicialmente, oriundas do narcotráfico, mas transcenderam em muito este universo supostamente marginal e criminoso. Com efeito, as drogas psicofarmacológicas administradas pela psiquiatria e pela medicina se inscrevem no mesmo universo, na medida em que visam a tornar o eu apto também para o exercício da cidadania do espetáculo. Assim, se as **ditas** drogas pesadas visam à exaltação nirvânica do eu, para tornar a individualidade inebriada para o desempenho da cultura da imagem, as **ditas** drogas medicinais visam a conter as angústias e o sofrimento para capacitar o indivíduo para as **mazelas do narcisismo**. (BIRMAN, 2012, p. 182, negritos nossos)

Se antes tínhamos apenas a cultura como propulsora deste movimento de "estetização do eu" agora o autor mostra outro componente importante, o saber médico e psiquiátrico que, com a psicofarmacologia (e, portanto naquela disciplina que ignora a "especificidade dos registros simbólico e pulsional do sujeito"), administra drogas que estão no mesmo universo criminoso do narcotráfico. Destacamos no texto o distanciamento que o autor faz da suposta separação entre "drogas pesadas" e "drogas medicinais", isto porque, a seu ver, elas somente atuam em pontos distintos da mesma estratégia de manutenção da cultura do narcisismo. Quando se refere às "mazelas do narcisismo" fica evidente a posição crítica que o autor tem em relação à cultura do espetáculo e como ela incide sobre a psicopatologia: as empresas, através da comercialização de suas drogas, aproveitar-se-iam deste indivíduo fragilizado, ludibriado pelos imperativos da cultura, e incapaz de atender às exigências culturais, para aumentar seus lucros.

Neste parágrafo mais um modo curioso de organização textual: é o autor que define qual a utilidade das drogas e, a seguir, ele próprio utiliza-se desta sua definição para comprovar sua tese, ou seja, caracteriza as drogas como aparatos auxiliares da manutenção do narcisismo do indivíduo comprovando assim que esse narcisismo existe e que precisa de auxílio para se manter.

> Essas patologias mentais específicas, e não outras – entenda-se bem – recebem maciço investimento na investigação patológica da atualidade. Isso porque é sempre em torno do autocentramento e da exaltação do indivíduo que se ordena a cultura narcísica da atualidade. Esse ponto é sempre enfatizado na pesquisa clínica que define a orientação terapêutica da pós-modernidade. (BIRMAN, 2012, p. 182-183)

Como apontamos em diversas partes do texto, novamente aqui o autor, no mesmo momento em que diz algo, se coloca na posição de poder dizê-lo: temos que confiar que o autor

possui propriedade para dizer quais são as patologias mentais que recebem investimento e o porquê. Inexiste qualquer referência que possa embasar a afirmação de que "Esse ponto é sempre enfatizado na pesquisa clínica que define a orientação terapêutica da pós-modernidade".

> Não é por acaso que a psicanálise vem perdendo terreno e importância na era pós-moderna. Com efeito, a experiência psicanalítica se contrapõe, em todos os seus detalhes, aos valores que orientam a cultura do narcisismo e do espetáculo, na medida em que a emergência dos universos do inconsciente e da fragmentação pulsional pressupõe a ruptura do sujeito com o eixo narcísico do eu. **Conduzir o sujeito ao encontro incerto e imponderável de seu desejo** faz com que ele, necessariamente, siga trilhas opostas ao **projeto mundano** do espetáculo e da *performance*. **Há muito tempo já se sabe** que o grande ponto de ultrapassagem para a experiência psicanalítica é a quebra da exaltação narcísica do eu, isto é, das mirabolâncias de seu espetáculo. Para que a psicanálise funcione, pois, é preciso romper com as **amarras** narcísicas do indivíduo, em que o gozo e a predação do outro são soberanas, para conduzir o sujeito ao encontro do insondável de seu desejo. (BIRMAN, 2012, p. 183)

É o sujeito teórico aprioristicamente construído por Birman que serve como contraponto para dizer o que falta a esse que se põe como sujeito contemporâneo, ao sujeito contemporâneo falta a ruptura com o eixo narcísico do eu, abandonar o projeto da performance, este é o real sujeito delineado no texto, sujeito que se perdeu/confundiu com aquele da aparência. Aqui mais uma questão de referenciais teóricos considerados como válidos e outros como inválidos ou imorais. A psicanálise é vista como aquela que pressupõe a quebra das amarras "narcísicas do indivíduo", eliminando portanto este perigo iminente de ser predado pelo outro. Se o saber psiquiátrico, a cultura e a mídia estão alimentando a criação deste tipo de subjetividade, a psicanálise será capaz de combater este projeto, salvando o sujeito destes engodos.

*

Prossigamos para o próximo capítulo intitulado "O fora-de-si de colarinho-branco".

> Agora se poderia indagar o que tudo isso tem a ver com a problemática do sujeito dentro e fora-de-si. É uma questão pertinente, sem dúvida. E, mais ainda, é preciso acrescentar uma indagação preliminar: o que o autocentramento tem a ver com o sujeito dentro e fora-de-si?
> Antes de mais nada, é evidente que a noção de autocentramento não se identifica completamente com a de sujeito dentro-de-si. Aquela noção é apenas um dos traços deste, a que falta um atributo fundamental, a interioridade. Essa condição é necessária, mas não suficiente. Com efeito, o que caracteriza o autocentramento da subjetividade na cultura do narcisismo é justamente o excesso de exterioridade. O que é a demanda de espetáculo e de *performance*, que regulam a estetização da existência, senão modalidades

> do indivíduo existir na exterioridade, para que possa gozar com a admiração que provoca no olhar do outro?
> Nesses termos, pode-se até mesmo caminhar numa direção oposta. A inexistência da interiorização pelo sujeito evidencia que o autocentramento é uma modalidade de existência do sujeito fora-de-si. Porém, no autocentramento não se pode afirmar que exista uma perda da função de sujeito, mesmo que momentânea, como se pensava segundo o modelo da alienação mental do século XIX. Este é o *paradoxo* de que devemos nos ocupar agora. (BIRMAN, 2012, p. 184, itálicos do autor)

Estamos num campo altamente especulativo, Birman faz filosofia do sujeito, especialmente quando discute todos estes pontos no abstrato, neste sujeito genérico e teórico. Insere questões num modo de antecipar a possível crítica e também num efeito retórico que já naturaliza suas próprias concepções ("O que é a demanda...").

> Defrontamos então com uma nova modalidade de sujeito fora-de-si que não é representada pelo modelo da psicose. Pode-se pensar nisso como uma outra forma de alienação, mas o sentido desta palavra é completamente diferente do que lhe conferiam Hegel e os alienistas do século passado. Enfim, a palavra alienação se transforma tanto em significado como em valor social.
> Assim, o sujeito autocentrado é efetivamente fora-de-si pois é exterioridade por excelência. Na condição de fora-de-si essa modalidade de autocentramento é valorizada socialmente na cultura do narcisismo. O problemático é quando o sujeito não é assim e é recusado pela sociedade, como acontece com os panicados e deprimidos. Da mesma maneira, a cultura da drogadição é estimulada socialmente pelas vias médicas e pelo narcotráfico.
> Em relação ao passado recente, vivemos uma situação inversa, em que o fora-de-si como autocentramento do sujeito é valorizado socialmente e não excluído, como no caso da psicose. Uma inversão fundamental se operou, uma migração de posições no campo social, pois agora o sujeito fora-de-si em sua nova modalidade, é socialmente integrado e investido. Trata-se, enfim, de uma forma de subjetividade fora-de-si, *white collar*, literalmente de colarinho-branco.
> Se examinarmos essa nova modalidade de fora-de-si, depreenderemos que se trata de uma *forma perversa de existência*, isto é, justamente o contrário da existência da psicose. Estamos aqui no fundamento da inversão que se processou, já que a perversão ocupa o lugar da psicose, mas diferente desta, a perversão é legitimada e valorizada socialmente. Esta é então a figuração original do sujeito fora-de-si que a pós-modernidade está em vias de constituir, em que as formas perversas de gozar realizam o projeto legítimo da subjetividade.
> Esse novo sujeito fora-de-si é altamente positivado em oposição ao da psicose. Na medida em que é legitimado, ele não é socialmente excluído, como o da psicose. Ao contrário, o autocentramento é o índice da integração do sujeito no social. Este seria o modelo de ser do sujeito na atualidade, o ideal de moralidade proposto para ele. Não é justamente nisso que se quer transformar agora o depressivo e o panicado? Não é assim que se quer moldar os que sofrem dos excessos de interiorização – penso aqui nos que se atormentam com ruminações interiores -, para que possam ser cidadãos de pleno direito da sociedade do espetáculo? (BIRMAN, 2012, p. 184-185)

Os parágrafos acima mostram como o autor segue emitindo afirmações sem se preocupar em embasá-las para fora de seu próprio discurso: as explicações tem peso de verdade no mesmo momento em que o autor ganha força em seu próprio discurso.

Praticamente todos os verbos estão no afirmativo ("o sujeito **é** altamente positivado", por exemplo) e o autor, que estruturou toda a questão da subjetividade humana em torno de seus dois conceitos (dentro e fora-de-si) agora vale-se apenas dele para mostrar como tudo faz sentido.

*

Entramos, então no subcapítulo final cujo título é "*A filosofia do sujeito no limbo*".

> Assistimos a uma transformação crucial na problemática do sujeito. A economia deste se remodela, pois os investimentos anteriores em certas posições psíquicas se transformam de fio a pavio. Com isso, migrações inéditas se processam. O estado de ser fora-de-si do sujeito perde o lugar de *maldito*, pois, como autocentramento, passa a ser valorizado socialmente e portanto legitimado. O sujeito fora-de-si passa a ser bendito e não mais amaldiçoado. Os excessos na interiorização, no estado de ser dentro-de-si, é que passam a ser então considerados negativos para o sujeito.
> Nesse contexto, **o sujeito** entrou efetivamente em crise, levando de roldão a filosofia do sujeito. Esta se encontra no purgatório, entrando em um comprimento de onda crítico. A filosofia do sujeito está fora de moda, sendo criticada de todos os lados, como algo considerado ultrapassado. Aquela é lançada no limbo da história, como representação privilegiada dos tempos do passado.
> Pode-se depreender que o privilégio concedido ao sujeito fora-de-si como autocentramento e exterioridade, no discurso psicopatológico da pós-modernidade, é uma derivação fundamental dessa crise. Além disso, a vertiginosa ascensão da psicopatologia biológica e farmacológica nos últimos anos – na qual a subjetividade não mais interessa ou é colocada em segundo plano e se investe nas regulações neuroumorais – é a óbvia consequência disso.
> Com tudo isso, a psicanálise também entra em crise, sendo lançada também no purgatório e no limbo. Não porque aquela seja fundada na filosofia do sujeito, mas porque **se contrapõe aos pressupostos éticos da cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo**. Pois a condição de possibilidade para a emergência do inconsciente e da fragmentação pulsional é justamente o esfacelamento do registro narcísico do eu. (BIRMAN, 2012, p. 185-186, negritos nossos)

Destacamos aqui apenas alguns pontos que exemplificam claramente algo que falávamos acima. Quando o autor diz do sujeito, está trazendo aquele sujeito da psicanálise, sujeito da interioridade; notemos bem que não se trata de um tipo de sujeito, mas **o sujeito**, posto que só existe um, aquele que tem pensamentos, aquele que rumina interiormente, etc., as

versões contemporâneas ainda não alcançaram esta condição, posto que não passaram pelo "esfacelamento do registro narcísico do eu".

De outra parte o autor coloca a psicanálise como uma disciplina que estaria desaparecendo por não compactuar com os planos de favorecer o narcisismo nos sujeitos, é uma teoria que sacrificaria sua própria existência por motivos éticos.

4.1.3 – Síntese

Qual lugar, então, é construído para o sujeito contemporâneo em toda estas cenografias?

O sujeito é aquele que, movido pela cultura (do espetáculo, do narcisismo, pós-moderna, enfim), e auxiliado pelas drogas (oriundas do narcotráfico ou do saber médico/psiquiátrico), vale-se de todos os aparatos tecnológicos e midiáticos para estetizar seu eu. Posição curiosa, ele é passivo, pressionado pela cultura, mas também ativo, procura valer-se dos aparatos tecnológicos para alcançar este (seu) fim. Neste meio temos o narcotráfico que, existindo antes desta cultura, se alinha perfeitamente a esses objetivos, e os médicos que, ao recorrerem ao meio farmacológico acabam, sem necessariamente sabê-lo, alimentando esta sociedade narcísica.

O "eu" é naturalizado, ele existe, é a matéria firme dos pensamentos, interpretação etc. este eu não mudou, está apenas enfraquecido ao incorporar as ideias que a "cultura" propaga. O eu atual/contemporâneo troca a interioridade pela exterioridade e, nesta busca, lança mão dos mecanismos descritos no texto (predação do outro, brilhantina social). O sujeito, então, não mudou de fato: ele ainda é o que sempre fora, o sujeito descrito na filosofia do sujeito e na psicanálise, ele agora apenas estaria "esvaziado" de sua interioridade, precisando "encontrar-se novamente com seu desejo". Tudo permanece lá (narcisismo, desejo, pensamentos, interioridade), mas negligenciado em prol da estetização do eu. A simples fórmula "estetização do eu" já demonstra que o eu está lá, idêntico, e que agora está sendo estetizado.

O sujeito atual não consegue "romper as amarras narcísicas" que o tornam cruel, viciado, exausto, a consequência desta sociedade assim configurada seria formar sujeitos que ignoram os afetos do outro, valem-se deste somente para satisfazer suas necessidades de glorificação próprias através de técnicas manipulativas. Estamos num cenário quase apocalíptico: o outro é rival e objeto de admiração, poderíamos pensar que voltamos à lei do mais forte, quem pode destruir mais o outro, conseguirá maior admiração social.

O texto transmite uma visão sombria de nossos tempos, apontando para o desmoronamento das relações sociais tais como as conhecemos, faz apelo aos medos e às desconfianças do leitor: não podemos mais confiar no próximo, ele só deseja nos destruir para proveito próprio, tampouco podemos nos fiar no saber médico, este está de mãos dadas com esta sociedade que produz tais sujeitos. O único salvador nestes dias seria a psicanálise e o psicanalistas. Todos os integrantes da cenografia estão se beneficiando de alguma forma neste estado de coisas (mídia, médicos, laboratórios): resta o sujeito fraco e a psicanálise como prejudicados pela atualidade.

Absolutamente nada na definição que o autor propõe do sujeito é apresentado como positivo ou neutro, o que nos faz questionar se estamos de fato lendo uma descrição ou um julgamento das subjetividades ditas contemporâneas. Curioso perceber também que fala-se do sujeito genérico, generalizado, e em nenhum momento algum exemplo real é utilizado para suportar esta leitura da realidade; em nenhum momento, também, existe uma fala em discurso direto e, ao leitor, cabe crer que a capacidade de compreensão do autor sobre o mundo é boa, pois a ausência de exemplos impedem um enfrentamento de ideias.

Julgamos necessário afirmar algumas coisas acerca do lugar construído pelo autor para si próprio. O texto é, do início ao fim, organizado de forma a aumentar a credibilidade do autor antecipando a resistência do leitor, por exemplo, privando-o da fonte de suas afirmações, o autor inverte o ônus da prova para seu leitor, que deve educar-se para poder enfim concordar com a interpretação do mundo dado pelo autor. Na verdade impressiona no texto a visão soberana e objetiva com que o autor escreve: consegue desvendar todo o emaranhado atual e colocar cada peça em seu lugar, tem conhecimento amplo e fala com propriedade ao trazer filósofos para seu lado.

Mas se, conforme o próprio autor destaca, "precisamos saber o que nos funda e nos regula, na interpretação do real e de nós mesmos, para podermos analisar as consequências disso para nossa experiência social" (p. 166), o que funda e regula esta interpretação da realidade empreendida pelo autor?

A resposta é dada ao longo de todo o texto, pois existe uma total exterioridade e estranhamento do autor com relação ao seu objeto de estudo, cabendo a nós discutir a partir de quais valores ele define a si próprio e atribui valores (todos negativos) a este outro sujeito. Podemos depreender que é justamente o fato de ser um psicanalista, não mais "preso às amarras narcísicas" que supostamente o autoriza a se diferenciar do resto dos sujeitos, estes que estão indiferentes aos outros, que estão iludidos pela "brilhantina social" e que, sem escrúpulos, alimentam-se da destruição de seus semelhantes.

Mais que isso e fundamentalmente: o sujeito contemporâneo neste discurso é construído por *acréscimos*. Explicando mais, diríamos que no discurso deste autor podemos delimitar, subjacente a sua descrição de um sujeito contemporâneo, um outro, que correria livre por baixo deste, talvez que esteja sendo enganado e silenciado pelos aparatos da cultura atual, o Sujeito, sujeito de fato, seria anterior às "brilhantinas do social", mas o mais importante é notar que ele *existe*, ele é *natural e naturalizado*, não é um sujeito recortado pela psicanálise ou por Birman, ele é *o* sujeito. É o "dentro-de-si" que se torna naturalizado, ele existe e sempre existiu, prova disto é que podemos estudá-lo ao longo do tempo (pelos filósofos), eles teriam descoberto cada vez mais sobre o eu, até chegarmos à psicanálise, herdeira e ponto máximo deste conhecimento. Neste "dentro-de-si" a cultura pode forçar mudanças que o tornem mais ou menos egoísta, mais ou menos performático etc., mas isto seriam apenas acréscimos cujo engodo seria rapidamente percebido pelo sujeito quando realizasse uma *psicanálise*, aí então, após o "esfacelamento do registro narcísico do eu", o sujeito encontrar-se-ia com o "insondável de seu desejo", com seu eu verdadeiro, enfim.

4.2 - Capítulo final do livro *O homem transicional: para além do neurótico & borderline,* intitulado "Uma síntese provisória", de Nahman Armony (2013)

4.2.1 – Resumo do texto

O capítulo se propõe a ser uma síntese provisória do pensamento do autor sobre o tema do sujeito contemporâneo, sua tese principal é a de estes sujeitos estariam mais próximos do *borderline* do que do neurótico, e isto em razão da mudança nos estilos de educação que os pais exercem nos filhos, ramificação final das mudanças da sociedade. Esta educação seria realizada pela "imposição de limites" e não pela "castração cruel" como na "era vitoriana", sendo assim a criança não abriria mão de suas características femininas como a empatia e identificação dual-porosa, e, conservando-as, aproximar-se-ia de uma vida mais criativa e espontânea, característica do *borderline* "brando". Acompanhemos brevemente os caminhos argumentativos do autor com mais vagar.

No começo do texto Armony defende que existiria um *borderline* "normal" e que este já teria sido apresentado na psicanálise por alguns autores, entre eles Bleger e Winnicott. Após inserir dois trechos que confirmariam a presença desta categoria nestes autores, segue para a descrição de Paula, um exemplo do que seria um *borderline* brando.

Depois de enumerar as características de Paula, apresentada qual seria a origem e característica da "subjetividade neurótica": apoiando-se em dois trechos de Freud, defende que esta seria caracterizada pelo "processo psíquico do recalque" e que comportaria diversas gradações, desde o "neurótico brando" (associado com a normalidade na época de Freud), até o "neurótico grave necessitado de tratamento"; a característica da neurose seria "uma tendência à busca de processos coercitivos e repetitivos para lidar com as ansiedades da vida". Por outro lado, a "subjetividade *borderline*" é caracterizada pelo "processo psíquico de divisão" e pela "onipotência mitigada", esta última seria a conservação da "experiência de onipotência"

vivenciada pelo bebê (tal como teorizado por Winnicott) em um grau reduzido. Como efeitos destes suportes, o *borderline* mostra uma "pertinácia diante do aparentemente impossível" que faz dele uma "força transformadora".

*

Passando para o subtítulo ***Normalidade e patologia borderline***, temos a tese de que a normalidade perfeita seria um ideal impossível: os homens teriam traços neuróticos (que forneceriam suas referências sustentadoras) e traços psicóticos (que forneceriam a criatividade, intuição e comunicação não verbal). Trazendo Winnicott como sustentação, Armony fala que o "perigo da neurose está no empobrecimento da personalidade, e o do *borderline* criativo, na inadequação, dispersão e fragmentação", mas faz uma ressalva apontando que este seria o caso do "*borderline* patológico do qual falam os autores psicanalíticos". Inicia-se então uma diferenciação entre o que seria o "*borderline* pesado" e o "*borderline* brando": o primeiro seria "polissintomático, ambulatorial, necessitando eventualmente de internação, com dificuldades na área afetiva das relações interpessoais por suas susceptibilidades narcísicas exacerbadas" (ARMONY, 2013, p. 230), já o segundo é definido como tendo "tendência à atuação, a necessidade afetivo/dinâmica de uma circunvizinhança humana para nela atuar seus fantasmas e realizar seus desejos infantis, o uso da divisão/compartimentação, o exercício da onipotência mitigada de forma a não ultrapassar a fronteira da tolerância social esticada ao máximo, a extrema sensibilidade, a incomum permeabilidade ao próprio inconsciente, ao inconsciente do outro e à subjetividade circulante" (ARMONY, 2013 , p. 230-231).

Após mais algumas precisões acerca das características do *borderline* brando, inicia-se o subcapítulo ***Castração e limite***, no qual Armony trará a distinção entre estes dois termos. Inicialmente anuncia que se valerá do termo castração tal como este foi trazido por Freud, e a associa o termo "mais ao campo do neurótico". Para Armony a castração é uma "palavra evocativa de brutalidade e que em Freud se refere à proibição do incesto com a mãe" (ARMONY, 2013, p. 232), entretanto devemos examiná-la de um "ponto de vista mais amplo" como uma "metáfora do abandono de características femininas como empatia, identificação dual-porosa, etc., para poder tornar o menino um 'Verdadeiro Homem'". A colocação de limites, por sua vez, seria caracterizada pelo "carinho e sensibilidade da mãe no trato com a criança", que "presentificam modos de relacionamento e valores que não à-toa chamamos de femininos, tais como empatia, dual-porosidade, compaixão, percepção sutil, intuição, impulso conciliador, etc." (ARMONY, 2013, p. 232). Antes de inserir dois trechos de Freud e um de

Winnicott que suportariam suas afirmações, Armony sintetiza sua compreensão acerca do tema com o seguinte frase: "A castração como conceito foi introduzido por Freud e refere-se a uma ação dura, cruel, enquanto a colocação de limites é uma atividade realizada com benevolência, amabilidade e sensibilidade" (ARMONY, 2013, p. 232).

Tendo apontado estas diferenças entre os conceitos, a tese defendida logo em seguida é que a "subjetividade neurótica" teve o acesso ao "feminino" impedido pela castração, fato que seria muito comum no século XIX, este não seria mais o caso hoje (ou pelo menos caminharíamos para uma diminuição disto): atualmente os "pais em geral são amorosos com os filhos e as proibições são realizadas, o mais possível, de forma delicada, carinhosa e sensível" (ARMONY, 2013, p. 233). Nesta nova maneira de educar os filhos, o acesso às "características femininas" não seria mais reprimido, o que explicaria as mudanças nos sujeitos.

Mais adiante no capítulo Armony trará o que compreende ser a "família patriarcal prototípica do período vitoriano", "composta por uma mãe suficientemente boa e por um pai que impunha, a qualquer custo, com a aquiescência da mãe, as leis da casa; isto incluía a ação de castração na época apropriada" (ARMONY, 2013, p. 236). Sendo este o caso, "o resultado era o provável desenvolvimento de um neurótico normal", já a "combinação de uma mãe insuficientemente boa com um pai autocrático tenderia a produzir uma dissociação entre psique e mente e, portanto, um *borderline* falso self" (ARMONY, 2013, p. 236). Caso não ocorra uma "intervenção súbita e brutal de um pai edípico" teríamos dois caminhos: se a mãe for "insuficientemente boa", "a identificação da criança com o materno será de má qualidade e mais tarde buscará em primeira instancia uma personificação de mãe (ou de pai) para com ela realizar uma relação anaclítica na tentativa de suprir as deficiências de origem"; se no caso de uma mãe "suficientemente boa", esta "tendo fornecido um solo identificatório materno seguro, permite às valências identificatórias abertas voltarem-se mais para os aconteceres externos, acompanhando o devir dos acontecimentos e afastando-se das relações anaclíticas" (ARMONY, 2013, p. 237).

Este último caso seria o horizonte para o qual estaríamos caminhando, segundo Armony, um mundo de sujeitos que teriam tido "uma mãe suficientemente boa possibilitando-lhe a internalização de valores femininos que persistem na vida adulta, não por se defrontarem com a castração paterna, mas sim com a colocação graduada de limites tanto do pai quando da mãe, ambos realizando uma mesma tarefa que poderíamos chamar de masculina" (ARMONY, 2013, p. 237). Este seria, cada vez mais, o sujeito contemporâneo.

4.2.2 – Análise do texto

Na apresentação do livro este capítulo é trazido da seguinte forma:

> Como último capítulo, apresento o que pretendo ser uma síntese provisória do meu pensamento (certamente contaminado por minha orientação filosófica e psicanalítica e por minhas questões pessoais); repito, uma síntese parcial provisória sobre psicanálise e sociedade neste momento da história do pensamento e de seus valores implícitos. (ARMONY, 2013)

Ao capítulo, então:

> **No meu livro *Borderline: Uma Outra Normalidade* tentei delinear a figura do borderline "normal". Diante das constantes transformações da subjetividade humana** e, **indo adiante em meu pensamento** pude percorrer um caminho já há tempos almejado por mim: vincular o borderline "normal" à teorização winnicottiana o que realizei fazendo emergir o nome de "Homem Transicional", já insinuado por Winnicott no texto "O Lugar em que Vivemos". No trajeto apareceu-me a seguinte circunstância: **o exagero e a violência da repressão vitoriana tornaram-na tão despótica e marcante que outros processos de subjetivação ficaram obscurecidos estabelecendo-se uma nítida compartimentação teórica separando neurose de borderline. Na medida em que a intensidade e frequência da repressão se atenuam**, reduz-se a visão dicotômica e as misturas se tornam possíveis. Surge então a ideia de Homem Transicional. (ARMONY, 2013, p. 226, negritos nossos)

Este trecho inicial é rico em pressupostos não explicitados: assume que a subjetividade humana é mutável, e que muda constantemente; trabalha com uma relação entre um contexto cultural amplo ("repressão vitoriana") e algo eminentemente psíquico ("neurose" e "*borderline*"); trabalha também com a noção de repressão de forma naturalizada, ou seja, ela *existe*, posto que se atenuou.

Além dos pressupostos temos, neste trecho, a apresentação de um autor, que possui mais de um livro, que continuaria pensando e evoluindo seu pensamento, alcançando seus objetivos como teórico. Este autor tinha um plano de vincular seu pensamento ao de um psicanalista bastante conhecido e teria dado corpo a algo que este somente insinuou em um de seus textos. Além disso podemos destacar no trecho uma sutil crítica à psicanálise: por uma questão histórica (o exagero da repressão na era vitoriana) ter-se-ia criado uma separação artificial na

teoria psicanalítica entre neurose e *borderline*, uma separação que não existiria de fato "na realidade". Dito de outra forma, os processos de subjetivação atuais sempre teriam estado presentes desde a época de Freud, mas enfraquecidos, fazendo com que o pai da psicanálise não os notasse; Armony, estando em outro momento histórico, onde não existiria uma repressão tão forte, teria podido aproximar estes dois conceitos.

Um pequeno adendo concernente ao modo de escrita que aparecerá em outros pontos do texto: Armony, embora declare que a articulação teórica com Winnicott era um "caminho há tempos almejado por ele", coloca as articulações e criações de conceitos como algo imposto por seus estudos, fórmulas como "apareceu-me a seguinte circunstância" naturalizam suas construções teóricas como se elas surgissem da própria "realidade" e não de suas escolhas teóricas.

Para demonstrar que sua aproximação com Winnicott é pertinente, e que tal questão também está presente em outros autores psicanalistas, Armony inserirá duas citações através das quais remeterá as questões lá discutidas às que traz em seu livro.

> Começarei pela ideia de borderline "normal", já aventada por alguns autores. Aqui citarei apenas Bleger e Winnicott. **A leitura** de Bleger (1977) permite igualar o que ele chama de "personalidade ambígua" com **o que em geral é chamado de borderline**. Conforme ao autor:
>
> > [...] a personalidade ambígua, rigorosamente falando, não carece de ego nem de sentido de realidade; ela possui um outro tipo de ego e outro sentido de realidade. Disto se deduz que a onipotência (por exemplo) que caracteriza a personalidade ambígua e a primitiva organização sincrética, não constitui uma falta de sentido de realidade (em seu sentido convencional), mas sim configura uma relação distinta e um manejo diferente da realidade, que ainda pode ser bem-sucedido para o sujeito. Neste sentido, a onipotência da ambiguidade primitiva não é uma defesa frente à realidade, como um escape frente à mesma, mas uma forma distinta de estruturá-la e manejá-la, o que não exclui que possa servir como defesa por meio da regressão. O eu da personalidade ambígua é sumamente cambiante e não se acha interiorizado como um eu definido ou cristalizado (BLEGER, 1977, p. 180) (ARMONY, 2013, p. 226-227, negritos nossos)

No início do parágrafo Armony coloca um suposto consenso sobre o que seria o *borderline*, falando que seria possível afirmar que a "personalidade ambígua" pode ser igualada com o que normalmente é chamado de *borderline*. E o que seria essa descrição? Uma personificação do *borderline*, ou seja, um conjunto de características, defesas, mecanismos psíquicos, competências e incompetências psíquicas, uma caracterização fundamentalmente **endopsíquica**.

Temos também o início de um argumento que será basal na tese de Armony: aquilo que por uma psicanálise clássica teria sido visto como déficit poderia ser, num outro contexto histórico, não mais trazido como "menos", mas como "diferente" (se isto ainda não estava presente em Bleger, estará no decorrer do texto de Armony), e, mais adiante em seu texto, visto como "adaptativo".

Para Winnicott:

> **Os psicanalistas experientes concordariam** em que há uma gradação da normalidade não somente no sentido da neurose, mas também da psicose, e que a relação íntima entre depressão e normalidade já foi ressaltada. **Pode ser verdade que há um elo mais íntimo entre normalidade e psicose do que entre normalidade e neurose; isto é, em certos aspectos**. Por exemplo, o artista tem a habilidade e a coragem de estar em contato com os processos primitivos aos quais o neurótico não tolera chegar, e que as pessoas sadias podem deixar passar para o seu próprio empobrecimento (WINNICOTT, 1975, p. 121) (ARMONY, 2013, p. 227, negritos nossos)

Esta segunda citação traz em si um pressuposto não anunciado e pode possuir pelo menos duas funções argumentativas. Do pressuposto tiramos que, se o fenômeno pode ser observado pelos analistas experientes, é porque ele existe! Existe e está lá para ser conhecido e nomeado, não é um recorte possível pelos conceitos da psicanálise, mas um fenômeno em si; como que de passagem apontamos que o mesmo tratamento é dado aos conceitos de neurose e psicose, eles existem, a prova é que podem inclusive estarem mesclados num mesmo indivíduo. Se pensarmos nas funções argumentativas deste trecho, podemos supor que a primeira é mostrar que o tema aqui presente não pode ser facilmente observado por psicanalistas novatos, numa curiosa legitimação do autor e possível deslegitimação do leitor que discordasse destes fatos apresentados: a este suposto leitor faltaria apenas mais tempo de clínica para que se convencesse da exatidão dos comentários apresentados, nada que o autor possa fazer a respeito. A segunda encontra-se no segundo trecho, onde reforça-se a ideia de mescla apresentada no primeiro parágrafo, ou seja, a normalidade possuiria traços psicóticos, ela não se caracterizaria pela ausência destes.

No próximo parágrafo supostamente encontraríamos um "exemplo de *borderline* brando":

> Vou imediatamente dar um exemplo de borderline brando: Paula **vive** um estado constante de alegre excitação interrompido por períodos de exaustão quando descansa e dorme, o que a recupera. Seu estado de agitação **é** usado produtivamente no trabalho e na diversão. **Está** disponível para relações **dual-porosas** envolvendo-se intensamente com os acontecimentos externos, com histórias ficcionais, com as vitórias, os fracassos, prazeres e dores de seus amigos que são muitos, de vários graus. Com isso **vive** grandes alegrias e

> grandes sofrimentos de uma maneira quase tão intensa quanto vive suas próprias derrotas, triunfos e frustrações. Diante de situações inusitadas e chocantes, **fica** paralisada, sem reação, sem conseguir articular pensamentos e, embora raramente, com distúrbios de identidade (certa vez esqueceu o próprio nome numa situação altamente estressante). **É** uma pessoa bondosa, sem ressentimentos. Sempre que pode **ajuda** quem está à sua volta mesmo que tenha de se sacrificar pessoalmente. Mas isso **tem** um limite, pois seu instinto de sobrevivência **é** poderoso sendo capaz de fortes atos defensivos/agressivos. **Muito susceptível, facilmente se sente atacada e ridicularizada**; quando não se paralisa descarrega (desde que haja segurança) sua raiva no momento da situação, ou, mais frequentemente, após, em ambiente protegido. Em pouco tempo recupera-se das feridas narcísicas restabelecendo **relações duais porosas**. **Faz** também relações amor/ódio com objetos inanimados. Por exemplo: seu carro, individualizado e humanizado por um nome próprio, e amado como se fosse um ser humano, certa vez enguiçou em um momento em que dele precisava para resolver questões urgentes. Ela o tratou como um amigo que a tivesse traído, socando-o, chorando e gritando a pergunta "Por que você está fazendo isto comigo? Eu não mereço isto". Após descarregar os sentimentos gerados pela sensação de decepção, pôde tomar as providências objetivas que a situação requeria. **É impulsiva**, o que a faz agir com alguma frequência de forma inadequada, mas **é capaz** de imediatamente corrigir a consequência de sua impulsividade restabelecendo uma boa relação com a realidade. Por outro lado, a impulsividade leva-a a querer rapidamente resolver os problemas que aparecem o que faz dela uma pessoa dinâmica e eficiente, mais acertando que errando, pois está sempre disposta a corrigir seus deslizes. Quando em situações de grande desejo ou sentidas como de grande perigo, tem diminuída sua capacidade de usar o pensamento objetivo. **Um bom exemplo dessa perturbação de sua relação com a realidade objetiva aconteceu em um vôo em zona de turbulência.** Ela, aparentemente calma e controlada, e como se fosse a coisa mais natural do mundo, chamou a comissária de bordo e muito seriamente pediu para falar com o piloto, pois queria orientá-lo no sentido de evitar a zona de turbulência. Passado o perigo, ela se deu conta do bizarro de seu ato, e pôde divertir-se com ele. Embora o desejo, o medo e fortes convicções **façam** com que as ideias subjetivamente concebidas imperem por períodos variáveis de tempo, elas **acabam** se integrando numa visão objetivamente percebida. Com isso o seu trabalho é ousado, imaginativo, original, fecundo, estimulante e bem-sucedido. Um trabalho que de início pode facilmente ser criticado e mesmo ridicularizado, mas que acaba por se impor por sua eficiência pragmática. **É** um trabalho amoroso, que **leva** em consideração os aspectos subjetivos do humano, um trabalho claramente realizado em um espaço potencial e que acabou por lhe valer um reconhecimento expresso em prestigio, homenagens e convites para trabalhos de excelência. **Sofre** bastante com as somatizações e frustrações decorrentes de suas relações pessoais e profissionais. Uma de suas muitas alegrias **é** ser muito solicitada como profissional e como amiga. (ARMONY, 2013, p. 227-228, negritos nossos)

Armony discorre sobre Paula sem praticamente incluir a fala dela em sua descrição, o exemplo já vem acabado, com a interpretação e classificação de diversos aspectos e características de Paula. Em seu exemplo chegamos mesmo a encontrar seu próprio conceito de "relações duais-porosas" como uma das capacidades de Paula, o que talvez denote um nível

razoável de confusão entre descrição e interpretação. Mais que isso o parágrafo todo segue na assertiva (vive, está, fica, é) sem espaço para dúvidas ou relativizações: esta é Paula, não apenas uma das possíveis leituras do que Paula faz e lhe mostra. Na maior parte das vezes as características de Paula são generalizáveis e independem das circunstâncias: ela "é muito susceptível", e não muito susceptível em tal ou qual circunstância ou com tal e qual pessoa, as circunstâncias aparecem para exemplificar a característica de Paula, não para lhes dar contexto, e achamos isto muito importante de ser notado.

O parágrafo segue oscilando entre uma característica negativa de Paula e a adaptação desta característica em coisas positivas, **é** agitada, mas consegue transformar a agitação em trabalho e diversão, **é** impulsiva, mas isto também a torna uma pessoa dinâmica e produtiva, **tem** uma percepção distorcida da realidade, mas consegue rir de si mesma, e assim por diante. No decorrer do texto veremos que este é um argumento central para Armony, o sujeito contemporâneo seria alguém que transforma as características antes vistas como negativas (especialmente pela psicanálise clássica) em adaptações para a realidade contemporânea, daí sua crítica tanto aos psicanalistas quanto à teoria psicanalítica: ambos estariam presos a uma conceptualização de sujeito própria à era de Freud e míopes para as potencialidades destes "desvios" no mundo atual.

Por outro lado, nos parágrafos seguintes vemos que já não se trata realmente do mesmo sujeito de outrora agora com déficits; apoiando-se na metapsicologia e em Freud, Armony mostrará que existe uma *diferença qualitativa* entre o neurótico e o *borderline*:

> A ***subjetividade neurótica*** a tem como seu principal sustentáculo o processo psíquico do recalque. Comporta desde o neurótico grave necessitado de tratamento até o neurótico "normal". Podemos ler isto em Freud:
>
> > Não podemos negar que também as **pessoas sadias** possuem, em sua vida mental, aquilo que, por si só, possibilita a formação tanto dos sonhos como dos sintomas; e devemos concluir que também elas efetuaram repressões, que seu sistema inconsciente oculta impulsos reprimidos ainda catexizado com energia, e que uma parte de sua libido é retirada e deixa de estar à disposição do ego. Assim, também uma pessoa sadia é **virtualmente** um neurótico; mas os sonhos parecem ser os **únicos sintomas** que ela é capaz de formar. É verdade que, se alguém submete a um exame mais atento sua vida desperta, descobre algo que contradiz essa aparência – ou seja, que essa vida pretensamente sadia está marcada aqui e ali por grande número de sintomas banais e destituídos de importância prática. (FREUD, 1915-1917, p. 532-3)
>
> Freud nos diz não só que a normalidade é uma neurose branda, mas também que o dinamismo constitutivo dessa neurose branda é o recalque. Outra citação abonará essa afirmação:

> A análise, contudo, capacita o ego, que atingiu maior maturidade e força, a empreender uma revisão dessas antigas repressões; algumas são demolidas, ao passo que outras são identificadas, mas construídas de novo, a partir de um material mais sólido. O grau de firmeza dessas novas represas é bastante diferente do das anteriores; podemos confiar em que não cederão facilmente ante uma mare ascendente de força instintual. Dessa maneira, a façanha real da terapia analítica seria a subsequente correção do processo original de repressão, correção que põe fim à dominância do fator quantitativo. (FREUD, 1937, p. 259-260)

> Na **genealogia da subjetividade neurótica** encontramos a forte influência da repressão exercida pela sociedade sobre os impulsos afetivos. **O resultado é uma tendência** à busca de processos coercitivos e repetitivos para lidar com as ansiedades da vida. A principal repressão **era exercida** sobre a pulsão sexual, **um dos mais fortes impulsos do ser humano** que, uma vez recalcada, tornada inconsciente e impedida de se manifestar, retornava à consciência (retorno do recalcado) disfarçada de sintomas, causando desconforto no neurótico normal e sofrimento no neurótico grave. (ARMONY, 2013, p. 228-229, negritos nossos, itálicos do autor)

Chama-nos a atenção o fato dos textos de Freud (e dos outros autores) serem trazidos sem qualquer contextualização acerca de sua produção, neste caso textos com intervalo de 20 anos entre si são trazidos sequencialmente, dando a entender que tudo se manteve da mesma forma dentro do pensamento freudiano.

Deixando esta questão em suspenso, observemos os diversos pontos argumentativos presentes no trecho que servirão posteriormente a Armony: valendo-se de dois trechos de Freud, passará a aceitar que, na época do criador da psicanálise, as pessoas sadias eram neuróticas normais enquanto as doentes eram neuróticas graves, argumento que lhe servirá posteriormente para dizer que o mesmo ocorre para o *borderline* na atualidade, os brandos são o sujeito normal contemporâneo enquanto os graves são patológicos. Acompanhemos o deslizamento sutil (mas de grande importância na estratégia argumentativa do autor) entre os termos "sadio" e "normal". Freud não fala em "normal", mas em "sadio", quem equipara os dois termos (sem explicitar tal fato) é Armony.

Mais que isso o trecho serve a outra datação histórica da psicanálise de Freud: a repressão seria exercida sobre a sexualidade (aqui trazida pelo conceito de "pulsão sexual" naturalizado: ele **é** um dos mais fortes impulsos do ser humano) gerando a neurose, hoje não teríamos mais estes fatores e geraríamos *borderlines* (brandos ou graves). Acompanhamos aqui o início de uma prognóstica (psicanalítica) que se intensificará até o final do capítulo no qual Armony falará das consequências psíquicas de tal ou qual educação ("O resultado é uma tendência à busca de processos coercitivos e repetitivos para lidar com as ansiedades da vida") advogará, por fim, um "horizonte norteador de nossos passos" (idem, p. 234) no que diz respeito à educação dos filhos, mas a isto voltaremos no momento apropriado.

> A ***subjetividade borderline*** tem como um de seus suportes o **processo psíquico de divisão**. Em contraste com o recalque que transfere os desejos para o inconsciente para não mais tomar conhecimento deles, a cisão os mantém lado a lado mesmo quando incompatíveis, ficando, portanto, imediatamente acessíveis à consciência. A "onipotência mitigada" é outro suporte do borderline. Como esta expressão não se encontra na literatura psicanalítica, vou expô-la mais extensamente. Ela surgiu da observação de um comportamento onipotente do borderline que não desafia propriamente a realidade, mas aprende a driblá-la, manipulá-la, enganá-la, mantendo assim seu sentimento de onipotência. Para melhor explicá-la, **farei uma visita à infância**. **Winnicott fala** de uma experiência de onipotência irrestrita na fase da dependência absoluta. Uma experiência que é também um sentimento. O bebe é o criador do mundo. Quando na fase de dependência relativa descobre a existência do não-eu, sua onipotência sofre um revés. Mas não deixa de existir. Adquire uma forma que chamei de onipotência mitigada. A criança ou o bebê, na fase de dependência relativa, tem o poder de até certo ponto conseguir da mãe o que almeja; uma insistência e persistência criativas acabam por dobrar a mãe que então cede ao desejo de seu pimpolho. É uma experiência de onipotência mitigada que reforça o sentimento de onipotência. **Daí** a pertinácia borderline diante do aparentemente impossível. Ele sente-se capaz de dominar o mundo. As experiências de fracasso e vitória que levam o neurótico a recalcar o sentimento de onipotência, saindo do ciclo "tudo ou nada", adquirindo uma competência social e profissional que chamamos de "potência", têm outro efeito no borderline: em seu processo de divisão ora se sente onipotente, quando vitorioso, ora impotente, quando fracassado. Não tendo reprimido os sentimentos de onipotência/impotência vive no ciclo exaltação/abatimento. **O fracasso não faz desaparecer o sentimento de onipotência que em algum momento retorna e tenta mais uma vez realizar-se no concreto.** O que muitas vezes acontece fazendo do borderline uma força transformadora.
>
> Outro elemento constitutivo da personalidade borderline é a porosidade. Enquanto no **homem edípico** existem barreiras que dificultam a percepção do inconsciente próprio e alheio, pessoal e social, fechando a porta para a entrada/saída de suas fantasias, dos afetos e para a comunicação intersubjetiva, o borderline com sua dual-porosidade deixa entrar em seu psiquismo e dele saírem afetos e fantasias; ele não só se deixa penetrar pela atmosfera subjetiva que o rodeia como com ela interage, o que o integra à corrente dos acontecimentos. (ARMONY, 2013, p. 229-230, negritos nossos, itálicos do autor)

O parágrafo como um todo toma uma psicanálise bastante naturalizada, a própria definição da "subjetividade *borderline*" (que é utilizada para categorizar seus pacientes) inicia-se na metapsicologia através do "processo psíquico da divisão". Além disso, para exemplificar o sentimento de onipotência, Armony fala da infância, mas esta fundida com a infância psicanalítica tal como descrita por Winnicott. Esta é a chave de interpretação que será utilizada indiscriminadamente em todos os pacientes: a teoria feita por Winnicott sobre a infância agora serve de fundamento e demonstração para o que ocorre com os pacientes na clínica de Armony; Winnicott, portanto, não seria datado. Sua fala sobre a infância transcorre sem história, o bebê faria isto ou aquilo independentemente de classe social, período histórico ou educação dos pais,

Winnicott teria descoberto como o bebê se comporta, quais seriam suas expectativas, experiências, necessidades, ele descreveria o bebê **"como ele é"**.

Veremos como é esta naturalização da teoria winnicottiana que fundamenta toda a compreensão de Armony: se a infância ocorre tal como Winnicott descreve, poderíamos entender o *borderline* como alguém que não teria abandonado completamente uma fase do desenvolvimento. Conservando-a, comportar-se-ia da maneira que Armony descreve (com ciclos exaltação/abatimento, com porosidade etc.).

Sendo este parágrafo imediatamente posterior ao da "subjetividade neurótica", e pelo conteúdo do texto, depreende-se que o *borderline* é diferente do neurótico e sempre o será, já que possui outro "processo psíquico". Esta nova "subjetividade" teria suas próprias características, portanto: ela não aprenderia com a experiência, persistindo nos modos de relação que estabeleceu com a mãe, comportar-se-ia na vida tendo como base a matriz relacional que criou com ela; e não tendo reprimido o sentimento de onipotência (metapsicologia), não pode adquirir a competência social e profissional do neurótico mas, como um lado positivo disto, o *borderline* conseguiria ter uma "força transformadora".

*

Iniciaremos agora o subcapítulo intitulado "Normalidade e patologia *borderline*".

> A normalidade perfeita é sempre um ideal impossível. **É difícil conceber homens sem traços neuróticos**, já que **aquilo que produz neurose fornece referências sustentadoras**, ou sem traços psicóticos, pois **a criatividade, intuição e comunicação não verbal bebem na mesma fonte da psicose**. Winnicott destaca o valor da inquietude borderline em confronto com uma certa placidez alheada da neurose normal. Diz ele:
>
> > Para nós é de suma importância reconhecer que a ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde, mas não é vida. Os pacientes psicóticos que pairam permanentemente entre o viver e o não viver forçam-nos a encarar esse problema, que realmente **é próprio, não dos psiconeuróticos, mas de todos os seres humanos**. (WINNICOTT, 1967, p. 139) (ARMONY, 2013, p. 230, negritos nossos)

Aqui temos a afirmação ou argumento (não desenvolvido) de que todos os seres humanos possuem traços neuróticos e psicóticos, que a vida é uma mescla quantitativamente adequada das características da neurose e psicose, estes conceitos, por sua vez, são naturalizados de tal forma que são trazidos pelo autor como a própria essência do ser humano. Armony incluirá uma citação de Winnicott para sustentar sua tese mas modifica-a: em

Winnicott é trazida uma distinção entre os psiconeuróticos e os outros seres humanos enquanto Armony descreve os seres humanos como uma mescla de diferentes psiconeuroses. No início do próximo parágrafo também será inserido, em Winnicott, um conceito que não está presente na citação precedente mas sim na teorização de Armony, o conceito de "*borderline* criativo".

> **Para Winnicott**, o perigo da neurose está no empobrecimento da personalidade, e o do **borderline criativo**, na inadequação, dispersão e fragmentação. **Ainda hoje há bastante controvérsia sobre o que seja um borderline**. Não estou aqui falando do **borderline brando**, mas do **borderline patológico** do qual falam os autores psicanalíticos. Como acontece com quase todos os termos da psicanálise, borderline é também uma palavra polissêmica, permitindo diversas visões, que, de alguma maneira, aproximam-se e se suplementam. (ARMONY, 2013, p. 230, negritos nossos)

Se no início do capítulo Armony pôde comparar o que Bleger falava com o que "em geral é chamado de borderline" (idem, p. 226), agora introduz a relativização e classificação dos tipos psicanalíticos: *borderline* criativo, *borderline* brando, *borderline* pesado ou patológico, mas até então o conceito tinha sido trazido como se fosse consensual. Cada um deles (e também o neurótico) possuiria suas vantagens e dificuldades, portanto seriam de fato diferentes; a neurose se diferenciaria do *borderline* por razões metapsicológicas, e dentro de cada grupo existiria uma gradação quantitativa das características/tendências boas ou ruins:

> Tentando fazer uma síntese delas, direi que o borderline pesado (ou patológico) é polissiontomático, ambulatorial, necessitando eventualmente de internação, com dificuldades na área afetiva das relações interpessoais por suas susceptibilidades narcísicas exacerbadas. No processo psíquico do neurótico, o dinamismo dominante é o recalque; o correspondente no borderline é a divisão, sendo que no borderline mais grave chega ao nível da dissociação. A tendência à atuação é outra característica do borderline, que na patologia mais séria apresenta-se como impulsividade descontrolada. (ARMONY, 2013, p. 230)

Em certo momento, entretanto, fica impossível determinar se estamos falando do grupo dos *borderline* ou se falamos do "*borderline* pesado", sigamos o parágrafo:

> Apresenta também **problemas** na área de identificação e identidade. **Necessita** de uma circunvizinhança humana para atuar e pacificar os seus fantasmas. Apresenta ainda: labilidade de humor, tendência a uma **exacerbada** dependência afetiva muitas vezes negada reativamente, uma **extrema** sensibilidade e susceptibilidade. É **incomumente** permeável ao próprio inconsciente, ao inconsciente do outro e à subjetividade circulante. **Confunde** suas necessidades com o desejo do outro: **excesso** de identificação projetiva. **Desaparecimento** de suas necessidades diante das demandas do outro: **excesso** de identificação projetiva. (ARMONY, 2013, p. 230, negritos nossos)

Como podemos observar, existe uma certa normalidade não declarada que permeia a descrição do *borderline* (pesado? impossível saber) em pelo menos dois sentidos: de ordem

quantitativa, quando vemos os adjetivos de quantidade para descrever as características: “exacerbada”, “extrema”, “incomumente”, “excesso”; e de ordem qualitativa: “problemas”, “necessita”, “confunde”, “desaparecimento”. Em todo o parágrafo, somos incapazes de encontrar uma característica positiva/potencialidade do *borderline* (pesado?), ele tem problemas, necessidades, confusões em excesso.

Na continuação deste parágrafo Armony irá apresentar outras características do *borderline* para, no parágrafo seguinte, dizer do *borderline* brando, realizamos um trabalho de enumerar tais características para facilitar a comparação.

> A tendência à atuação[1] é outra característica do borderline, que na patologia mais séria apresenta-se como impulsividade descontrolada. Apresenta também problemas na área de identificação e identidade[2]. Necessita de uma circunvizinhança humana para atuar e pacificar seus fantasmas[3]. Apresenta ainda: labilidade de humor[4], tendência a uma exacerbada dependência afetiva[5] muitas vezes negada reativamente, uma extrema sensibilidade e susceptibilidade[6]. É incomumente permeável ao próprio inconsciente, ao inconsciente do outro e à subjetividade circulante[7]. Confunde suas necessidades com o desejo do outro[8]: excesso de identificação projetiva. Desaparecimento de suas necessidades diante das demandas do outro[9]: excesso de identificação introjetiva. (ARMONY, 2013, p. 230-231)

Não nos interessa aqui empreender uma análise hermenêutica do texto de Armony buscando nos apropriar do que se trata este sujeito *borderline*, mas sim destacar o modo como esta descrição é realizada: como uma série de problemas e tendências, excessos e faltas enfileirados sem relativização ou exemplos, num distanciamento total. É no estranhamento do psicanalista para com este sujeito que surgem as descrições, o outro confunde o que o psicanalista percebe corretamente, ou o outro tem excessos enquanto o psicanalista é controlado. Os lugares aqui estão bem definidos, o psicanalista que, não tendo excessos, tendências negativas ou necessidades, identifica o *borderline*, o classifica, até com conceitos psicanalíticos (identificação projetiva e introjetiva).

No próximo parágrafo teremos a fala sobre o “*borderline* brando”:

> Se peneirarmos o borderline brando de modo a obtermos a farinha depurada, encontraremos a tendência à atuação[1] a necessidade afetivo/dinâmica de uma circunvizinhança humana para nela atuar seus fantasmas e realizar seus desejos infantis[3], o uso da divisão/compartimentação, o exercício da onipotência mitigada de forma a não ultrapassar a fronteira da tolerância social esticada ao máximo, a extrema sensibilidade[6], a incomum permeabilidade ao próprio inconsciente, ao inconsciente do outro e à subjetividade circulante[7]; tal permeabilidade permite-lhe identificar-se continuamente, em devir, com o que o rodeia. A essa identificação dei o nome de “identificação dual-porosa”, “identificação transital” (em trânsito), “identificação contínua”, e agora acrescento “identificação em devir”.
> O borderline brando tende mais à multiplicidade do que ao polissintomático, o que significa que não inibe os vários aspectos de sua criatividade em favor

> de um único aspecto, mantendo as suas várias capacidades disponíveis para serem usadas. No que diz respeito à sensibilidade/susceptibilidade narcísica, ela apresenta-se menos como uma ferida e mais como um instrumento de conhecimento do outro; a porosidade das fronteiras do eu, que poderia torná-lo vulnerável às afetações do outro, mantém-se como sensibilidade que permite conhecer o outro, propiciando a troca e o desenvolvimento de afetos, sentimentos, fantasias pertinentes à relação dual em curso. Assim, ao invés de um fechamento nas próprias fantasias, há uma abertura para o conhecimento das fantasias do outro. A permeabilidade das fronteias, que no borderline pesado pode ser usada contra o outro ou pode dar lugar a um excesso de identificação projetiva e introjetiva, no borderline brando muda de qualidade, transformando-se em identificação dual-porosa, uma identificação que permite um regime de trocas fantasmáticas e afetivas continuas entre os seres humanos, entre si e com o mundo que o rodeia. A porosidade tanto funciona em relação a outro humano, à cultura, à natureza, quanto ao mundo interno, isto é, na percepção do próprio inconsciente. Em se tratando do borderline brando, as trocas fantasmáticas e afetivas criam um espaço potencial ou equivalente, onde o objeto subjetivamente criado é, ao mesmo tempo, objetivamente usado o subjetivamente concebido é ao mesmo tempo objetivamente existente. A identificação dual-porosa mostra-se um precioso instrumento de conhecimento, relação e comunicação, permitindo surfar nas ondas do devir, possibilitando ao borderline deslizar e se enlear nas sutis e infindas variações de um mundo em constante mutação. A necessidade de dependência do borderline pesado, traduz-se no borderline brando pelo reconhecimento da necessidade afetiva de outro também dual-poroso, de tal maneira que um regime de trocas, em que vigore tanto o subjetivamente concebido quanto o objetivamente percebido, possa ser estabelecido. (ARMONY, 2013, p. 231)

O autor vai construindo frases de modo a destacar como o *borderline* brando utilizaria-se de suas características e tendências de tal forma que poderia tirar benefícios dela, esta estrutura das frases segue um padrão: mostrar uma característica dos *borderline*, como ela prejudicaria o *borderline* pesado e como o *borderline* brando conseguiria manejá-la a ponto de fazê-la adaptativa.

Sobre a instrumentação teórica que ordena o texto de Armony, destacamos que todas estas frases estão articuladas em torno de conceitos psicanalíticos, os perigos, capacidades, diferenças, só tem sentido na psicanálise, mas são apresentados como fatos naturais, ou seja, não se trata de uma leitura possível dentre outras.

Talvez como não poderia deixar de ser, ao se propor a fazer uma tipologia dos quadros clínicos, a generalização prevalece e desaparecem aspectos particulares, mas isto não deixa de ser uma opção teórica (a de construir uma nosologia). De todo modo esta se distancia bastante daquela proposta por Freud, que encontrava em si próprio as mesmas características que seus pacientes, apenas em intensidade menor: aqui temos necessidades, tendências e características incomuns marcadas pela diferença no discurso do autor, são características próprias dos *borderline* e não do neurótico/psicanalista.

*

Passamos agora para o subcapítulo chamado "Castração e limite"

> Acho importante dedicar um espaço para diferenciar castração e limite. Castração é um termo usado pela primeira vez como conceito psicológico/psicanalítico por Freud; e é essa castração que vou me referir nas próximas linhas. Coloco a castração como pertencente mais ao campo do neurótico, e o limite mais ao campo do borderline. (ARMONY, 2013, p. 232)

O autor se coloca em primeira pessoa para falar de uma necessidade de diferenciação dos conceitos. Afirma que seguirá a concepção "original" do termo tal como Freud o definira, Neste momento coloca sua leitura como a leitura correta do que Freud escreveu, validando todas as articulações posteriores: elas se basearíam na própria pena de Freud, e não em uma leitura possível de sua produção.

> A castração, palavra evocativa de brutalidade e que em Freud se refere à proibição do incesto com a mãe, é, quando examinada de um ponto de vista mais amplo, uma metáfora da injunção ao abandono de características femininas como empatia, identificação dual-porosa, etc., para poder tornar o menino um "Verdadeiro Homem". Ser homem com H maiúsculo é proibir o feminino no menino e no adulto do sexo masculino, estimulando a dureza, a implacabilidade, a impiedade. (ARMONY, 2013, p. 232)

Neste trecho Armony fornece sua visão do que seria a castração e nos adverte contra a limitação da leitura que normalmente seria feita sobre ela: devemos ampliá-la para poder compreender tudo que está em jogo quando a invocamos. Armony lê Freud de uma certa forma, apresenta esta como a correta; esta leitura lhe permite tomar a castração como uma ação cruel que aconteceria em tempos passados (e diminuiria hoje). É esta ação (preconizada pela teorização psicanalítica) que determinaria a estrutura do sujeito (antes neurótico, hoje *borderline*). Qualificando e **datando** a castração, Armony cria um novo período histórico com um novo mecanismo ("colocação de limites"), que geraria novos sujeitos. É nos conceitos de castração e complexo de Édipo que encontramos as chaves de leitura da sociedade para este autor, entretanto a construção do texto apresenta esta leitura como mera "descrição da realidade". Armony olharia para a realidade atual e encontraria esses pais, olharia para a época de Freud e encontraria outros, daí em diante seu único trabalho teórico de fato seria pensar nas consequências destas mudanças. Não existe, enfatizamos isto, uma reflexão ou explicitação acerca do que origina esta percepção dos pais, da sociedade, dos filhos, dos sujeitos, tudo está lá independentemente de qualquer teoria: **bastaria olhar**!

Ao final do parágrafo temos a tese principal deste subcapítulo: a castração consiste em proibir no menino as características femininas. A pergunta que poderia saltar aos olhos do leitor do texto é: e as meninas? Não se tornam neuróticas e/ou sempre foram *borderline*? Acompanhando até o final do capítulo não encontraremos sequer a formulação desta questão pelo autor, o que encontramos é o feminino trazido somente em sua relação com o menino: se reprimido teremos um neurótico, se não, um *borderline*. O feminino na mulher não está presente no texto.

> Já na colocação de limites, o carinho e a sensibilidade da mãe no trato com a criança presentificam modos de relacionamento e valores que não à-toa chamamos de femininos, tais como empatia, dual-porosidade, compaixão, percepção sutil, intuição, impulso conciliador, etc. em não havendo uma interferência castradora, os modos de relacionamento e os valores da mãe advindos da relação afetuosa com o filho são preservados, só aparecendo a questão do incesto e fixação materna em situações de desenvolvimento distorcido quando então uma ação terapêutica se faz necessária. A castração como conceito foi introduzido por Freud e refere-se a uma ação dura, cruel, enquanto que a colocação de limites é uma atividade realizada com benevolência, amabilidade e sensibilidade. (ARMONY, 2013, p. 232)

A "colocação de limites", por não ser um conceito propriamente, permanece aberto e privilegiado pelo autor quando comparado com a suposta rigidez do conceito de castração. Nos chama a atenção novamente a alternância entre as palavras "menino" e "criança" que parece tentar incluir também a menina nesta teorização sem tratar da problemática teórica que isto implicaria, a cena trazida é a seguinte: o <u>pai</u> castraria o <u>menino</u> que então não manteria os aspectos <u>femininos</u> advindos de sua relação afetuosa com a <u>mãe</u>. A simples inversão dos gêneros nesta cena não se sustentaria: por que o pai castraria a filha? E o que aconteceria com seus aspectos femininos? Armony parece evitar estas questões inserindo a palavra "criança" em certos pontos do texto e logo após seguir explicando o que aconteceria com o menino.

O autor continua inserindo algumas citações de Freud e Winnicott para sustentar suas afirmações.

> A seguir, algumas citações de Freud e Winnicott.
>
> > O superego conservara o caráter do pai, e quanto mais intenso foi o complexo de Édipo e mais rapidamente se produziu a sua repressão (pela influência da autoridade, a doutrina religiosa, a educação, a leitura), tanto mais rigoroso será depois o império do superego como consciência moral, talvez também como sentimento inconsciente de culpa, sobre o ego. (FREUD, 1923. P. 36)
> >
> > O superego reteve características essenciais das pessoas introjetadas – a sua força, sua severidade, a sua inclinação a supervisar e punir. Como já disse noutro lugar, é facilmente concebível que, graças à desfusão de instinto que ocorre juntamente com essa introdução no ego, a

> severidade fosse aumentada. O superego – a consciência em ação no ego – pode então tornar-se dura, cruel e inexorável contra o ego que está a seu cargo. O imperativo Categórico de Kant é, assim, o herdeiro direto do complexo de Édipo. (FREUD, 1924, p.208-209)
>
> Fica claro que, de acordo com a teoria que uso em meu trabalho, você está possibilitando ao seu filho desenvolver um sentido de certo e de errado ao ser uma pessoa confiável nessa fase formativa inicial das experiências da vida dele. Se não tiver êxito com o seu bebê desse modo (e certamente se sairá melhor com um bebê do que com um outro, terá de tirar o melhor proveito possível de ser estritamente um ser humano, embora saiba que coisas muito melhores poderiam estar acontecendo no processo de desenvolvimento natural da criança. Se fracassar por completo, então deve tentar implantar ideias de certo e errado através do ensino e do treinamento assíduo. Mas isso é um substituto para o procedimento realmente válido, é uma confissão de fracasso e você vai detestar essa ideia; e, em todo caso, esse método só funciona desde que você, ou alguém atuando no seu lugar, esteja presente a fim de impor a sua vontade. Por outro lado, se puder dar a partida para o seu bebê de modo que, através da sua confiabilidade, ele desenvolva um sentido pessoal de certo e errado, em vez de medos primitivos e toscos de retaliação, você descobrirá mais tarde que pode reforçar as ideias de seu filho e enriquecê-lo com suas próprias ideias (WINNICOTT, 1969, p. 125-126) (ARMONY, 2013, p. 232-233)

Logo na primeira citação vemos como Freud insere diversos aspectos com forças relativizadas ao falar da castração (a religião, educação, literatura) e na segunda traz ao menos uma ressalva/relativização sobre as consequências: "O superego – a consciência em ação no ego – **pode** então tornar-se dura, cruel e inexorável contra o ego que está a seu cargo" (grifos nossos). Armony, por sua vez, será muito mais categórico quanto ao destino do menino que sofre a castração ao invés da colocação de limites, como veremos com detalhes mais adiante.

A citação de Winnicott traz sua compreensão de como deveria ser realizada a educação moral dos filhos, entretanto inexiste nos dois autores trazidos qualquer referência ao "feminino", visto por Armony como o principal diferenciador das duas condutas (castração e colocação de limites). Também nos chama a atenção o enfileiramento de textos que tratam da metapsicologia com outros que falam das práticas educativas dos pais, notemos que a citação de Winnicott não traz o conceito de superego e tampouco a de Freud traz os modos de criação dos filhos (mas sim o caráter do pai). É sua posição sequencial que estabelece a suposta continuidade entre os autores e temas: ambos supostamente estariam falando da mesma coisa, a saber, das consequências dos modos de criação dos filhos para o superego destes. Mais adiante veremos que Armony tomará ele próprio este caminho e desenvolverá uma espécie de manual para os pais sobre como criar seus filhos para que o desenvolvimento de seu ego e superego seja de tal ou qual forma. No momento oportuno falaremos como todos estes pressupostos

psicanalíticos (ego, superego, castração) desempenham um papel fundamental (e não declarado/explicitado) na construção de verdades deste autor sobre o contemporâneo.

Podemos observar no parágrafo seguinte que precisaríamos "examinar de um ponto de vista [bastante] mais amplo" (ARMONY, 2013, p. 232) o conceito de castração para podermos seguir o raciocínio de Armony.

> Na subjetividade neurótica, o **acesso ao feminino do homem** é impedido mediante uma ação castradora. Na pratica, essa castração e principalmente exercida pelo pai que impede o acesso da criança aos seus aspectos femininos de empatia, capacidade de identificação, sensibilidade sutil, etc. hoje, na classe média educada e informada a brutalidade castradora encontra-se atenuada e **pode-se mesmo dizer** que está se espalhando uma ação não mais de castração crua, mas de colocação sensível de limites. Quando falo de castração penso na violência em seus diversos graus. Quando falo de limites, também penso em graus de serenidade, firmeza e sensibilidade respeitadoras da subjetividade da criança. (ARMONY, 2013, p. 233)

Deixaremos de ressaltar o enfoque exclusivo ao desenvolvimento do menino para não nos tornarmos repetitivos. Destacaremos neste trecho a leitura bastante particular de Armony sobre a castração freudiana: se no início do subcapítulo este afirmou que traria o termo tal como foi definido por Freud, ou seja, como referido à "proibição do incesto com a mãe" (idem, p. 232), agora amplia-o para uma ação violenta genérica "em diversos graus" que impediria o "acesso ao feminino no homem". É ampliando o conceito freudiano para além de seus limites que Armony poderá compará-lo a "colocação de limites", descrito através de analogias que não o configuram como um conceito propriamente dito.

Temos também uma passagem acerca do nível econômico e educacional dos pais destes *borderline*: eles seriam da "classe média educada e informada", que não recorreriam mais à "brutalidade castradora", tendo evoluído (provavelmente por sua condição social e educacional) para a "colocação sensível de limites". Nesta leitura, o autor não toma responsabilidade pelo que diz: a frase está escrita como se a realidade fosse evidente em si, ao colocar os adjetivos no afirmativo e suspender sua participação nesta fala ("pode-se mesmo dizer") o que se segue é colocado como pertencente ao domínio comum, e não à sua visão.

Por fim encontramos que esta mudança seria respeitadora da subjetividade da criança, isto fica ainda mais claro no decorrer do parágrafo quando o autor traz os supostos efeitos nocivos da castração para a criança. Inicia-se aqui de forma mais proeminente o papel de "educador dos pais" que o autor desempenhará até o final do texto: mostrando que a criança tem uma subjetividade de tal forma, que ela deve ser respeitada, como deve ocorrer este respeito, além de informar quais os benefícios e malefícios de cada postura adotada.

> Gosto de usar para a castração a imagem de um muro compacto contra o qual a criança irá se chocar e se machucar; já o limite, eu o vejo como uma cortina de veludo, macia e flexível que oferecerá proteção e limite à criança sem machucá-la. O pai impiedosamente castrador do século XIX, que vemos em filmes como "A Fita Branca", "A Árvore da Vida", **está** desaparecendo nas classes médias dos centros urbanos. Os pais em geral **são** amorosos com os filhos e as proibições **são** realizadas, o mais possível, de forma delicada, carinhosa e sensível a repressão que vem dos pais **já não é** mais traumática, castradora, violenta, e isso **faz** uma diferença. (ARMONY, 2013, p. 233, negritos nossos)

A cena construída (toda no afirmativo) é a de um pai que pôde evoluir com a sociedade, não mais comportando-se como aquele do século XIX, que prejudicava seus filhos com sua insensibilidade, mas alguém que conseguiria ser amoroso com eles, um pai "de classe média dos centros urbanos" atento ao seu filho, que realizaria um esforço de adaptar a educação às capacidades de seu filho.

Temos aqui um modelo de como devem ser os pais que buscam de fato cuidar de seus filhos, que não desejam ser indiferentes e/ou prejudiciais a eles. E mais: caso desconsiderem estas indicações seus filhos serão mais ou menos traumatizados como consequência. Neste ponto, e em outros ao longo do texto, o autor do texto assume uma posição de guia para os pais, dizendo a seu leitor o que deveria ser feito e evitado quando se trata da educação dos filhos. Talvez possamos encontrar aqui um ponto privilegiado para compreender como certos pressupostos (no caso, os pressupostos da psicanálise winnicottiana) constroem verdades acerca dos sujeitos: quando trouxe o desenvolvimento infantil, Armony discorreu sobre as "descobertas" realizadas por Winnicott acerca da infância, estas tornam-se agora o ponto de ancoragem para que possa afirmar o que deve ser feito para que a criança se desenvolva normalmente e o que ocorrerá se este desenvolvimento for prejudicado. Na sequência do parágrafo temos mais um exemplo destes *jogos de verdade* quando o autor traz como uma consequência do não seguimento de suas indicações a "introjeção de uma personificação despótica", a saber, a introjeção do pai como uma personalidade despótica.

> Não podemos, porém, esquecer que as proibições que a criança impõe a si mesma podem ser poderosamente mandatórias mesmo quando os limites são dados por uma figura benigna. Esta benignidade tem sua importância, pois evita a introjeção de uma personificação despótica.
> Mas, mesmo quando o limite é colocado de forma adequada, a criança precisa exercer uma forte pressão sobre si mesma para conter seus poderosos desejos imaturos ainda não integrados pelo eu. A pressão emana então não do pavor/pânico provocados por uma figura tirânica assustadora vociferando ordens, mas da forma impositiva das palavras em si. Esta nova maneira de colocar limites muda a qualidade do recalque e permite que processos de divisão do eu tenham um lugar mais proeminente no psiquismo. Voltarei mais adiante a esse assunto.

> Meu livro, em sua 1ª edição (ARMONY, 1998), sugere que a normalidade neurótica da modernidade está, na pós-modernidade, encolhendo, cedendo seu lugar à normalidade borderline. Já na segunda edição (ARMONY, 2010) vislumbra-se a ideia de que processos neuróticos e borderline convivem na mesma pessoa e que esta seria a normalidade utópica do futuro, um horizonte norteador de nossos passos. Na sequência dos acontecimentos históricos e da evolução do meu pensamento, a separação entre neurótico e borderline estava deixando de ser tão relevante. Falarei aqui de um ponto de virada que tornou nítida a mudança de meu deslizamento, refiro-me a um trecho do prefacio escrito por André (ARMONY, 2013, p. 233-234)

Temos aqui a apresentação de uma **evolução** no pensamento do autor: saindo da divisão entre neurótico e *borderline*, o autor teria chegado a uma concepção do ideal de normalidade do futuro, a mescla de processos neuróticos e *borderline*. Chama atenção esta mudança pois no parágrafo logo acima temos a descrição do que seria a "subjetividade neurótica" e antes disso os processos que levariam à ela ou à subjetividade *borderline* foram longamente diferenciados. Aqui, entretanto, o autor já não traz a castração como um acontecimento decisivo, mas como algo que compõe a subjetividade.

> Falarei aqui de um ponto de virada que tornou nítida a mudança de meu deslizamento, refiro-me a um trecho do prefacio escrito por André
>
> Martins para a 2ª edição do meu livro:
>
> > Seja mais, seja menos, temos todos nossos traços neuróticos e psicóticos, ou neuroides e psicoides. Somos todos borderline. Entre os borderline, as dificuldade e a organização psíquica variam. Mas a saúde psíquica não está mais do lado da neurose, como tampouco passou a estar do lado da psicose. Ela se encontra na franja central, não no justo meio, que não há, mas na busca da expressão de nossa criatividade com um mínimo de defesas, e em lidar bem com elas, nem tornando-as rígidas, como na neurose, nem abrindo inteiramente mão delas, recaindo em um descontrole emocional e da percepção da realidade, como nas psicoses (ARMONY, 2010, p XIX)
>
> Esse fragmento acendeu uma luz em meu cérebro e lembrei-me de um artigo de Freud de 1924 "A perda da realidade na neurose e na psicose". E lá encontrei o que estava buscando:
>
> > Chamamos um comportamento de "normal" ou "sadio" se ele combina certas características de ambas as reações – se repudia a realidade tão pouco quanto uma neurose, mas se depois se esforça, como faz uma psicose, por efetuar uma alteração dessa realidade (FREUD, 1924, p. 231)

E mais adiante:

> A distinção nítida entre neurose e psicose, contudo, é enfraquecida pela circunstância de que também na neurose não faltam tentativas de substituir uma realidade desagradável por outra que esteja mais de acordo com os desejos do indivíduo. (FREUD, 1924, p. 233)

Também em *Análise terminável e interminável* Freud pondera sobre normalidade:

> O ego, se com ele quisermos poder efetuar um pacto deste tipo, deve ser um ego normal mas um ego normal dessa espécie é, como a anormalidade em geral, uma ficção ideal. O ego anormal, inútil para nossos fins, infelizmente não é ficção. [Na verdade, toda pessoa normal é apenas normal na média. Seu ego se aproxima do ego do psicótico num lugar ou noutro e em maior ou menor extensão e o grau de seu afastamento de determinada extremidade da série e de sua proximidade da outa, nos fornecerá uma medida provisória daquilo que tão indefinidamente denominamos de "alteração do ego"]. (FREUD, 1937, p.267-268) (ARMONY, 2013, p. 234)

O autor do prefácio e também Freud falam de **neurose** e **psicose**, e de como a normalidade seria uma combinação de processos característicos destes. Já Armony traz a normalidade como uma combinação entre os processos neuróticos e *borderline*; ficamos sem o esclarecimento de qual seria a diferença entre a psicose e o *borderline*. Refletindo um pouco mais sobre isto, vemos que neurose e psicose são substantivos, enquanto *borderline* é um adjetivo, podemos discorrer sobre a neurose e a psicose em si, mas para falar do *borderline* precisamos atrelá-lo ao "sujeito *borderline*", justamente por este conceito estar tradicionalmente concebido como a fronteira entre neurose e a psicose, não possuindo, assim, especificidades.

O modo como o autor organiza o texto passa a ideia de que este falaria essencialmente a mesma coisa que o pai da psicanálise, mudando apenas alguns termos, atualizando-o, digamos assim. Freud veria a normalidade de seu tempo como uma mescla de neurose e psicose e, nos tempos atuais, Armony veria a normalidade como uma mescla de neurose e *borderline*. Talvez o esforço de Armony seja justamente o de alçar o *borderline* a uma categoria autônoma, muito embora sua única característica própria pareça ser a "identificação dual-porosa".

> O conjunto dessas citações trouxe à minha mente o trabalho de Winnicott (1975) denominado "O lugar em que vivemos". Resumindo, entendi que Winnicott nos fala que vivemos a maior parte de nosso tempo em um espaço intermediário, onde o subjetivo e o objetivo se encontram, possibilitando a criatividade. A normalidade contemporânea começa a se apresentar para mim

> como um misto de neurótico e borderline nos quais convivem a onipotência mitigada, as divisões do eu, o recalque traumático adequado (recalque benigno [WINNICOTT, 1965, p. 105]), a porosidade seletiva.
> A ideia de "recalque benigno" surgiu de seu contraponto, o "recalque excessivamente traumático" (recalque maligno [WINNICOTT, 1965, p. 105]) largamente exercido na época vitoriana. (ARMONY, 2013, p. 235)

A construção textual do início do parágrafo é interessante por tirar do autor qualquer plano deliberado de construir a teoria que fez: as coisas surgem em sua mente pois tem correlações entre si, e não por algum esforço de estabelecer pontes entre seus pensamentos e os de autores referenciais da psicanálise.

Para além disto, entendemos nesta citação a importância argumentativa da concepção do autor sobre a castração e recalque que se segue: estes deixam de ser atrelados à interdição do incesto para tornarem-se um modo difuso de educação autoritária; deixando de ser um fenômeno relativamente pontual, podem ocorrer alternadamente com o outro modo de educação (a colocação de limites). Após essa dissolução do conceito Armony ainda divide-o em "benigno" e "maligno", mantendo assim o nome do conceito que caracteriza a neurose (recalque) mas modificando consideravelmente sua concepção. É uma formulação que o permite continuar "dentro da psicanálise" distanciando-se dela.

No segundo parágrafo citado, a referência à Winnicott nos leva a pensar que esta nova concepção de castração/recalque é de sua autoria, fortalecendo assim a sequência argumentativa do autor.

> No recalque maligno, temos um pai tirânico que exerce a repressão com aspereza, violência, insensibilidade. A interdição fica indissoluvelmente ligada a uma figura assustadora que, internalizada, irá assombrar como superego cruel, atacando impiedosamente o eu, dificultando a elaboração da interdição.
> No "recalque benigno", a interdição é colocada com firmeza, mas sem desabrimento e com a brandura possível, o que permite sua elaboração. Sabemos que a interdição ao se defrontar com os intensos impulsos primitivos infantis perde o seu caráter de suavidade para que os impulsos possam ser detidos. É comum ouvirmos uma criança falando para si mesma diante de um objeto ou ato interditado um "não pode" repetidas vezes, em um tom autoritário, com voz de comando. A suavidade paternal transforma-se em severidade impositiva. Porém, a figura dos pais mantém-se benigna e assim são internalizados. A severidade e o rigor ficam colocados na interdição nela própria e não naqueles que a exerceram. (ARMONY, 2013, p. 235)

O trecho acima presta-se muito bem ao destaque das estratégias argumentativas do autor. O uso da palavra "sabemos" visa a enlaçar o leitor na argumentação que se segue, já o conteúdo indica o grupo em nome de quem Armony fala – os psicanalistas (interdição, impulsos primitivos infantis, palavras do jargão psicanalítico). O autor fala da posição de psicanalista

buscando aliar-se seus leitores nesta mesma posição. Mais adiante a frase "É comum ouvirmos ..." apela para a banalidade do que se segue, traz a ideia de que não é necessário refletir muito sobre isto, falamos de um acontecimento cotidiano facilmente observável por qualquer um disposto a prestar atenção.

Tendo encaminhado seus argumentos desta forma, o autor termina com uma afirmação metapsicológica do que acontece à criança (esta, "que veríamos todos os dias") se a própria puder realizar o "recalque benigno" e também com uma afirmação de alívio para os pais: seus filhos não os internalizarão como pessoas severas e ainda assim obedecerão a seus ensinamentos.

> Devemos distinguir a voz de comando à qual a criança recorre para a aceitação de limites (que podem ter sido colocados pelos pais com a maior doçura) da imposição severa e insensível dos pais. Eu chamaria a primeira de *proibição autoinduzida*, na qual não se dá a introjeção de uma Personificação de Pai imperial e insensível, e a segunda, de *proibição autoritária* na qual uma Personificação Tirânica de Direito Olímpico Inabalável e Incontestável se impõe como figura ameaçadora. No primeiro caso, os bebês (as crianças) internalizam a proibição respeitando seus processos de **homeostase subjetiva**. No segundo, há uma **imposição** castradora que não respeita o tempo de equilibração do bebê, invadindo seu psiquismo e lá deixando sua marca danosa. Uma marca diferente daquela benigna que o próprio bebê se coloca, pois a que ele se coloca está dentro de suas possibilidades de suportar o trauma sem uma quebra significativa da continuidade de ser. Usando os conceitos que Winnicott (1965, p. 102) apresentou no artigo "O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família", podemos dizer que a autoimposição do bebê (da criança) é um trauma benigno, enquanto que a imposição dura, severa e insensível dos pais 'um trauma que será tão mais maligno, quanto mais ríspida, violenta e insensível for a intervenção paterna. Neste caso, o pai será internalizado como uma Entidade Maligna Invasiva e não como um pai amoroso protetor. (ARMONY, 2013, p. 235-236, negritos nossos)

A distribuição de lugares aqui destaca o autor como quem pode dizer do melhor modo de criar os filhos, a criança como aquela que deve determinar a velocidade e andamento desta educação e os pais como aqueles que devem estar atentos tanto às palavras de Armony como às reações de seus filhos. Temos ao menos dois pontos que merecem destaque: o claro julgamento de valores em prol de sua teorização da "colocação de limites" em detrimento da "castração" e também novamente o pressuposto de um desenvolvimento natural da criança. Segundo Winnicott, a homeostase subjetiva, seu tempo de equilibração, remontam a conceitos do desenvolvimento natural do ser humano. Destacamos mais uma vez como a teorização psicanalítica winnicottiana serve de base para uma normatização das condutas dos pais com seus filhos. Armony é quem fornece os preceitos pelos quais os pais devem educar seus filhos,

caso sigam outro modo de educação, seus filhos sofreriam traumas e internalizariam o pai como uma figura maligna.

> Feita esta distinção, posso continuar a desenvolver meu pensamento, agora tentando articular as variedades de neuróticos e borderline com as relações parentais.
> A família patriarcal prototípica do período vitoriano era composta por uma mãe suficientemente boa e por um pai que impunha, a qualquer custo, com a aquiescência da mãe, as leis da casa; isso incluía a ação de castração na época apropriada. A mãe, por meio da relação fusional e da mutualidade, propiciava ao filho o desenvolvimento da capacidade de empatia, de identificação, da sensibilidade sutil, do sentimento de compaixão. Essas características eram consideradas, na sociedade moderna vitoriana, "coisas de mulher", enfraquecedoras de crianças do sexo masculino que então deveriam livrar-se dessa subjetividade. Os meninos deveriam recalcá-la para tornarem-se fortes, duros, impiedosos: uma masculinidade bem desenvolvida lhes permitiria vencer a dura luta pela sobrevivência, alcançando um padrão de vida consoante o seu grupo social, Para conseguir esse resultado, o pai (ou a função pai) proibia duramente o acesso à mãe; ele exercia a função de castração da qual resultava uma interdição ao feminino. O resultado era o provável desenvolvimento de um neurótico normal, desde que a mãe fosse suficientemente boa e o pai castrador suficientemente bom; refiro-me a uma mãe suficientemente disponível, sensível e responsiva às modificações da subjetividade do filho, e a um pai suficientemente presente, justo, protetor, respeitador da lei, qualidades que fariam dele uma boa figura de identificação. (ARMONY, 2013, p. 236)

Faltam autores/dados como base para o diagnóstico do tempo atual ou passado: é o próprio autor quem define qual era a "família prototípica do período vitoriano", como era a mãe e o pai deste período, como eram vistas as capacidades de empatia, de sensibilidade etc. Esta apresentação descompromissada talvez só seja possível pela crença (presumidamente compartilhada com os leitores) do caráter de "senso comum" das afirmações que se seguem, tornando desnecessário embasamento mais aprofundado. Nesta mesma "apresentação" do passado, o autor fala de como as coisas eram vistas ("coisas de mulher"), qual era a normalidade da época, como esta era alcançada, o resultado, e fala de dois lugares: ora como alguém que tivesse vivido esta realidade, ora como psicanalista.

Neste segundo lugar, destaca-se a utilização de conceitos psicanalíticos de tal forma naturalizados que podem ser utilizados para *descrever* aspectos da realidade passada ("mãe suficientemente boa", "castração", "relação fusional" etc.)

> Ao contrário do neurótico padrão que constituiu um forte superego e um consistente ideal de ego, o borderline tem um superego maleável e um ideal de ego (ou ego ideal) múltiplo Partindo da teoria da insuficiência de identificações como um dos principais fundamentos do borderline propus substituir a expressão "insuficiência de identificação", que tem uma conotação negativa, por "valências identificatórias abertas". Elas permanecem abertas quando o interjogo lúdico e amoroso incorporado pelo bebê em sua relação

> com a mãe continua a ser exercido na idade adulta. Para isso é preciso que não sejam obturadas por uma ação drástica de castração paterna, pois nesse caso haverá um recalque do feminino e a modelagem de um macho patriarcal autoritário. (ARMONY, 2013, p. 236)

Começamos com a descrição metapsicológica do neurótico e do *borderline*, voltamos, portanto, à dicotomia que supostamente havia sido abandonada em seu pensamento. Em seguida vemos mais uma das positivações do autor em relação ao *borderline*: pegando um aspecto que comumente é tratado negativamente pelos autores da teoria psicanalítica, o relê de tal forma que pudesse ser destacado o aspecto produtivo, criativo, maleável, enfim, adaptativo, desta característica nos dias atuais. Ao final temos novamente a repetição de qual seria a condição para que esta capacidade permanecesse disponível ao adulto: que o pai não destruísse, através da castração, as capacidades femininas que o menino desenvolvera com sua mãe.

> A combinação de uma mãe insuficientemente boa com um pai autocrático tenderia a produzir uma dissociação entre psique e mente e, portanto, um borderline falso *self*. O solo materno instável levaria o filho a procurar estabilidade nos preceitos morais e intelectuais portados pelo pai.
> Em não havendo uma intervenção súbita e brutal de um pai edípico, as valências identificatórias mantêm-se abertas. Duas possibilidades:
> Quando a mãe for insuficientemente boa, a identificação da criança com o materno será de má qualidade e mais tarde buscará em primeira instância uma personificação de mãe (ou de pai) para com ela realizar uma relação anaclítica na tentativa de suprir as deficiências de origem.
> Já uma mãe suficientemente boa, tendo fornecido um solo identificatório materno seguro, permite às valências identificatórias abertas voltarem-se mais para os aconteceres externos, acompanhando o devir dos acontecimentos e afastando-se das relações anaclíticas. (ARMONY, 2013, p. 236-237)

Existe toda uma teleologia psicanalítica que perpassa o texto de Armony com a pretensão de prever e alertar os pais sobre as consequências do cumprimento ou não de certos requisitos na criação de seus filhos. Destacamos dois pontos sobre este aspecto: a falta de modulações e de variáveis nestes prognósticos (a *família*, e só ela, *acerta* ou *erra*), e o grau de *certeza* destas afirmações. Salta aos olhos as relações simples de causa e consequência: se a mãe for insuficientemente boa e um pai autocrático: *borderline* falso *self*; se a mãe for insuficientemente boa: relação anaclítica no futuro; se a mãe for suficientemente boa: afastamento das relações anaclíticas. Como quem tivesse de fato descoberto a natureza humana e o desenvolvimento do bebê, o autor aponta tranquilamente o que se passará (seguramente) em tal ou qual caso.

Continuando:

> Estaríamos então em uma área intermediária, resultado do acoplamento das valências insaturadas com o devir do mundo. Citando Winnicott:

> É útil, portanto, pensar numa terceira área do viver humano, uma área que não se encontra dentro do indivíduo, nem fora, no mundo da realidade compartilhada. Pode-se pensar nesse viver intermediário como ocupando um espaço potencial, a negar a ideia de espaço e separação entre o bebê e a mãe, e todos os desenvolvimentos derivados desse fenômeno. (WINNICOTT, 1967, p. 152)
>
> > Após todas essas reflexões atrevo-me a vislumbrar num horizonte utópico a figura do Homem Transicional. Este Ser terá tido uma mãe suficientemente boa possibilitando-lhe a internalização de valores femininos que persistem na vida adulta, não por se defrontarem com a castração paterna, mas sim com a colocação graduada de limites tanto do pai quando da mãe, ambos realizando uma mesma tarefa que poderíamos chamar de masculina. Isso aconteceria com mais frequência nas camadas sociais citadinas e esclarecidas. (ARMONY, 2013, p. 237)

O parágrafo acima é um dos poucos em que o autor escreve em primeira pessoa, destacando, assim, que o que se segue trata-se de construções particulares, mostra também com clareza seu ideal de sujeito, de mãe, de pai e de educação. Existe nesta comparação uma divisão de gênero que não fica explicada em nenhum momento. As tarefas e qualidades masculinas e femininas parecem derivar da psicanálise, do pai castrador e da mãe acolhedora. Veremos no parágrafo seguinte que não falamos apenas de papéis masculinos e femininos, que existem particularidades do sexo que forçariam ou dificultariam o desempenho de tal ou qual papel por cada sexo.

> Por outro lado, vemos nessas mesmas camadas o homem exercer o papel feminino de cuidar do bebê. Haveria, pois, um intercâmbio dos papéis masculinos e femininos que tanto poderiam ser exercidos pelo homem quanto pela mulher. É preciso, porém, assinalar que há diferenças sutis entre o feminino/masculino da mulher e o masculino/feminino do homem. Citarei uma dessas diferenças: a gestação e a amamentação ao seio pertencem exclusivamente à mulher e estabelecem um forte e indelével vínculo entre mãe e bebê o que pode vir a criar futuras dificuldades em "soltar" seu rebento para os perigos da vida em geral, e do social em particular, só ultrapassados com esforço e com a ajuda do pai para quem não é tão custoso expor o filho a esses perigos. Um exemplo: a mãe ao proibir o filho de velejar encontra um pai que diplomaticamente interdita a proibição levando-o ao mar. Este é um tipo de limite que deverá ser distinguido da colocação de limites em geral, pois se refere ao processo de evolução de um ser humano que passa, com a ajuda da ação limitadora e acolhedora dos pais, de uma situação de fusão e simbiose materna ("dependência absoluta e relativa") ao maturando processo de responsabilização pelos seus atos ("rumo à independência"). Seria o equivalente benigno da castração freudiana. (ARMONY, 2013, p. 237)

Novamente a teoria psicanalítica serve de fundamentação naturalizada para dizer qual o papel, quais as dificuldades e perigos da educação dos filhos pelos pais. O bebê teria uma "fusão e simbiose" com a mãe, que seriam perigosas para o filho, por isto seria necessária a intervenção do pai, que não teria tanta preocupação em expor o filho aos "perigos da vida". O autor constrói essa argumentação acrescentando conceitos e concepções psicanalíticas à questões que seriam

“óbvias a todos”. Supostamente seria evidente que a amamentação e gestação criariam uma simbiose que deveria ser quebrada por intervenção paterna, seria também claro que o pai não teria grandes dificuldades em fazê-lo. Nesta cena supostamente de conhecimento geral, o trabalho do autor seria apenas o de inserir a psicanálise como disciplina que conceituou e destacou este momento: as necessidades do bebê, o papel da mãe e do pai não seriam, portanto, fruto do olhar da psicanálise, elas existiriam **de fato** e teriam sido apenas operacionalizadas por esta teoria.

Mais um destaque para a questão de gêneros em Armony: a mãe pode contribuir ou prejudicar o “desenvolvimento natural” da criança (sendo suficientemente ou insuficientemente boa), já o pai só aparece em negativo, seu papel é o de regular bem a relação do bebê com a mãe para que este não seja excessivo nem bruscamente interrompido, mas no texto, as capacidades e características positivas advém da relação mãe-bebê, ao pai caberia não destruí-las.

> No final das contas o **menino** que teve pai e mãe com as características acima apontadas pôde amenamente assimilar os modos de ser feminino e o de fazer masculino, vivendo simultaneamente o objetivo e o subjetivo. Essa **criança** virá a ser, se nada atrapalhar sua trajetória, o Homem Transicional, cujo habitat será na maior parte do tempo, o espaço potencial, nele aprendendo a balancear o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido. Os pratos oscilarão entre processos borderline e neuroides numa contínua variação e mistura de ambos.
> Uma observação final: os indícios do advento do Homem Transicional estão inseridos em um contexto mais amplo no qual indícios de transformações em outras áreas (econômica, social, política, cultural, etc.) estão presentes. As mutações acontecem em bloco e estão intrinsecamente ligadas. O Homem Transicional só poderá vingar como parte das transformações globais da sociedade. (ARMONY, 2013, p. 238, negritos nossos)

4.3.3 – Síntese

O tema da história perpassa todo o texto de Armony, o autor vai sempre apontando como era a cultura, sociedade e principalmente família em dois períodos históricos privilegiados: a era vitoriana e os dias de hoje. Entretanto, mesmo que a história pareça ter um ponto de destaque

em seu trabalho, o pano de fundo apresentado é de um sujeito que possui **essência** e **tendência** a-históricas: sua essência combina elementos masculinos e femininos e sua tendência e expressá-las adequadamente quando adulto.

É interessante notar como a "era vitoriana" aparece para exemplificar de que modo a **tendência** de manifestar a **essência** do ser humano pode ser impedida por um período histórico, neste caso por um pai autoritário que recalca a feminilidade no homem. Esta castração paterna teria condenado o filho à neurose na qual, segundo o autor, falta empatia, criatividade etc., as chamadas "qualidades femininas". Por outro lado, se sua feminilidade puder ter espaço, ele se tornará um *borderline* (brando) ou, nas palavras do autor, o Homem Transicional, ideal de subjetividade que cada vez mais se imporia na sociedade contemporânea.

Existe um esforço claro de Armony de positivar diversos aspectos dos *borderline* que são vistos por outros autores como negativos: a impulsividade, a negligência de certas regras, a mudança repentina de humor etc., numa argumentação de que isto seria produtivo nos dias atuais, embora indesejável no momento da formulação freudiana sobre o sujeito. O interessante é ver que estas características são atribuídas ao componente feminino do indivíduo, denunciando assim, como que de passagem, um machismo em seus colegas psicanalistas e uma "falta de controle" da mulher.

O sujeito contemporâneo seria aquele que, tendo tido um ambiente (histórico, familiar) apropriado pôde desenvolver-se plenamente, ou seja, pôde conciliar seus aspectos masculinos e femininos na idade adulta. As teorizações que veem no homem contemporâneo (*borderline* brando, na concepção de Armony) algo de patológico sofreriam, na visão do autor, de uma leitura descontextualizada de suas características, estariam olhando para o sujeito de hoje pensando nos moldes do século XIX, ou teriam dificuldades em aceitar aspectos femininos no homem.

Embora a história seja supostamente trazida o tempo todo para diferenciar o atual do passado, a descrição do sujeito é puramente endopsíquica; façamos uma pausa aqui para que possamos nos explicar melhor. Existe uma aparência de que o social é considerado na descrição de Armony (2013), mas na realidade o sujeito contemporâneo é descrito apenas segundo suas capacidades psíquicas endógenas e, portanto, a atualidade dele é a atualização da teoria psicanalítica, é atualizando a teoria que se atualiza o sujeito: a tipologia da psicanálise se mantém e o sujeito é explicado daí, não pela sua relação com o contexto. Quando este contexto é trazido, é apenas para exemplificar como o sujeito contemporâneo supostamente estaria adaptado às mudanças deste mundo, mas estas mudanças não são ocasião das alterações neste sujeito.

O modo como Armony estrutura sua "descrição" da realidade, nos dá a impressão de que ela seria fruto de um olhar comum, evidente, que pôde ser instrumentalizado pela psicanálise, ignorando assim que as qualificações, atenções e os próprios fenômenos apresentados são fruto dos pressupostos da psicanálise que se atualiza aqui. Novas fases de desenvolvimento, a simbiose do bebê com a mãe, o feminino etc., tudo isto constrói o social descrito por Armony: é só naturalizando estes conceitos que eles passam a ser "encontrados" na realidade contemporânea. Daí não ser necessário apresentar referências/dados de fora da psicanálise ou mesmos exemplos para suas afirmações: Armony escreve para psicanalistas que também "veem" o mundo através destes conceitos naturalizados. A psicanálise cria o mundo e depois o interpreta, dizendo o que devemos fazer e o que devemos evitar. No caso a psicanálise winnicottiana, especialmente sua teorização sobre a infância, é que recria o mundo, ao ver os comportamentos como castração benigna ou maligna, comportamentos como masculinos ou femininos, criativos ou repetitivos. Nosso destaque principal é que nada disto é declarado como sendo uma **leitura** da realidade que depende da aceitação de certos **pressupostos**: no texto os comportamentos são masculinos ou femininos, criativos ou repetitivos, e não aparecem como comportamentos que podem ser vistos como tais se vistos sob a ótica de uma certa psicanálise.

Fica, no entanto, a impressão de que a cultura participaria da constituição do sujeito quando Armony fala da mudança no modo de educação dos filhos, passando da "repressão" para a "colocação de limites", mas mesmo aqui o que encontramos é uma descrição dos efeitos e necessidades endopsíquicas do sujeito (lembremos que o sujeito deveria, desde sempre, posto que essa é sua essência, combinar elementos femininos e masculinos), novamente a cultura sendo trazida para mostrar como agora as necessidades e tendências do sujeito (este, universal, da psicanálise) podem se manifestar. Sinteticamente podemos dizer que o sujeito trazido por Armony independe da história, ele tem suas necessidades e tendências tais como defendidas pela psicanálise (ora freudiana, ora winnicottiana); a mudança contemporânea é dar espaço para que este sujeito possa "emergir", portanto é a teoria do psiquismo endógeno que redesenha o contexto que redesenha o sujeito, uma cultura considerada somente através daquilo que a psicanálise constrói.

Seguindo além disso, o autor utiliza Freud como garantidor de suas posições ao defender que sujeito contemporâneo também pode sofrer, tal como o neurótico de Freud: a patologia surgiria por questões quantitativas que diferenciariam o *borderline* brando do pesado. Entretanto seu principal suporte teórico (não anunciado) é a concepção particular que tem da castração e do recalque que se seguiria; aqui Armony os traz como um fenômeno difuso durante toda a infância da criança, e muito mais relacionado à sensibilidade, educação e condição

financeira dos pais do que como algo inerente à constituição subjetiva. A rigor o recalque freudiano não seria necessário, o sujeito poderia desenvolver-se através da "colocação de limites" dos pais, uma espécie de educação através da sensibilidade que respeitaria as capacidades da criança. Mesmo que o recalque aconteça, ele deve ser um "recalque benigno", conceito praticamente idêntico ao de "colocação de limites".

Permanece, entretanto, como já foi afirmado por nós, uma curiosa ausência da formulação do feminino na mulher, deixando em aberto qual seria a origem da mulher *borderline* e neurótica. Todo o texto centra-se na castração/colocação de limites para o homem e como isto afetaria a permanência de suas características femininas; do modo como o texto está construído não poderíamos simplesmente aplicar o mesmo raciocínio para as mulheres. Na verdade, como destacado, o autor parece evitar este problema utilizando uma estratégia textual: apresenta o desenvolvimento afetivo do menino (as palavras são "homem", "menino") e segue falando da criança ("criança", "filhos"), inexiste a palavra "menina" em todo o texto.

Quando fala da mulher (já ao final do texto), esta já está constituída e desempenha seus papéis de mãe suficientemente ou insuficientemente boa, qualidade que influenciará grandemente no prognóstico da "criança". O pai, via de regra, é apresentado como aquele que impede, proíbe, invade etc. ou, se for um pai já "esclarecido", como aquele que compreende as necessidades do filho.

4.3 – Capítulos seis (*Uma virada antropológica*) do livro *A perversão comum*, de Jean-Pierre Lebrun (2008).

4.3.1 – Resumo do texto

Como realizado para os outros autores analisados, efetuaremos um breve resumo do texto para que o leitor possa obter uma visão geral do conteúdo e tom do texto. O capítulo seis é dividido em sete subcapítulos da seguinte forma:

6. Uma virada antropológica

Uma inversão sem prevalências

Uma subversão sem precedente

Fenomenologia dos neo-sujeitos

Os impasses do mesmo

Nova economia, novo sujeito?

Os dois regimes da economia psíquica

Pai e patriarcado

Entretanto, como já anunciado anteriormente, aqui será trazida a transcrição e análise apenas dos três primeiros subcapítulos, por razões de concisão e também porque eles foram suficientes para alcançarmos os objetivos do trabalho.

Comecemos, então, a realizar um voo panorâmico nos subcapítulos.

O capítulo seis tem como preocupação dominante as interações indivíduo-cultura/sociedade no que diz respeito às limitações e liberdades que cada um possui frente ao outro, explicando melhor, trata do quanto de limitação à liberdade individual é necessária para que a sociedade possa continuar existindo, pelo menos continuar existindo como existiu até então. O capítulo procura denunciar um suposto excesso de liberdade individual que impossibilitaria o viver em sociedade, apregoando que uma certa dose de sacrifício e restrição é necessária na vida em comum.

O autor, ao longo do texto, evita estabelecer qualquer ruptura entre o antes e o agora, sua argumentação segue sempre dizendo que existe, agora, mais ou menos de algo que sempre existiu, que a balança que mantinha, por exemplo, o equilíbrio entre o social e o particular antes pendia mais para o social e agora inclina-se mais para o particular. Somente em aspectos muito específicos o autor se pronunciará dizendo que houve, de fato, mudança radical.

Lebrun trata, em outros capítulos do livro, da suposta crise de legitimidade que estaríamos vivenciando atualmente; no capítulo que trazemos limita-se a expor quais seriam algumas das consequências desta crise.

Boa parte da discussão do capítulo centra-se na ponderação acerca do "lugar de exceção" na contemporaneidade. O autor dirá que as mudanças no lugar de exceção provocaram mudanças no "laço social", agora regido não mais pelo "clássico recalque", mas sim pela "renegação" ou "desmentido". Segundo afirma o autor, os exemplos destas mudanças são vistos no cotidiano, entretanto o texto traz, sem diferenciação, exemplos clínicos e trechos de filmes.

Nestes filmes o autor identificará uma *falha na ocupação de lugares de exceção*, ou seja, no filme "Ken Park", encontra pais incapazes de sustentar seus lugares frente aos adolescentes que, desorientados, permanecem numa errância de drogas, sexo, assassinato e suicídio. Estes pais, na visão do autor, deveriam ocupar um lugar distinto, que oferecesse direção, mesmo que não acatada pelo adolescente.

Uma "virada antropológica" seria aquela efeito das mudanças no "discurso social"; o que teria se modificado era a sustentação social da legitimidade deste lugar de exceção, ou seja, a manutenção do reconhecimento de que este lugar *é necessário para que os sujeitos se desenvolvam como tais*: um sujeito que não aceita limitações vindo de outros, que não admite "passar pela castração", que não "aceita o lugar da falta", não seria, de acordo com Lebrun, um "sujeito desejante", estaríamos, então, frente à uma "nova economia psíquica".

Elencamos, em prol da compreensão do leitor, as diversas mudanças que Lebrun aponta em nossa contemporaneidade: a cultura retirou a legitimidade da posição de exceção em nossa sociedade, esta era necessária para que os indivíduos recebessem orientações sobre como apreender o mundo. Estando agora em posições igualitárias, pais e filhos seguiriam, por tentativa e erro, a procurar seu lugar no mundo. Nos exemplos fornecidos estas tentativas passam sempre por drogas, sexo, assassinato, crimes, depressão etc.

Estes seriam os elementos "observáveis" das mudanças, mas temos outros que ocasionariam e fundamentarim estas mudanças, aqueles que tratam da metapsicologia dos indivíduos contemporâneos: a prevalência da renegação/desmentido ao invés do recalque e a prevalência do gozo ao invés do desejo. Temos uma retroalimentação entre estes pontos: a falta

de um terceiro que instauraria a “falta”, a “castração”, geraria indivíduos que utilizam mais o mecanismo do desmentido e que, por não terem passado pelo “processo inelutável da castração”, não tem acesso ao desejo, mas são escravos do gozo (visíveis através do uso de drogas, do sexo compulsivo, dos crimes).

Tudo isso, em todo caso, seria apenas efeito de uma *prevalência* destas subjetividades do gozo, do desmentido; Lebrun faz ressalvas ao longo de todo o texto destacando que não estaria descrevendo algo de realmente novo na estrutura do sujeito, a novidade é que agora a maioria dos sujeitos são assim, entretanto escreve todo um subcapítulo chamado “Fenomenologia dos **neo**-sujeitos”.

Neste são apresentados três pequenos relatos de caso que destoariam daquilo que “em geral encontrávamos não faz nem vinte anos” (LEBRUN, 2008, p. 217): a ausência de sintomas estruturados (histéricos ou obsessivos, por exemplo), o conflito com o desejo, e a neurose que teriam sido substituídos por “uma impossibilidade de entrar na fala, de fazer a menor escolha, com a presença incomoda de compensações aditivas, com um apelo adesivo ao outro” (LEBRUN, 2008, p. 217).

É no social que Lebrun buscará a explicação para estas mudanças: a força que antes impulsionava os sujeitos a aceitarem a alteridade, hoje teria se enfraquecido, a criança hoje veria a “possibilidade de – talvez até um convite a – não ter de crescer” (LEBRUN, 2008, p. 233). Nos deteremos longamente sobre este ponto na análise do texto, pois é sutil o modo como o autor distribui os papéis nestas mudanças contemporâneas: a criança parece ter escolha de rejeitar a alteridade colocada pelos pais, mas estes poderiam forçá-la na criança, além disso é o social, a cultura que daria legitimidade para qualquer uma das posições adotadas pelos sujeitos em questão; por enquanto nos limitaremos a acompanhar de modo um tanto superficial estas questões complexas.

O principal é ressaltar que na sociedade contemporânea o lugar de exceção não seria mais reconhecido/legitimado como necessário e os pais, portanto, não se sentiriam obrigados ou autorizados a ocupá-lo. A criança então seria deixada a sua própria sorte, e a “inscrição da falta” não ocorreria. Os sujeitos, então, permaneceriam acreditando que podem tudo realizar, obedecendo apenas sua própria vontade.

Por outro lado, aponta Lebrun, a não inscrição da falta deixa o sujeito no “gozo mortífero”, aqui associado a crimes e uso de drogas. O indivíduo, portanto, eventualmente tem de aceitar a castração caso queira “humanizar-se” mas, como este processo ocorre fora do tempo correto (já na idade adulta), seria muito mais difícil e doloroso, além de “revogável”.

O neo-sujeito aparece por fim próximo ao perverso pois tentará evitar a todo custo a "irredutível necessidade de uma renúncia para instalar a cultura e a lei" (LEBRUN, 2008, p. 250)

4.3.2 – Análise do texto

Este texto, o último a ser analisado nesta dissertação, possui uma organização bastante distinta dos argumentos e dos lugares da cena construída para o contemporâneo. Como veremos várias afirmações são colocadas frequentemente de modo a parecerem sugestões ou mesmo perguntas, apenas insinuando o que o autor pretenderia dizer, sem apresentá-las de forma direta.

Iniciando de fato a análise do capítulo temos já o texto convidando o leitor a acompanhar o levante histórico de alguns aspectos a serem discutidos posteriormente:

> Como viver juntos respeitando e até favorecendo as singularidades de cada um? Essa questão se colocava de outro modo **antigamente, quando os lugares na sociedade eram dados de antemão**. O viver juntos **era de evidência prevalente**. **Ninguém encontrará** rastro da questão do singular no cidadão da Grécia antiga, não mais que no romano do Império. No homem da Idade média tampouco, pois o indivíduo **só** tinha então por destino servir à tarefa que o coletivo lhe prescrevia, o qual, em contrapartida, dava sentido à sua existência. (LEBRUN, 2008, p. 203)

Antes de nos aprofundarmos nas especificidades do parágrafo atentamos para o tom afirmativo que o atravessa. Tudo que foi apresentado está no plano do verdadeiro e *ninguém* encontrará rastro de algo distinto. Logo após o autor que propôs a pergunta oferece o modo apropriado de respondê-la: pelo acompanhamento histórico das relações entre indivíduo e sociedade. Neste ponto algumas diferenças são destacadas: hoje em dia os lugares não estão dados de antemão e o viver juntos não está em evidência (como supostamente estaria anteriormente). Mais adiante o autor fará algumas precisões sobre como supostamente funcionavam estas épocas:

> Até ali, portanto, a própria possibilidade de uma invenção singular do destino **era** tênue. O trajeto de cada um **era** primeiramente organizado pela sociedade

> a que ele pertencia. E esse pertencimento **tinha** um preço: **era** preciso nada menos que consentir, como sendo evidente, em **abandonar as próprias pretensões**. Talvez não se pudesse impedir alguns, dispostos a assumir um grande risco, de transgredir as normas da sociedade e de sustentar uma posição de exceção. Mas **tratava-se** precisamente de exceções. Em compensação, desde que o sistema democrático se impôs em nossos países e acabou até por se afigurar prevalente, sem concorrente, até propor-se como modelo para o conjunto do planeta, cada um **é** reconhecido como no direito de se perguntar o que quer fazer de sua existência. E portanto cada um **se acha** na norma quando entende inventar seu destino. Vamos nos perguntar quais são os efeitos sobre a vida dos sujeitos dessa mudança radical, o culminar – como já mostramos – de uma longa evolução. (LEBRUN, 2008, p. 204, negritos nossos)

Já no segundo parágrafo começa a aparecer um dos pontos fundamentais depreendidos da análise do texto: nele falamos da "essência do ser humano", esta seria imutável, como vemos aqui quando o autor diz que o sujeito precisava "abandonar as próprias pretensões" (que, portanto, sempre estiveram lá), a invenção singular era tênue (mas sempre foi possível), que a sociedade não conseguia impedir todos de transgredir as normas da sociedade (ao menos alguns sempre desejaram isto); mais adiante veremos como outros pontos constituem a base daquilo que é (e sempre foi) a essência do ser humano. Também neste parágrafo conseguimos apreender que a cultura/sociedade (aqui exemplificada pelo Império Romano ou pelo sistema democrático) favorece ou inibe certos comportamentos humanos, mas, pela construção do texto, depreendemos que eles não são *criados* por este ou aquele sistema social, ou seja, sempre existiram.

*

O segundo subcapítulo intitulado "Uma inversão das prevalências" começa da seguinte forma:

> Quem poderia, *a priori*, não ficar feliz com o que parece um processo de libertação individual? No entanto, **no segundo olhar**, o assunto não parece tão simples. Como vimos, essa evolução talvez nos tenha de certo modo levado a um **nível alto demais**, até o ponto em que perdemos de vista em nome de que uma pretensão à escolha singular podia ser limitada. Pois onde encontra, hoje, o que vai decidir entre uma escolha singular que permaneceria articulada às exigências da vida coletiva e uma escolha singular que não teria outra legitimidade a não ser sua própria reivindicação de existir? (LEBRUN, 2008, p. 204-205, negritos nossos)

No parágrafo acima temos o autor colocando-se como alguém que não aceita rapidamente o que poderia ser o "senso comum", colocando-se no lugar daquele que efetua um "segundo olhar" para desvendar o que *realmente* estaria em jogo. Sua conclusão é que a

"balança" sociedade/indivíduo foi se deslocando de um extremo para outro: agora o indivíduo estaria exercendo a tal ponto sua liberdade que a sociedade estaria ameaçada em sua existência, as "exigências da vida coletiva" não estariam mais sendo respeitadas por estes sujeitos, interessados apenas em afirmarem suas próprias reivindicações. Estes sujeitos que escolhem sem considerarem a coletividade, veremos, sofrem eles próprios com estas escolhas.

Numa espécie de "paternalismo moralista", o autor irá, em nome do bem estar individual e coletivo, denunciar excessos e advogar que eles sejam controlados, que a "falta" seja aceita, que o "gozo" ceda lugar ao "desejo".

> O assunto, aliás, complicou-se consideravelmente. Por um lado, porque os progressos técnicos e as mudanças sociais põem sistematicamente à prova todas as referências adquiridas, aquelas até, relativas à vida de cada um do nascimento à morte, que eram mais evidentes[4]; por outro lado, porque só o fato de colocar a questão da articulação da vida individual com o coletivo doravante **parece incongruente**, talvez até um atentado insuportável e traumatizante ao que é considerado resultante de "É minha escolha!" ou de "Cada um com sua história[5]". (LEBRUN, 2008, p. 205, negritos nossos)

Neste parágrafo (e em outros adiante) veremos o tom totalizante das afirmações apresentadas acerca da realidade: **todas** as referências adquiridas (até as mais evidentes) estão sendo colocadas à prova por todas as pessoas, a questão da articulação da vida individual com o coletivo parece incongruente (para quem? para todos?), talvez traumatizante, etc. Não existe relativização que dê conta de matizar os efeitos dos progressos técnicos e mudanças sociais para tal ou qual grupo de pessoas (países distintos, religiosos, intelectuais etc.): todos estariam respondendo de modo similar às mudanças atuais. No final do parágrafo temos dois títulos entre aspas que, segundo o autor, são programas de televisão que obtiveram muito sucesso recentemente. A televisão e o cinema serão frequentemente trazidos como embasamento para as conclusões do texto: diversos exemplos serão tirados de filmes, o fato de um programa de televisão fazer sucesso é utilizado para comprovar a veracidade do que acabou de ser dito, os personagens dos filmes exemplificariam situações e comportamentos vistos no dia-a-dia de cada um de nós, e assim por diante. Nestes aportes culturais que supostamente embasariam suas afirmações, o autor comporta-se como quem desvela a realidade neles contida, ou seja, traz os filmes como se eles tivessem uma única mensagem e não uma mensagem que depende das interpretações que dele se fizerem.

---

[4] Pensemos, por exemplo, no sexo – masculino ou feminino – que ninguém tinha a possibilidade de discutir, no casamento que era reservado a duas pessoas de sexo diferente, na maternidade que era sempre certa, na fotografia que representava o real e portanto não enganava, no nascimento que resultava forçosamente de uma to sexual, na morte que não dissociava morte psíquica e morte física, etc... [NOTA DO LIVRO]

> Ninguém pode reivindicar apenas por si mesmo. E os outros com quem **podemos** contar para assentar nossa legitimidade só podem trazer esse apoio na medida em que eles mesmos recorrem a uma instância que supera os únicos protagonistas presentes. Vimos como o desaparecimento progressivo do terceiro caminha junto com a **crise de legitimidade inédita** com a qual estamos às voltas. Num mundo que pretende ser completo essa instância terceira, se não tiver sido anulada, só pode estar no mínimo mascarada, já que, se a reconhecêssemos, estaríamos assim evidentemente reintroduzindo o lugar da exceção de que devemos precisamente **nos** livrar. Mas só resta então a "mesmice" a ser reconhecida, e de modo algum a alteridade. E por querermos **nos** reconhecer apenas entre mesmos, só conseguimos empurrar para mais tarde a necessidade de ceder lugar ao outro. O que prepara a chegada da segregação. A cada inevitável encontro com o outro, tenderemos a recuar para vacúolos identitários, um recuo que **só vai se amplificar**. (LEBRUN, 2008, p. 205-206, negritos nossos)

Os trechos grifados enfatizam a posição que o autor se coloca ao mesmo tempo em que fala, ou seja, quando diz que assistimos uma "crise de legitimidade inédita", Lebrun, neste momento, se coloca no lugar daquele que conhece toda a história da humanidade e pode afirmar que esta crise seria inédita, ou ainda quando diz que o "recuo só vai se amplificar", coloca-se na posição daquele que pode prever a tendência dos movimentos sociais, como alguém capacitado para tanto[6].

Na estruturação do parágrafo como um todo chama a atenção a sequência de afirmações como se estas fossem logicamente conectadas (se isso, então aquilo) mas os diversos pressupostos destas afirmações não são abordados, pressupostos que (veremos mais adiante) emergem da psicanálise lacaniana, já são desde agora naturalizados como **verdades***:* os termos "terceiro" ou "lugar de exceção" ou "outro" estão intimamente relacionados a exigências teóricas da psicanálise lacaniana para falarmos de "sujeito", "sociedade", "legitimidade" etc. Existe também um trânsito intenso entre fatores psíquicos ou metapsicológicos e os efeitos sociais: o lugar do terceiro (fator psicológico) explicaria a crise de legitimidade (social), a vontade de querermos nos reconhecer apenas entre mesmos (psíquica) explicaria os recuos identitários (social), como será afirmado explicitamente no parágrafo seguinte, ou seja, as mudanças sociais são explicadas pelo psiquismo e vice-versa.

> Talvez aí **possamos** encontrar a origem tanto dos recuos identitários nacionalistas quanto da ausência de solidariedade que constatamos em nossas sociedades modernas e que com tanta frequência deploramos. Pois, para que a solidariedade se perpetue, **é indispensável** que o direito ao trajeto singular não implique a rejeição de um laço social que suponha que impomos um limite a esse mesmo trajeto singular. (LEBRUN, 2008, p. 206, negritos nossos)

[6] Isto é o que chamamos de *discurso como ato*.

Sem trazer uma reflexão propriamente dita, o autor vai afirmando o que a solidariedade precisa para continuar, quais comportamentos (e em que extensão) o sujeito precisa respeitar para que a solidariedade não desapareça. Além deste ir e vir entre os planos psicológico e social, o autor insere comentários que visam enlaçar o leitor naquilo que ele diz principalmente quando se vale dos verbos na primeira pessoa do plural ("constatamos", "deploramos")[7].

Se é verdade que o autor transita entre os planos psicológico e sociológico num modo de implicação mútua (os princípios psíquicos são responsáveis, ao mesmo tempo em que são originados, pela ordem social/cultural), o autor não atribui uma intencionalidade particular/individual a isto:

> A evolução que aqui evocamos não pode ser considerada a consequência de uma **estratégia individualista**, uma escolha deliberada de tal ou tal sujeito em particular. Trata-se apenas da maneira geral de tratar a questão do destino do sujeito a partir da mudança de regime de funcionamento que a sociedade conhece. Com efeito, agora, é só num tempo segundo que o sujeito deixa ao Estado, na medida em que este representa a sociedade, a incumbência de carregar a dimensão coletiva. Pois **ele se dá** o direito e os meios de poder recusar esse Estado caso este venha a impor limites incompatíveis com o que o sujeito reivindica como sua liberdade. Vemos surgir aqui o que agora se espera do Direito: que siga bem de perto a evolução dos modos, que regule as trocas entre os diversos atores da sociedade preenchendo, com leis e regulamentações, tudo o que hoje é designado como um vazio jurídico.
> Marcel Gauchet nota judiciosamente: "Todas as sociedades humanas que conhecemos funcionaram com base na identificação, assegurada conforme modalidades diversas, do indivíduo com o coletivo, de uma maneira ou de outra. **Pela primeira vez**, estamos numa sociedade em que **está rompido esse laço entre o indivíduo e o coletivo**; o que evidentemente assinala um salto no desconhecido bem vertiginoso por suas consequências, quando começamos a detalhá-las. Estamos, em outras palavras, em **sociedades que não compreendem a fórmula** que lhes permite caminhar e que, nessa medida, são levadas a destruí-las. É esse salto no desconhecido, essa inversão de precedência, que arrasta consigo um cortejo de consequências que nos leva a falar de uma verdadeira virada antropológica" (LEBRUN, 2008, p. 206-207, negritos nossos)

Uma citação de Gauchet é inserida e qualificada como "justa", "sensata"; nesta citação temos a tese de que a sociedade que vivemos é radicalmente nova, ela teria "rompido o laço entre o indivíduo e o coletivo", seria uma sociedade perdida pois não reconhece que **as sociedades** se baseiam na "identificação" e por esta ignorância estariam destruindo sua própria base, ou seja, caso queiram continuar existindo, a sociedade **deveria reconhecer** o que os

[7] Este mecanismo de *coenunciação* se insere naquilo que Maingueneau chama de *estratégias discursivas* e mostra com clareza a diferença do enfoque pragmático para o hermenêutico, ou seja, nossa preocupação na análise do texto é pragmática, queremos evidenciar o *modo* como o autor organiza seu discurso mais do que o conteúdo em si. Neste mecanismo destacado o autor "traz o leitor para seu lado".

psicanalistas **descobriram**. O autor, por outro lado, vai trazer uma palavra da citação ("virada") para o universo lacaniano e modificar consideravelmente as afirmações de Gauchet:

> O termo virada **parece-nos** justificado. **Em topologia**, uma virada é uma mudança brusca de direção, uma mudança que **nos** põe pelo avesso. Logo, uma virada não implica uma ruptura ou uma descontinuidade. É uma virada a partir de um ponto fixo. Assim, ao falarmos de virada, evocamos, entre o antes e o depois, **uma mesma e única realidade**, mas que se apresenta de maneira completamente diferente, como quando invertemos um dedo de luva. Esse termo é útil para marcar a ideia de que não se transpõe uma fronteira, um limite que excluiria um em relação ao outro e que logicamente conduziria a opô-los. Assistimos simplesmente a uma mudança topológica que modifica completamente a maneira como esses regimes **se apresentam**. Logo, é possível opor um regime incompleto e consistente a um regime completo e inconsistente, mas essa oposição nem por isso exclui a possibilidade de um deslizamento de um a outro. Podemos assim nos deparar com esses dois regimes diante de uma mesma e única realidade discursiva, a exemplo da superfície mœbiana, essa banda de Mœbius com a qual Lacan nos familiarizou, que se caracteriza pela colocação em continuidade, por corte e torção, das duas faces de uma fita que no entanto são evidentemente oponíveis *a priori* como que representando cada uma o avesso da outra.
> Aliás, podemos nos perguntar se os dois regimes já não funcionariam juntos, talvez até desde sempre, a novidade residindo unicamente na mudança de prevalência entre eles. (LEBRUN, 2008, p. 207-208, negritos nossos)

Fiel à sua tese de que observamos apenas aumento e diminuição de algumas características talvez sempre presentes na sociedade e no ser humano, Lebrun (2008) traz a topologia lacaniana para embasar sua argumentação de que não temos uma "ruptura" ou "descontinuidade", mas apenas uma apresentação distinta daquilo que talvez sempre existira ("modifica completamente a **maneira** como esses regimes se **apresentam**"). Chamamos a atenção neste ponto pois é um modo curioso de argumentação, que retira uma palavra do contexto da citação, a recoloca num outro universo semântico, e reinterpreta as afirmações da citação ("Todas as sociedades funcionaram...", "Pela primeira vez, estamos numa sociedade...", "A identidade dos indivíduos não é mais feita...").

Além disso reforça o aspecto que destacamos mais acima, qual seja, a de que **a realidade descoberta pela psicanálise lacaniana não se modificou, ela não poderia ter sido modificada posto que é *a* realidade**. A realidade que exige a aceitação da falta, da castração etc., permanece correta pois advém da psicanálise; mais que isso ela aparece naturalizada (sem que seus pressupostos e limitações sejam considerados) e atemporal, por isso mesmo a conclusão do autor é a de que o que teria se modificado era a *aparência* de que tais coisas não seriam mais necessárias nos dias de hoje.

Sendo um aspecto central desta dissertação, apresentamos mais alguns pontos acerca desta naturalização da teoria: ela irá balisar toda uma **normatização** dos sujeitos, ou seja,

tomando a teoria lacaniana como **a verdade**, o texto irá advogar que os sujeitos contemporâneos **devem** "aceitar a falta", **devem** estar "arrimados na negatividade" etc. Para sermos ainda mais precisos, o modo como isto será apresentado exime o autor de qualquer direcionamento explícito: Lebrun simplesmente "mostra" como a síndrome do pânico, a dependência química, a violência etc. são consequências da tentativa de ignorar os "invariantes antropológicos" (LEBRUN, 2008, p. 236) descritos pela teoria lacaniana. Não seria o autor, portanto, que estaria defendendo uma certa postura por motivos pessoais, ele simplesmente "pode ver" que, caso estes princípios sejam ignorados, as pessoas e a sociedade sofrem.

Este ponto aparecerá diversas vezes no texto e ficará cada vez mais evidente, no entanto seguiremos a análise parágrafo por parágrafo, como nos propusemos.

*

E qual seria esta realidade que pode se apresentar de diversas maneiras mas permanece sempre a mesma? A resposta inicia-se no subcapítulo *Uma subversão sem precedentes*:

> A mudança que ocorreu é radicalmente subversiva. Sua consequência primeira: não se vai mais considerar evidente que existe um lugar de exceção – esse lugar antes ocupado, como vimos, por diversas figuras, e notadamente pelo pai. Assim, **retiraram** desse lugar a um só tempo a visibilidade e a legitimidade, a tal ponto que **somos** finalmente convidados a renegar sua existência. Deve até ter sido assim que a mutação do laço social que **identificamos** conduziu, no sujeito moderno, à promoção, na linha de frente, de **outro mecanismo psíquico** que o "clássico" recalque, a saber, a renegação ou – como também se diz – o desmentido. Voltaremos a isso. (LEBRUN, 2008, p. 208, negritos nossos)

O parágrafo acima é construído em alguns pontos sem sujeitos definidos ("não se vai mais considerar", "retiraram desse lugar") mas em outros muitos específicos temos "eles" como atores das ações ("[eles] retiraram desse lugar") e "nós" como vítimas das consequências ("[nós] somos convidados a"). Estamos sempre, talvez não seja excessivo repetir, entre a verdade imutável e as percepções, impressões, aparências. Esta dicotomia fica bastante evidente quando percebemos que a mudança na sociedade na verdade ocorre através do *reconhecimento psicológico* destas mudanças, a sociedade é efeito dos reconhecimentos efetuados pelos sujeitos: como será destacado diversas vezes, a sociedade *convida* o sujeito a não reconhecer tal ou qual coisa, mas ao sujeito resta, em todo caso, a possibilidade de escolha. Em outras palavras, algo ou alguém modificou um elemento da realidade psíquica dos sujeitos, não se trata de retirar realmente este lugar, mas sim de retirar sua visibilidade e legitimidade, como Lebrun deixará mais claro adiante.

> Daí também decorre, e de **modo bem natural**, um deslizamento que **podemos observar até na vida cotidiana**. Num mundo organizado num modo completo e inconsistente, **as pessoas** não se orientam mais a partir da identificação do lugar de exceção, em outras palavras, graças a uma espécie de vetorização de seu universo, mas apenas por tentativas e erros – na medida no entanto em que ainda constituam prova e experiência. Podemos ver concretamente **como é colocada em prática** essa nova maneira de encarar a existência se nos interessarmos pelos personagens de um filme choque do realizador e artista contemporâneo Larry Clark, intitulado *Ken Park*, do nome de um de seus "heróis", lançado em 2005. (LEBRUN, 2008, p. 208, negritos nossos)

Construindo a frase de modo a parecer banal/evidente ou até mesmo de modo a mostrar que o que diz deve-se a uma *necessidade lógica* ("Daí também decorre, e de modo bem natural"), o autor vai apenas afirmar outra vez que as pessoas não se orientariam mais pelo "lugar de exceção", poderíamos, inclusive, ver "concretamente como é colocada em prática essa nova maneira", mas curiosamente tais exemplos concretos da realidade são trazidas através de um filme.

> Nesse longa-metragem, cinco adolescentes – Shaw, Peaches, Claude, Tate e, é claro e sobretudo, Ken Park –, todos de classe média, tentam matar o tédio na pequena cidade de Visalia, na Califórnia, não muito longe de Los Angeles. A primeira tomada nos faz seguir Ken Park – Krapnek como o chama Shaw em *verlan*, invertendo as letras de seu nome –, na hora em que chega ao *skate park* da cidade. Ele se senta, abre a bolsa, pega uma câmera que ele põe em movimento e orienta para seu rosto, depois pega um revólver, pousa o cano na têmpora e atira. Ken Park nos conta que concebeu essa encenação da própria morte após ficar sabendo que a namorada poderia estar grávida por culpa dele. O tom está dado: o personagem entende escapar à responsabilidade que o espera e **"endereça"** sua morte por suicídio – por intermédio do vídeo – àqueles – seus pais? – que entenderão assim que ele não tinha outra saída.
> "Cada um desses jovens deverá sobreviver à respectiva família, pois elas disfuncionam: os adultos se servem dos filhos e usam o sexo de modo impróprio", **indica o realizador**. Na verdade, pelo que mostra o filme, **os pais sobretudo não assumem mais nem um pouco sua função de ponto de referência para os filhos** e aliás se apresentam eles mesmos completamente desorientados. Assim, os jovens vão procurar seu caminho como podem, sem poder contar com a geração que os precede. O que dá o seguinte quadro.
> Shawn tem por família apenas a mãe. Ele tem uma namorada, Hannah, mas também dorme com a mãe desta enquanto a mais jovem das filhas fica grudada na televisão, vendo filmes em que o sexo predomina. Ele passa o tempo tentando comparar o jeito de fazer sexo da mãe e da filha assim como o seu próprio e o do pai de Hannah.
> Claude tem um pai alcoólatra, que o despreza, o xinga de incapaz por não ter como ele uma musculatura viril. Um pai que lhe joga na cara que a mãe acha que ele é viado, que vê-lo lhe estraga o dia! Esse "rapaz sensível", como diz a mãe, passa o tempo a cortar as unhas desta. Quando os pais se encontram, é para enunciar que breve vão ter enfim cada um um filho: *você fica com o seu*, diz o pai à mãe, *eu quero o meu!* Claude vai fugir de casa ao ser confrontado muito diretamente, em pessoa, com o desejo homossexual de seu pai.
> Peaches é filha de um homem viúvo, que continua a venerar a desaparecida de uma maneira próxima de um delírio místico. O pai surpreende a filha

> fazendo amor com o namorado, obriga-a a fazer o papel da defunta, impondo-lhe imitar a cerimônia de seu casamento depois de tê-la obrigado a vestir as roupas da mãe.
> Tate, que nunca teve namorada, vive com os avós e joga regularmente Scrabble em família. Vai matar o avô, porque este trapaceia no jogo inventando palavras que não existem, depois a avó, porque não respeita sua intimidade entrando em seu quarto para obrigá-lo a comer frutas para as quais ele não está nem aí.
> O que caracteriza todos esses adolescentes é que de fato estão lidando com pais que não ocupam seu lugar. Assim, são levados a apreender o mundo dos adultos a partir de uma posição igualitária. Estão como que **privados** de um confronto com um pai [*parent*] que estaria num lugar diferente e prevalente, o que **evidentemente** permitiria que tivessem uma orientação, ainda que arriscando depois dela se distanciar. Não tem, portanto, "modo de usar" para a existência. Como não podem se apoiar em referências vindas de outra parte, **vêem-se forçados a tatear** em permanência para tentar se encontrar na sociedade em que vivem. Trocando em miúdos, esses adolescentes abordam o mundo mais pela inconsistência que pela incompletude. É como se nada os preparasse para enfrentar a realidade, e o ensaísta Olivier Rey escreve a respeito dos jovens desse filme: "Para sair da fusão, do **enlace incestuoso** inicial, para renunciar ao **gozo imediato e absoluto** e entrar na **arena do desejo**, a intervenção de um **elemento terceiro** é necessária. Esse terceiro poderia ser apenas a necessidade. Afinal, o princípio de realidade não tem de ser assumido, ele sempre acaba se imponto por si mesmo. É próprio da realidade não poder ser duravelmente dispensada. Mas quando **sua irrupção não é preparada, civilizada**, ela se impõe de maneira feroz. A separação, por ser deixada ao arbitrário e à brutalidade das circunstancias, só vai ser mais terrível e destruidora: num mundo que **não sabe assumir a perda**, adolescentes cultivam entre si a miragem polinésia de uma vida idílica. Mas o que vai acontecer se um filho for concebido? O denominado Ken Park, colocado diante desse prazo final, se suicida". E o destino desses cinco jovens de fato é pelo menos problemático. Dois acabarão muito mal: um suicídio para Krapnek, um duplo assassinato para Tate. Quanto aos três outros, vamos encontrá-los no final do filme numa sequência de sexualidade a três. O autor deixa portanto supor que é recolocando em primeiro lugar o sexo entre aqueles de uma mesma geração que estes últimos ainda tem chances de se safar melhor. (LEBRUN, 2008, p. 208-211, negritos nossos, itálicos do autor)

O que podemos depreender desta longa narrativa acerca de um filme? Primeiramente achamos importante destacar que, embora o trecho traga a fala do realizador para dizer que as famílias "disfuncionam", é o autor do texto quem torna estas famílias protótipos de todas as famílias atuais e o faz através de um deslizamento temático, de modo não anunciado.

De qualquer maneira qual a posição dos atores desta cena construída? Primeiramente ele apresenta um modo de compreender o filme, uma lógica que explica o que os personagens teriam pretendido com suas ações, o que lhes faltou ou sobrou, o que deveriam ter feito (principalmente no caso dos pais) etc. Os personagens (jovens e adultos) são descritos como "perdidos", pessoas errantes, incapazes, cada um à sua maneira, de realizarem aquilo que sua

situação exige (os pais ocuparem uma "posição de referência" e os filhos "entrarem na arena do desejo", por exemplo).

Façamos um parêntese para destacar que existe uma narrativa paralela àquela do filme: é a narrativa da teoria. Quando diz que estas famílias disfuncionam, que os pais "não ocupam seus lugares", que os adolescentes não sabem "assumir a perda", ao mesmo tempo corre uma outra narrativa (aquela da família normal, dos lugares que os pais **deveriam** ocupar, da falta que os adolescentes **deveriam** assumir).

Novamente falamos aqui da normatização que decorre da teoria naturalizada: a teoria estabelece o que é um sujeito, como a realidade deve ser apresentada, o que os pais devem fazer ou evitar etc., e estes são os parâmetros (não anunciados e nem vistos como decorrentes de uma teoria, é importante frisar) que permitem a Lebrun denunciar o que está errado no mundo, no filme, nas famílias, nos sujeitos...

Outro ponto que gostaríamos de evidenciar é o do lugar em que somos colocados: estamos apenas observando este tipo de comportamento, são **eles** e não **vocês** ou **nós**. Acompanharemos, pontuando quando necessário, esta divisão que acontece entre o eles e o nós neste discurso: via de regra **eles** agem e **nós** sofremos as consequências destas ações, **eles** não reconhecem o lugar de exceção e **nós** vivemos em uma sociedade de crimes, drogas etc.; isto ficará mais claro em outras passagens do texto. Como adendo final destacamos as palavras que fazem parte do arcabouço conceitual da psicanálise lacaniana ("gozo", "elemento terceiro", "assumir a perda") mas que, entretanto, não aparecem desta forma, mas como palavras que já deveriam ser de domínio dos leitores: mais uma vez depreende-se do texto qual seu leitor pretendido.

> Aliás, a evolução da relação com o gozo sexual aparece bem como uma das consequências maiores da **virada antropológica**. Quando mais acima descrevemos o que era preciso entender por gozo, evocamos o modo como só o gozo sexual se encontrava naturalmente em lugar de exceção. **A mutação que experimentamos** tem por efeito tirar do gozo sexual seu caráter de exceção. Este agora se tornou um direito para cada um, um produto consumível, sem o lastro de qualquer caráter excepcional: deve, ao contrário, poder ser atingido sempre e por toda parte, estar ao alcance da mão ou do sexo. O escritor Régis Jauffret descreve admiravelmente num curto relato intitulado *A tentação do clitóris* essa nova maneira de pensar que ali se exprime pela boca de uma mulher: "Você entende que reclamo o gozo que me é devido, não posso aceitar por mais tempo esses orgasmos pequenininhos feito pênis de recém-nascidos, eles fazem o meu coração bater menos que um lance de escadas quando o elevador está quebrado. Além disso, com o tempo, meu estoque de anos a viver está murchando e vivo sempre à espera de minha parte de beatitude. [...] Enquanto contemporânea, tenho direitos imprescritíveis, entendo bem fazer que sejam respeitados"

> **De gozo de exceção com o qual os outros gozos podiam ser medidos, o gozo sexual tornou-se um devido, uma espécie de satisfação exigível e banalizada. Toda a vetorização da existência pelo primado do gozo sexual vê-se por aí mesmo recusada**. (LEBRUN, 2008, p. 211, negritos nossos, itálicos do autor)

Como que num deslizamento de ideias próximas, por terminar a análise do texto falando sobre a sexualidade dos adolescentes, o autor começa a dizer como a mudança acerca do gozo sexual seria uma das marcas da "virada antropológica". Além dos pontos ao início do parágrafo que já tratam como verdade a suposta mudança que *nós* estaríamos vivenciando, acreditamos que o final do trecho apresentado acima mostra mais uma vez de maneira exemplar a naturalização da teoria na leitura da sociedade, ou seja, a teoria diz que a existência deveria ser "vetorizada pelo primado do gozo sexual", veremos mais adiante que diversos sofrimentos do sujeito contemporâneo decorrem desta não vetorização. Lebrun vai criticar a reivindicação deste gozo como um direito de cada um e, ao recusar o caráter organizador deste modo de gozo, o sujeito supostamente estaria cometendo algum erro, não ficando claro qual nem porquê.

> Segue-se ainda outro aspecto da virada antropológica, o que se poderia considerar um deslocamento do coração do reator que move a sociedade. Numa sociedade incompleta e consistente, esse coração é um sujeito ancorado no lugar de exceção, assim **amarrado à negatividade implicada pela linguagem**. É daí que tudo se comanda, daí que é emitido o que se costuma chamar, desde que **Lacan o teorizou**, o "discurso do Mestre[8]". Pudemos perceber-lhe o caráter às vezes abusivo, notadamente numa sociedade organizada de modo patriarcal. Entretanto, o importante, com esse discurso, é que "eu" [*je*] só excepcionalmente decide, só quando aceita pagar o preço caro para ocupar o lugar da exceção. Também é, por essa razão, a figura do herói que se perfila nesse lugar, a figura daquele que sustentou uma ação de exceção. Por outro lado, em **nosso mundo** completo e inconsistente, em que **está** acabada a exceção, o coração do reator **é** agora o próprio sujeito, com sua vontade, sua amarração na positividade[9], daí a frequência da fantasia de homem autoconstruída. (LEBRUN, 2008, p. 211-212, negritos nossos, itálicos do autor)

Comecemos por esmiuçar o que Lebrun compreende ser o motor da sociedade: um "sujeito de verdade", aquele que estaria "ancorado no lugar de exceção", ou seja, o herói, o

---

[8] Lacan criou o conceito de "discurso" para descrever os diferentes tipos de relação que podiam ter entre si os sujeitos na medida em que dependem da linguagem. Ele respectivamente identificou o discurso do Mestre, o discurso histérico, o discurso universitário e o discurso analítico. Por discurso do Mestre, ele entende o tipo de laço social em que um sujeito se submete à enunciação de um comando, como por exemplo o discurso que organiza a sujeição política. [NOTA DO LIVRO]

[9] Deve-se notar que Lacan introduziu já tarde um quinto discurso, o "discurso capitalista", resultante da transformação do discurso do mestre antigo ao colocar no lugar de agente, de motor, não mais o comando, o significante mestre, mas o próprio sujeito. Assim, nessa sociedade capitalista, teríamos todos paradoxalmente passado a ser exceções. Cada um nela é doravante seu próprio mestre. O efeito da dominação especifica a esse discurso recém-nascido é que ele não comporta mais impossível. O discurso em questão só pode portanto se acelerar, como um processo sem limite, sem fim. Ver a esse respeito S. Lesourd, *Comment taire le sujet? Des discours aux parlottes libérales*, Érès, 2006. [NOTA DO LIVRO]

inventor, o Mestre, ou simplesmente um sujeito que ousaria, por um breve período de tempo, ocupar este lugar de exceção, lugar que autoriza seu ocupante a ignorar algumas regras. Como estamos acompanhando, este é o sujeito real que se diferencia do neo-sujeito ou pseudo-sujeito "ancorado na positividade".

Observamos diversas dualidades que diferenciam os tipos de sujeito: aquilo que o ancora (negatividade/positividade), sobre aquilo que lhe autoriza a agir (a posição que ocupa/seu próprio eu). A distinção fundamental estaria no reconhecimento da legitimidade através da posição ocupada em uma estrutura/topografia (o lugar normal e o lugar de exceção) ou através do próprio sujeito (independentemente da estrutura). Por não seguir aquilo definido na teoria lacaniana, o sujeito contemporâneo (sempre "ele(s)", nunca "nós") se tornaria um apanhado de deficiências, riscos, necessidades, compulsões:

> Por conseguinte, é **seu** banal cotidiano que o sujeito, após o desaparecimento do herói excepcional, **vai** *querer* ressaltar. Mas, como um aturdido, **ele** *arriscará* desabar sempre que não estiver mais no "topo" ou reconhecido "na ponta" por seus pares. **Vai** portanto *submeter-se* a várias tiranias para conservar **seu** lugar de escolha. Por exemplo, para manter a forma, se tiver meios, **será** "treinado", *arriscando* **alienar-se** ao eu ideal de um alter ego. Com efeito, **ele** *precisa* ligar-se aos vizinhos, esses outros com que **ele** partilha a existência, pois *não tem referência* que **lhe** traga a menor garantia a partir de um lugar próprio inscrito no Outro em sua legitimidade de sujeito atuante. **Ele** *se apresenta* como tributário do ambiente, ***é*** *esponjoso*, *absorve* tudo o que o cerca. O coração do reator é bem agora **ele**, ali onde **ele** está, mas por essa mesma razão é preciso sem cessar estimulá-lo, motivá-lo a agir. Também é preciso repetitivamente formá-lo, para não dizer formatá-lo. Com efeito, **ele** não tem mais naturalmente com o que enfrentar a existência só com o bom senso como aqueles que puderam amarrar-se na negatividade que **nos** constitui. (LEBRUN, 2008, p. 212-213, negritos e itálicos nossos)

Julgamos este parágrafo muito elucidativo no que diz respeito aos lugares distribuídos na cena construída pelo autor: **eles** (os neo-sujeitos) arriscam, precisam, faltam, correm riscos, precisam ser estimulados por **nós** (sujeitos de verdade) que fomos "constituídos na negatividade". Existe uma separação total entre o grupo formado pelo autor do texto (que se coloca como sujeito de fato, sem todas estas falhas) e seus leitores (possivelmente outros psicanalistas, também "amarrados na negatividade") frente ao grupo dos "neo-sujeitos". Atentemos ainda que todas os verbos utilizados para descrever estes "neo-sujeitos" estão de modo afirmativo e não hipotético ("arriscará", "vai", "será", etc.); a caracterização do "neo-sujeito" também é pelo déficit ou excesso, pela falta de ponderação e "bom senso" que é tão natural para o autor e leitores. Desnecessário nos demorarmos na normatividade que se mostra novamente presente aqui, posto que para entender que algo está a mais ou a menos, deve-se estabelecer o nível correto.

Fica marcado, então, a total exterioridade destes comportamentos para o psicanalista, ele não possui a mesma natureza ("economia psíquica", dirá Lebrun no próximo parágrafo) que os neo-sujeitos. O autor e outros psicanalistas, podemos adiantar, servirão de guia para que estes neo-sujeitos possam advir "sujeitos de verdade".

> Se **falamos** de virada a respeito dessas mudanças, é que uma báscula operou, uma inversão aconteceu. A tal ponto que estamos no direito de nos perguntar se continuamos às voltas com **a mesma economia psíquica**. Uma economia psíquica que está presa em tal **exigência do gozo** não é, como já deixamos entender ao falarmos de *entodamento*, o que se costuma chamar uma **economia desejante**. É uma economia na qual a subtração de gozo – em outras palavras, toda limitação ao gozo – **parece ter sido** retirada do programa. Assim, **não está** mais nem um pouco estruturada como uma economia na qual a perda ou o limite **permitem** que se inscreva o lugar da falta; logo, do desejo. (LEBRUN, 2008, p. 213, negritos nossos, itálicos do autor)

Já no início, o autor se insere num grupo de pessoas que supostamente falariam desta virada, sem deixar claro que grupo seria este. Mais adiante atentamos para a naturalização da teoria que se apresenta: perguntar-se se estamos "às voltas com a mesma economia psíquica" introduz, como pressuposto, que uma economia psíquica existe! Ou seja, ela seria um fato observável em si, com existência real e que, portanto, pode se modificar (perdendo assim, seu caráter teórico-hipotético). Em outros momentos do texto veremos que esta suposta mudança na "economia psíquica" caracteriza outra forma de "estruturação subjetiva", afirmando, portanto, que o autor e seu objeto de estudo não possuem as mesmas origens e bases psíquicas.

Curioso também notar que existe uma suposição no texto, algo que teoricamente relativizaria ao menos um pouco as afirmações contidas nele, mas basta seguir mais um pouco na leitura para ver que o tom afirmativo é logo retomado pelo autor ("não está").

> Este último ponto evidentemente é capital. Com efeito, entendemos mostrar, sabemos, que a ausência de figuração da necessidade da perda – ou do limite – em nosso social **induz a renegação de sua existência** e constitui uma ruptura ao suprimir por aí mesmo a necessidade de sua transmissão. Não são, evidentemente, fatos em si **observáveis e verificáveis à primeira vista por qualquer um**. Como já indicamos, estamos sobretudo às voltas como um *tudo se passa como se*. Nesse novo regime do laço social, tudo se passa **como se não houvesse mais transcendência**, tudo se passa como se houvesse desaparecimento do limite assim como da necessidade do menos-de-gozar. Mas esse *tudo se passa como se* tem consequências bem reais: **traços essenciais da estrutura dos seres falantes que somos** não são mais figurados no Imaginário Social, e é essa ausência de figuração que vai operar uma virada, a qual vai repercutir nos sujeitos. Esse processo irá tanto mais a seu termo porquanto, por meio do efeito da crise da legitimidade sobre a educação, poderá **atingir o sujeito que está se constituindo**. (LEBRUN, 2008, p. 213, negritos nossos, itálicos do autor)

No parágrafo acima o autor se coloca numa posição capaz de observar e verificar os elementos que descreve, ou seja, ele ocuparia um lugar que permite ver coisas que aos outros talvez passem desapercebidas, qual seja, a separação entre o que *parece ser* e o que *inevitavelmente é*. Segundo a formulação do autor, existem "traços essenciais da estrutura dos seres falantes que somos", ou seja, existe uma essência humana que não pode ser evitada por qualquer que seja a organização social existente, esta essência humana é aquela descoberta e descrita pelos psicanalistas lacanianos (aceitação da falta, perda do gozo para surgimento do desejo etc.). Observemos atentamente a cena construída: a sociedade teria se modificado e abolido a *percepção social* de que o "menos-de-gozar" é necessário, mas isto não modifica a *essência do ser humano*: para ser *sujeito de fato*, ele precisaria aceitar este "menos-de-gozar". A conclusão é que, neste caso, os "sujeitos que estão se constituindo" estão "perdidos", "confusos", pois teriam acreditado poder "driblar" os imperativos inevitáveis do "processo de subjetivação".

Talvez tenhamos adiantado alguns aspectos que ficarão evidentes mais à frente no texto, entretanto, pelo bem da compreensão completa da cena construída, achamos interessante mostrarmos desta forma os argumentos para que tenhamos em mente que é *uma teoria que antecipa a descrição da realidade*, ou seja, por permanecer fiel às "descobertas" lacanianas sobre o que seria um sujeito e como ele se constituiria, o autor vê o funcionamento atual da sociedade como um grande engodo, que vai gerar os diversos problemas na vida dos "neo-sujeitos" (exemplificados nos personagens de filmes).

Sejamos ainda mais claros: a realidade é "descrita" sempre numa comparação com a teoria lacaniana, as diferenças são ilusões (coisas que "parecem ser") e neste sentido os pontos destacados, as conclusões, as mudanças, baseiam-se todas numa naturalização da teoria lacaniana.

> Podemos nos perguntar se essa economia fundada no gozo é verdadeiramente nova ou não. Até certo ponto, não existiu sempre? Ou, ao contrário, devemos admitir que estamos agora "produzindo" novos sujeitos, neo-sujeitos? A **nosso** ver, essa economia subjetiva de fato sempre existiu, mas é sua prevalência e portanto sua banalização que hoje constituem uma essencial novidade. Pois, a partir do momento em que essa economia se torna dominante, isso vem abalar radicalmente nossa maneira de estar no mundo, essa mudança nos obriga a revisar toda a nossa concepção de normalidade. E põe em déficit a capacidade do próprio sujeito de entender que sua economia funciona fora da economia desejante. É a partir [da] ultrapassagem deste último limite que aliás devemos nos perguntar se não estamos às voltas com o que Marcel Gauchet chamou "uma mutação antropológica equivalente a uma interiorização do modelo do mercado". De fato, **esses sujeitos assim construídos, porosos, sem verdadeira coluna vertebral, flutuantes, inteiramente tributários do ambiente, muito influenciáveis**, não nos

> permitem fazer o retrato-robô de um sujeito – **se é que se pode falar de sujeito visto o que dele resta** – excelente consumidor? Talvez seja preciso relativizar o diagnóstico na realidade, para não enclausurar de antemão totalmente esses sujeitos em seu funcionamento, desta vez em razão de nosso próprio discurso. Pois o que vamos mostrar é que sempre permanece imaginável e desejável – nessa economia psíquica – retirar o obstáculo que o *como se a subtração de gozo não fosse mais necessária* induziu – ainda que toda a dificuldade seja ter, daqui por diante, de cumprir assim uma espécie de trabalho suplementar, o que outrora era uma tarefa quase automática, evidente. E nos perguntar que modo de intervenção pode ser operante para que cada sujeito realize esse trabalho. (LEBRUN, 2008, p. 213-214, negritos nossos, itálicos do autor)

Existe, na argumentação acima, uma estratégia que antecipa um possível questionamento do leitor: seriam estas mudanças realmente algo novo? O próprio autor responde dizendo "não", o que há de novo é o fato de agora eles serem a norma e, portanto, cada vez menos capazes de perceberem quão desajustados estão. O texto é construído com relativizações sucessivas, ora afirma que existem mudanças, mas logo após afirma que só se dão na prevalência de comportamentos. Mesmo com essa ressalva o autor permanece chamando-os de "neo-sujeitos", quando opta por ainda considerá-los sujeitos ("se é que se pode falar de sujeito visto o que dele resta")

Independentemente desta questão, a posição do autor é clara acerca do fato destes sujeitos não serem ideais: são porosos, *muito* influenciáveis, sem *verdadeira* coluna vertebral etc., na realidade inexiste em todo o texto qualquer característica positiva atribuída a estes sujeitos, eles são menos que os "sujeitos de verdade", mas, por serem em grande número, tornaram-se incapazes de perceber isso. Resta, entretanto, possibilidade de saírem desta condição, realizando um trabalho extra com auxílio de alguém que sustente essa "posição de exceção", que force o sujeito a submeter-se ao que, para Lebrun, é uma condição necessária de tornar-se sujeito (do que já se depreende que ser "humano" é diferente de ser "sujeito").

Se estes sujeitos permanecem incapazes de perceberem o que são, supostamente a tarefa recai sobre os psicanalistas, preocupados em fornecer explicações causais para este estado de coisas.

> Logo, **é preciso** identificar as características de base dessa economia centrada mais no gozo. A que "modelo" ela se liga? Disso podemos ter uma idéia precisa **observando** que o funcionamento que ela supõe é o de sujeitos que persistem em viver numa economia unicamente materna. Ao passo que uma economia desejante implica não só uma consideração do lado paterno, mas a dos dois lados, combinando a contribuição dos dois pais. Vamos avançar aqui para descrever o modelo doravante dominante – lembrando a homofonia que Lacan utilizou passando do pai à perversão (*père-version*) –, o conceito de *mèreversão*. (LEBRUN, 2008, p. 214, negritos nossos, itálicos do autor)

Vemos a preocupação do autor em compreender o que se passaria com esses sujeitos ("é preciso"), encontrar as características, origem e (talvez) modo de lidar com estes neo-sujeitos. Sem explicar neste ponto, Lebrun apenas afirma que os sujeitos estariam próximos da perversão, numa "mèreversão".

> Mas por que essa economia hoje acabou prevalecendo? Como, mais precisamente, fazer o laço com a mutação do laço social que descrevemos? Ou, ainda, qual é a força em jogo que, ontem, costumava **assegurar a superação desse domínio na economia materna quando no dirigíamos para a idade adulta** e que, hoje, não estaria mais operante? (LEBRUN, 2008, p. 214-215, negritos nossos)

Sem nos determos no ponto em que Lebrun passa de hipóteses a certezas sobre qual é a "economia psíquica" atual, destacaremos que o autor coloca esta nova economia como anterior à "desejante", ou seja, não houve a **superação** de uma fase, o **caminho** rumo à subjetivação plena não foi completamente percorrido, o sujeito não passou pela mãe, pelo pai e depois permaneceu sozinho, tal como prevê a teoria lacaniana. O sujeito, então, é, por não obedecer aos pressupostos teóricos adotados pelo autor, colocado na posição de incompleto, não plenamente desenvolvido, um ser que ainda não alcançou o estatuto de "sujeito pleno". A concepção de que existe um desenvolvimento psíquico (com etapas a serem ultrapassadas) será estratégica no texto: existem fases, crenças e modos de se relacionar que devem ser superados em prol do "desenvolvimento pleno" cujo modelo, já está claro, se iguala ao dos psicanalistas.

> Antes de responder a essas questões, vamos primeiro "desdobrar" um pouco a fenomenologia desses **neo-sujeitos** que funcionam nessa economia. Ao ressaltar aqui alguns de seus traços, não pretendemos propor uma fenomenologia tipo mas antes permitir **uma abordagem concreta** daquilo que falamos, **sensibilizar o leitor para o que pode hoje ser encontrado na clínica cotidiana de um "psi"**. Assim aparecerá igualmente a especificidade das dificuldades engendradas por essa clínica. (LEBRUN, 2008, p. 215, negritos nossos)

Sublinhamos um ponto de especial atenção: quando o autor diz que o próximo subcapítulo servirá para "sensibilizar o leitor para o que pode hoje ser encontrado na clínica cotidiana de um 'psi'", existe um movimento duplo de atribuição de lugares. Ou bem o leitor não é tomado como alguém "psi" ou bem ele é alguém "psi" que, por não estar ciente dos fatos enunciados pelo autor, não está suficientemente sensibilizado/atento para o que "realmente se passa" em sua própria clínica. O autor então se coloca na posição de quem *é "psi"* e de quem *está atento* aos fenômenos que se passam em sua clínica, coloca-se também na posição de quem é capaz de sensibilizar os outros para aspectos que até agora talvez tivessem passado desapercebidos (mesmo para os "psis")

*

O primeiro parágrafo do subcapítulo "Fenomenologia dos neo-sujeitos" segue desta forma:

> O Sr. Jacques, pelos cinquenta anos, **apresenta-se** sem antecedentes, um homem quase até sem história. Não vem falar de uma dificuldade específica que quer resolver mas antes depositar como que num único bloco no consultório do psicanalista sua insatisfação na existência e seu mal-estar. Será preciso todo um trabalho para levá-lo a contar alguns elementos de sua história e evocar sua família. Vai acabar queixando-se da existência persistente nele de zonas imprecisas, como se lá ele não existisse. Já consultou numerosos terapeutas mas de modo algum resolveu um problema de alcoolismo. Pode beber quantidades importantes de álcool mas nunca aparece em estado de embriaguez, nem nas sessões com o psicanalista nem tampouco fora. **Tem** sobretudo um sentimento de vazio interior, sente uma necessidade intensa de sensações. Só quando vive com grande intensidade é que sente viver. Caso contrário, como diz muito bem, tudo lhe parece insípido. E é essa insipidez que lhe é insuportável na vida cotidiana. (LEBRUN, 2008, p. 215, negritos nossos)

Antes de retomarmos brevemente os pontos que o autor julga relevante nos relatar acerca do Sr. Jacques, faz-se necessário destacar que o que se segue é um efeito da mera *observação* deste homem, ou seja, ele *se apresenta* desta forma, e não *é percebido* desta forma, o que faz muita diferença. Nesta "descrição", ele é alguém que não tem uma dificuldade específica, ele demanda muito trabalho para contar mesmo que um pouco sobre sua história e família, é alguém que foi objeto de atenção de diversos terapeutas que falharam em resolver seu alcoolismo, é alguém que se sente vivo apenas quando experiencia sensações intensas. A julgar pelo subtítulo devemos concluir que os elementos trazidos no trecho acima foram selecionados justamente por caracterizarem/diferenciarem de alguma forma os neo-sujeitos dos sujeitos. Deste modo, por inversão simples, veremos que o paciente "normal" **deveria** ter uma dificuldade específica, **falaria** facilmente acerca de sua história e família, **não teria** tanta dificuldade em abandonar o álcool e **se sentiria** vivo sem demandar experiências radicais; falamos disso pois em vários níveis existe uma comparação do "neo-sujeito" com o "sujeito de fato", as coisas que faltam ou sobram pelo fato dos "neo-sujeitos" não terem saído da "economia materna", não terem "abandonado o gozo", "aceitado a castração" etc.

> O Sr. Victor, mais jovem, dirige uma pequena empresa. Antes, dividia com um amigo a direção de uma sociedade análoga mas mais importante. Entrou em conflito com esse amigo após desvios financeiros de que diz ter sido vítima. Sente uma viva cólera só de lembrar esse passado e **não parece conseguir** superar o ódio e a amargura que lhe inspira o antigo sócio. O Sr.

> Victor foi casado e tem três filhos. **Não esconde** seus sérios problemas de dependência de maconha e em relação às prostitutas que consome bastante. Queixa-se de acesso de pânico, **não chegando nunca** a fazer o que é preciso no momento em que é preciso. Está preso numa situação de endividamento particularmente complexa, obtendo regularmente novos prazos de pagamento mas sem chegar a respeitá-los. Poderia bem, por essa razão, acabar em breve falido e arriscar talvez até prisão. Uma situação que o obrigaria a voltar para a casa da mãe, da qual então ficaria em seguida definitivamente dependente. Ele diz continuamente "viver numa espécie de sonho". Conta ter sempre mantido uma má relação com a mãe, que no entanto continua a lhe fornecer dinheiro, e ter conhecido, por outro lado, um pai antes cúmplice – quando vivo, cuidava de sua contabilidade. Aliás, foi a partir da morte deste último que tudo piorou consideravelmente. Ele pensa com frequência em suas viagens de jovem e evoca um périplo na Índia onde pôde com toda liberdade "ouvir a água do rio correr". Vem sempre às sessões de terapia, mas para pedir o tempo todo que o psicanalista lhe diga o que fazer. (LEBRUN, 2008, p. 216, negritos nossos)

Fazendo o mesmo exercício, temos o Sr. Victor apresentado como alguém que não consegue superar uma desavença anterior, que não se constrange ao falar de sua dependência, que não consegue cumprir seus compromissos, está endividado sem perspectiva de solucionar este problema, diz sempre ter tido uma relação ruim com a mãe, um pai cúmplice e não consegue ater-se a seu papel na terapia. Temos, mais uma vez, o vício como parte do quadro geral bem como a quebra do enquadre da terapia (o Sr. Jacques não fala sobre sua família e o Sr. Victor pede direcionamentos), também a apresentação do paciente é pela negativa (não consegue fazer isso ou aquilo).

> A Srta. Virginie, por sua vez, tem uns vinte anos. É professora primária e de imediato se apresenta assustada, perdida, durante as consultas chora mas trata-se antes de um escorrimento ininterrupto; ela significa ao psicanalista que "é assim!", que ele não deve se preocupar com isso, que seus choros não querem dizer nada. Sua verdadeira queixa é **não conseguir nunca** escolher, sempre tem de pedir a opinião dos outros e, como estes acabam sempre sendo contraditórios, sabe ainda menos o que deve fazer. É a última de quatro filhos. Traz, como os irmãos e irmãs, o patronímico da mãe, porque esta recusou o casamento para poder transmitir o nome de seu pai a ela. Em sessão, seu discurso constantemente termina em brancos, ela começa as frases e **não as termina**. Tem o tempo todo medo de ser julgada, embora saiba perfeitamente que isso de modo algum entra na função do psicanalista. Quando lhe fazem perguntas, fica como que proibida, **não sabendo** o que responder. Essa **incapacidade** a fragiliza ainda mais. Tudo se passa como se o desdobramento de sua fala fosse impossível. (LEBRUN, 2008, p. 216, negritos nossos)

Embora não apresente nenhuma dependência química, a Srta. Virginie também é alguém desorientada, incapaz, **que não consegue** (terminar as frases, escolher, responder a perguntas).

> O que de mais **banal** hoje que casos como esses que descrevemos nessas três apresentações sumárias. Porém não é inútil constatar primeiro o fosso que os separa daqueles que em geral **encontrávamos** não faz nem vinte anos. Queixas histéricas ou sintomas obsessivos claramente articulados ontem

> constituíam a maioria das demandas. Uma conflituosidade inerente ao desejo aparecia na maior parte do tempo no primeiro plano das problemáticas e a neurose se apresentava como a resposta do sujeito para se defender da figura de um pai poderoso demais ou, ao contrário, sem força suficiente para representar o terceiro diante da expectativa materna. Hoje, as dificuldades de que estamos falando na verdade não se encontram no cerne de uma demanda endereçada ao psi; fornecem antes oportunidades de mostração e parecem ligadas a uma enviscação do sujeito num gozo do qual ele não consegue se libertar. Durante a cura, ficamos impressionados com a ausência de fala e portanto também de associações, com a impossibilidade que de entrar na fala, de fazer a menor escolha, com a presença incomoda de compensações aditivas, com um apelo adesivo ao outro que não permite muito guardar essa distância no entanto necessária ao trabalho analítico. Podemos ler isso como a prevalência de uma relação com o materno, uma vez que o endereçamento ao pai não conseguiu o mínimo que fosse se sustentar. (LEBRUN, 2008, p. 216-217, negritos nossos)

Temos aqui a construção de uma imagem do autor (*ethos discursivo*) indireta, mas muito importante: o autor constrói para si o lugar de alguém que sabe dizer o que se passa na clínica de hoje e na clínica dos últimos vinte anos, além disso sabe dar um sentido/explicação para estes fenômenos todos (neurose como resposta ao excesso ou falta da interferência paterna). Como adendo enfatizamos a relevância da construção de um *ethos discursivo* na legitimação do que é dito, ou seja, as construções textuais que autorizam, no próprio dizer do texto, aquilo que está sendo apresentado, dando força e peso ao que é afirmado por este autor.

O autor também se insere numa coletividade quando traz estas conclusões ("as dificuldades de que **estamos** falando", "**ficamos** impressionados com a ausência de fala"), insinua que fala por todos/juntamente com todos os psicanalistas e, com este suporte, insere *sua* tese de que a explicação estaria na "prevalência de uma relação com o materno".

> Visto o quadro, não **nos** espantaremos de constatar que ele tem consequências sobre a própria maneira como esses neo-sujeitos constituem seu endereçamento ao Outro. Por exemplo, **eles** acham "normal" que seja o psicanalista quem de imediato decrete o que faz sintoma. E vão se achar na incapacidade de colocar **eles** mesmos[10] palavras sobre o que constitui **seu** sofrimento. Como se **tivessem** permanecido no puro ressentido e só **pudessem** vir mostrar **suas** dificuldades, mas sem de fato conseguirem dela se apropriar por um dizer. Aliás, é nisso que se pode estabelecer uma diferença em relação à expectativa histérica do olhar do outro. Se a histérica vem dar a ver para que se leia no que ela mostra o que ela não consegue dizer, se ela se queixa para articular o que é seu sofrimento, o neo-sujeito mostra tudo sustentando no mesmo movimento que não há nada a ver, nada a ler nisso. Tudo se passa como se **ele** desdobrasse seu estado mas sobretudo para não ter de ser dele o sujeito. (LEBRUN, 2008, p. 217-218, negritos nossos)

[10] Evidentemente, é nesse "eles mesmos" que recai a diferença em relação à cura clássica cuja épura fora dada em sua época pelo título do célebre livro de Marie Cardinal: *Les Mots pour le dire* [*Palavras para dizer*] (Grasset, 1975). [NOTA DO LIVRO]

Grifamos algumas palavras com o intuito de ressaltar mais uma vez a separação radical feita por Lebrun dele e de seus leitores em relação aos neo-sujeitos: “eles” são incapazes, “eles” acham isso ou aquilo normal, “eles” desdobram seu estado, mas não querem ser deles os sujeitos. É pelo estranhamento que o autor se distancia desses “neo-sujeitos”, pois não consegue compreender como “eles” achariam normal fazer isto ou aquilo, para o autor (e possivelmente para seus leitores), isto é algo muito estranho, talvez mesmo incorreto.

> Nisso, os neo-sujeitos estão bem em harmonia com o discurso atualmente em voga. Para esses sujeitos, não há história, talvez até não haja anamnese, em outras palavras, não há dívida que eles consintam em assumir em relação ao passado, aos avós, à genealogia. Congruente com o ar ambiente, o neo-sujeito reivindica poder escolher a partir de si mesmo. Assim, por exemplo, será bem fácil hoje poder escolher o nome, o do pai ou da mãe. E soberanamente decidir atribuir um prenome original, prenome de flor ou até de marca de carro, ao filho. Nenhuma excentricidade pode ser rejeitada, já que cada uma delas mostra, à sua maneira, a criatividade do sujeito e atesta a autonomia a que ele de imediato pretende ter acesso. (LEBRUN, 2008, p. 218)

Novamente se colocando como alguém que pode dizer o que são e o que acreditam os “neo-sujeitos”, Lebrun vai garantir que para estes não há história e que eles decidem a partir de si próprios. Estas afirmações, em especial a última, podem parecer um tanto estranhas, já que até o momento o lugar criado para estes sujeitos era justamente o daqueles que “não conseguem escolher”, na verdade esta é a principal queixa que a Srta. Virginie supostamente traria para suas sessões.

São principalmente nestas “descrições” que ficamos incapacitados de acompanhar os elementos utilizados como base para as afirmações trazidas, e isto diz muito sobre a imagem do autor (*ethos discursivo*) construído neste texto: uma imagem que deveria inspirar confiança, que, com todas as referências advindas de filmes, de críticos, de psicanalistas, de linguistas etc., com o suposto conhecimento do que se passou nos últimos 20 anos na clínica, aquilo dito pelo autor é uma descrição acurada do que *realmente se passa na sociedade atual*, dispensando assim demonstrações ou embasamentos. Que o leitor acompanhe os trechos para perceber que, em sua maior parte, constituem-se de uma sequência de afirmações das quais não se encontram rastros de dúvidas ou relativizações. Também não se encontra uma linha argumentativa clara entre alguns fatos banais (a escolha idiossincrática dos nomes dos filhos) e sua interpretação causal (a ausência de história para os sujeitos): a explicação está no “ar ambiente”, no “discurso atualmente em voga”, como se este fosse evidente, óbvio, independentemente de qualquer leitura efetuada. A banalidade dos “exemplos” supostamente autorizaria o autor a interpretar os fenômenos que ocorrem no mundo sem de fato explicitar quais pressupostos são tomados nestas interpretações:

> Se esse neo-sujeito visa ainda mais encontrar-se numa relação de mostração, podemos supor que é porque **desconhece** e portanto recusou – sem querer – **a perda implicada pela representação**. Além disso, **podemos garantir** que essa mostração está incumbida de suplementar seu desarrimo. Com efeito, ela supostamente deve lhe fornecer uma marca identitária positivada. Logo, seu endereçamento ao outro – ao psicanalista – não será somente, **como se poderia pensar com demasiada simplicidade**, tingido de uma demanda de reconhecimento. Vai antes traduzir a exigência, não do olhar do Outro, mas da sensação de sua presença, preço pago **por não estar ainda de fato separado do Outro**. **Trata-se ali** de se proteger dos efeitos depressivos de uma identidade que não está arrimada na negatividade. (LEBRUN, 2008, p. 218, negritos nossos)

Prosseguindo no texto encontraremos uma longa categorização/determinação do que seria o "neo-sujeito", o que ele faz, o que pretende, o que lhe falta, por que está perdido, etc. Do modo como o texto é construído, as coisas se mostram *evidentes* ("podemos garantir", "trata-se ali") para o autor, pois ele não pensa "com demasiada simplicidade"; muito pouco é relativizado ou contextualizado, por possuir como chave de leitura (nem sempre apresentada como tal) a psicanálise lacaniana, o autor segue com bastante naturalidade afirmando verdades sobre os "neo-sujeitos"; é neste *jogo de verdades* que os supostos comportamentos erráticos dos "neo-sujeitos" são julgados, explicados e podem mesmo encontrar modo de reparação (o neo-sujeito sofre "por não estar ainda de fato separado do Outro").

> Veremos que essa ausência de arrimo **deve** ser correlacionada à operação psíquica do desmentido, a qual, **como diz muito bem o psicanalista** Guy Lérès, trata, uma vez colocado, "um certo número de consequências reais, ignoradas quando **o desmentiroso** inaugura o movimento [...] quando mostra o exemplo do drogado. Se sua adição o afasta do desejo enquanto sexual e portanto da castração, é ao preço de encontrar um supereu bem mais exigente que o levará a um gozo consumível sem fim**. O desmentiroso acredita fazer uma operação simples, uma recusa sem equívoco, mas logo é arrastado numa lógica arcaica que lhe escapa**[11]".
>
> Para esse neo-sujeito, só a relação com o excesso vem lhe dar um sentimento de realidade. Podemos evocar, por exemplo, os excessos de decibéis – que chegam a provocar distúrbios auditivos nos jovens –, os excessos ponderais tão correntes hoje, a necessidade de praticar esportes perigosos, etc. mas devemos sobretudo entender que essa "necessidade" de estar no excesso serve a uma lógica da sensação que doravante vai prevalecer sobre a da representação. Como dizia muito simplesmente um paciente, "eu tenho sempre que bater no muro para saber que ele está ali"! Essa busca de sensações talvez seja uma consequência desse desarrimo que o sujeito no entanto ignora, mas no mesmo movimento permite manter essa ignorância ao obter um arrimo de substituição. Essa relação com o excesso e com as sensações funciona como um procedimento que conserva a satisfação pulsional embora pague o preço à realidade. A frase "não sinto", hoje usada frequente [sic] para designar o que não reconheço como justo, que não posso fazer meu, é um bom indicador do deslizamento que se operou: não é mais do ato que tiro minha

[11] G. Lérès, "Démensonges", *Essaim*, nº 12, primavera de 2004, p. 159. [NOTA DO LIVRO]

> certeza de sujeito nem do fato de ocupar ainda que momentaneamente o lugar de exceção, mas da sensação, do "sentido" que devo sem cessar contrariar.
> Essa aderência exigida pelo sujeito ávido de sensações, sem distância, é vista em ação, por exemplo, no filme *Rosetta* dos irmãos Dardenne, um retrato de uma jovem perturbada de hoje que recebeu uma palma de ouro no Festival de Cannes no final dos anos 90. Os cineastas, aliás, para que possamos perceber isso, ficam o tempo todo "colados" na heroína com a câmera[12]. "Esse procedimento dá perfeitamente conta da expectativa incessante de Rosetta, que só consegue se ater a uma identidade toda positiva, a que recebeu de um outro, um rapaz que a reconheceu como capaz de trabalhar e na qual ela se agarra. Você se chama Rosetta, eu me chamo Rosetta... você encontrou um trabalho, eu encontrei um trabalho... você tem uma vida normal, eu tenho uma vida normal... você não vai cair no buraco, eu não vou cair no buraco... murmura-se sem para a heroína para adormecer[13]"
> Com seu trabalho, a atriz Émile Dequenne evoca com justeza o lado estreito da personagem, a pós-adolescente inteiramente travada que está menos na busca de sua identidade que da sensação desta, agarrando-se a um trajeto que escolheu para si, e sem distância, sem possibilidade de afastamento em relação ao que lhe acontece. Rosetta antes de mais nada deve ser Rosetta, ser esse prenome, ser apenas um prenome, repetir os próprios gestos, percorrer o caminho que conhece, encontrar o esconderijo onde arruma seus escarpins de cidade necessários para trabalhar e trocá-los por botas de borracha, assumir a mãe perdida e seus desvios..., é ela, só ela, que só pode contar com ela, que só existe pelo que faz. Madeleine Mairlot, crítica de cinema, fala muito bem de Rosetta em termos "de focalização sobre o corpo, de renegação de distância, de crise de falta: a face impenetrável da atriz, [...] se nada reflete, é porque não se vê agir, não se reflete. Rosetta não sabe, sente. Não vê os que a cercam pois não tem vontade de fazê-lo: olhar é um luxo, ela só pode espiar. [...] A ausência de distanciamento corresponde à incapacidade/impossibilidade da jovem de ter sobre o que faz, e sobre quem ela é, um olhar reflexivo[14]". (LEBRUN, 2008, p. 218-220, negritos nossos, itálicos do autor)

Neste longo trecho temos vários aspectos que já foram comentados anteriormente (afirmações sobre o que é tal ou qual coisa, utilização de personagens de filmes para exemplificar o que aconteceria com os sujeitos contemporâneos, exemplos "banais"/cotidianos para focalizar algum ponto – os decibéis, etc.), merecendo especial atenção a criação de uma nova categoria: os "desmentirosos". Através de uma explicação metapsicológica (outro mecanismo psíquico) o texto dá corpo real aos "neo-sujeitos" e fornece um novo ponto de explicação para os comportamentos observados: são e fazem isto ou aquilo por serem "desmentirosos", por terem *um mecanismo psíquico diferente do "nosso"*.

---

[12] Cf. a esse respeito R. Prédal, "Stylistique, réalisme effet de réel. La caméra Pa l'épaule des frères Dardenne", in *Contre Bande*, nº 14, Université de Paris-I, 2005, pp. 59-72. [NOTA DO LIVRO]

[13] L. e J.-P. Dardenne, *Rosetta, suivi de La Promesse. Scénarios*, Petite bibliothèque des Cahiers du cinema, 1999. [NOTA DO LIVRO]

[14] M. Mairlot, *Il était une fois... Rosetta*, éditions du Céfal, 2005, p. 137. [NOTA DO LIVRO]

É bem nesta diferenciação "nós" *versus* "eles" que os dois próximos parágrafos se desenvolverão, e esta separação é correlata à diferenciação "realidade" *versus* "ilusão", "verdadeiro" *versus* "falso", como veremos.

> Logo, essa economia psíquica privilegia uma relação de imediatismo, o que hoje se chama uma relação de adição ao objeto[15], o qual não só é mantido pela publicidade mas às vezes é até literalmente inventado por ela. **Não estamos** mais às voltas com um sujeito que escolhe seus objetos baseado na perda do objeto, mas com um **pseudo-sujeito** que identifica "o que o faz andar" nos produtos que lhe são propostos pela publicidade. Como o desmentido se referiu à negatividade, é a positividade que faz as vezes de característica do objeto, o que vem conotar a relação com este, como veremos mais adiante, com uma dimensão **aparentemente perversa**.
> Podemos supor que ali se dá a entender o efeito do fato de que o social não obriga mais a que **se leve em conta** a dimensão de negatividade incluída no objeto uma vez que este está marcado pelo significante, pela linguagem. Mas, no mesmo movimento, vai tender a desaparecer a necessidade de dever dele se separar. Assim, **é todo o trabalho de separação que o sujeito pode agora crer-se "autorizado" a evitar**, chegando até a pensar, como a isso precisamente o convida o social, que esse trabalho não tem mais razão de ser. **É claro**, no momento de uma separação obrigada, surgirá um cortejo de dificuldades e sintomas. Estes vão atestar o desamparo em que será mergulhado o sujeito por uma separação real, já que o trabalho simbólico de luto implicado por uma separação poderá ter sido **até ali evitado**, em todo caso sem cessar rechaçado. Por não ser [sic] sido inscrita no psiquismo do sujeito essa separação, essa perda, é o objeto que passará a **servir de desejo**. Servir de desejo, pois esse desejo só é então um **desejo falso**, que **não pagou o preço da falta** para se constituir. (LEBRUN, 2008, p. 220-221, negritos nossos)

Nos parágrafos acima a cena construída é a de que nós estamos observando "pseudo-sujeitos", numa clara diferenciação entre nós (sujeitos verdadeiros, com desejo verdadeiro) e eles (pseudo-sujeitos, com desejo falso). "Eles" *creem* poder evitar o trabalho de separação, mas "nós" sabemos que eventualmente este trabalho terá de ser feito e, quando este tempo chegar, diversos sintomas os acometerão. A ambiguidade aqui é inevitável, sendo impossível dizer se este "nós" está colocado como referência aos psicanalistas ou se o autor inclui seu leitor nas afirmações, de qualquer forma o uso deste pronome é estratégico na argumentação de Lebrun, pois divide/compartilha a responsabilidade das afirmações contidas em seu texto, bem como enlaça de certa forma seu leitor nelas. Abundam, novamente, as relações de verdades atrás das aparências: eles são *aparentemente* perversos, *creem-se* autorizados a evitar o trabalho

[15] O psicanalista e professor de psicopatologia Regnier Pirard evoca "uma clínica adesiva", fazendo assim alusão à viscosidade da libido com a qual se espantava Freud a respeito do Homem dos lobos. Cf. "Clinique de la banalité: perversions ordinaires", intervenção na jornada de estudos da faculdade de psicologia da Universidade de Nantes, maio de 2005, inédito. [NOTA DO LIVRO]

de separação, possuem algo que *parece* desejo (mas não o é) pois *deveria* ter pago o "preço da falta".

Como breve parêntese, é notório que as estratégias discursivas presentes no texto se repetem em diferentes conteúdos: colocar-se numa posição de conhecedor da clínica, o que supostamente o dispensaria de embasar suas afirmações, ou seja, elas são verdadeiras porque quem as fala é Lebrun, este autor importante que está há mais de 20 anos num consultório. Outra estratégia frequente é descortinar as aparências em prol do que "realmente se passa", quando "olhamos mais de perto" ou de maneira "não muito simplista". Ainda se repete com frequência a separação nós/eles, que coloca o leitor juntamente com o autor e ambos diferentes dos "perdidos", "drogados", "incompletos". Acreditamos que já demonstramos suficientemente o *modo* como o autor articula seus argumentos com o *ethos discursivo* que constrói para si próprio e tomaremos a liberdade de enfatizar, deste ponto em diante, a *distribuição de lugares* nas cenas construídas no texto.

Evidentemente estas cenas serão construídas com vários dos mesmos recursos que até agora analisamos, mas privilegiaremos este outro ângulo de análise (os lugares) a partir de agora.

> O neo-sujeito, por conseguinte, não poderá enfrentar a exigência de incessantemente atualizar a operação de separação inaugural por um ato. É por isso que Virginie não pode entrar no menor ato de fala. O neo-sujeito só poderá entrar num ato **se a isso for forçado**, por exemplo por ocasião de uma escolha profissional ou amorosa. Mas aí não encontrará paz alguma, **ao contrário do que acontece com o neurótico normal**. Arrisca até amargamente lamentar sua escolha, não ter tomado outra via, seja alias qual for essa via. Pois a escolha que **deveria ter cumprido** vai estar **acima de suas forças psíquicas**, tanto **todo trabalho de separação terá até ali sido evitado** será para ele fonte de angústias, que ele vai sentir como impossíveis de serem enfrentadas. Se, no neo-sujeito, o gozo prevalece sobre o desejo, não é portanto por escolha deliberada, mas por **incapacidade de deixar esse gozo**. Daí a emergência de uma patologia que não resulta mais de uma conflituosidade sem saída mas que procede de uma enviscação no mortífero. (LEBRUN, 2008, p. 221, negritos nossos)

Vemos como a construção do autor sobre o futuro do neo-sujeito é bastante alarmante, como se por ter tentado evitar o sofrimento da "castração" na infância agora ele estivesse destinado a sofrimentos muito maiores e por um período mais longo; o neo-sujeito aparece como alguém que jamais consegue a paz que supostamente os "sujeitos verdadeiros", os "neuróticos normais", teriam. Os "pseudo-sujeitos" aparecem na obra como um misto de enganados com aproveitadores, ou seja, eles teriam sido levados a acreditar que seria possível "evitar a castração", mas ao mesmo tempo eles assim o fizeram por não quererem sofrer, por achar que poderiam evitar esse desprazer, que eles não teriam que "pagar esse preço"; já adultos,

são incapazes tanto de fazer um ato deliberadamente, quanto de "deixar esse gozo". Ao neo-sujeito restaria então tentar e tentar novamente, sem direção clara ou liberdade real (ele aparece no texto como aquele que não consegue "entrar no ato de fala", não consegue "enfrentar as angústias", não consegue "deixar o gozo"). Mas existem diversos outros elementos que os diferenciam de "nós", "neuróticos normais":

> O neo-sujeito vai por outro lado estar em busca de transparência, em busca daquilo que mais acima chamamos de política das coisas, em outras palavras, de uma língua que seria exata, como a novilíngua de Orwell. Vai identificar no defeito de comunicação, na ausência de adequação das palavras às coisas, a causa de todos os seus males. Com efeito, ele riscou, "zapeou" sem querer o irredutível mal-entendido que, de estrutura, surge no coração das trocas humanas. Como exige transparência, em geral sequer percebe que assim se conduz sem pudor, sem vergonha[16]. Sempre por falta de um arrimo na negatividade, **ele está sem domicilio fixo, em errância, nômade, aberto a todos os ventos, sem hábitos nem espessura, disposto a agarrar quando pode a oportunidade que se apresenta, o que dá a seu trajeto um caráter imprevisível, barroco, sem orientação bem definida. Vai se sentir invertebrado, flexível, sem capacidade crítica, absorvendo o que o cerca como uma esponja, e portanto particularmente sensível ao que vem dos meios de comunicação, de uma plasticidade aberta a todas as manipulações. Zapeia, surfa nas obrigações da existência, não pára no lugar, sempre na encruzilhada dos fluxos e contrafluxos de um tráfego incessante, o da cidade que funciona ou o seu próprio, aparentemente sem nenhum arrimo no que faz a comum condição humana, sempre em trânsito**. Assim acontece com Bruno, o herói de *O menino*, outro filme dos irmãos Dardenne, que eles acompanham passo a passo com a câmera na mão para entender seu percurso: ele tenta sem fim se virar. Às vezes, ao contrário e a exemplo de *Rosetta*, o neo-sujeito – o que não está mais "confortável" – vai antes **procurar se defender o tempo todo**, garras de fora, da intrusão, da estranheza, da alteridade, obrigado a um recuo medroso sobre um destino que ele considera preestabelecido, em relação ao qual não pode dar um passo atravessado, **incapaz de dar lugar ao inesperado**, à surpresa, como que forcado, como se mesmo assim fosse preciso dobrar-se, a só poder quebrar-se. (LEBRUN, 2008, p. 221-222, negritos nossos)

Grifamos algumas partes do texto pois apresentam diversas afirmativas sem relativizações e, mais que isso, que não aparecem nos relatos fornecidos pelo próprio autor anteriormente. Os pequenos trechos abordando o contato concreto com os "neo-sujeitos" em sua clínica não trazem essa errância, a falta de espessura, o caráter imprevisível etc. Estamos, portanto, lendo uma **interpretação** daquilo que seus pacientes lhe trariam, ou seja, o autor lê para além dos relatos aquilo que estaria na base das problemáticas apresentadas, ele consegue desvendar a "origem latente" do "problema manifesto" nestas generalizações que produz.

[16] O que é o próprio tema da obra de Bernard Stiegler, *Constituer l'Europe. Dans um monde sans vergogne*, Galilée, 2005. [NOTA DO LIVRO]

O sujeito na cena construída é novamente aquele que não tem trajeto definido, mas existe um adendo: ele é facilmente manipulado. Outro personagem entra em cena: a mídia manipuladora que se aproveita dos sujeitos "não arrimados no negativo". Recapitulemos os lugares até aqui dispostos: a sociedade seduz o sujeito a "não aceitar a falta", levando-o a sofrer mais adiante por conta disto; a mídia se aproveita deste "pseudo-sujeito" que mais acima foi chamado de "excelente consumidor"; o "pseudo-sujeito" segue errante e sofrendo; e o psicanalista é aquele que diagnostica qual o "real problema" e oferece modo como ele pode ser solucionado, caso o sujeito esteja disposto a enfrentar o doloroso percurso até então evitado.

> O neo-sujeito também experimenta dificuldades maiores com a temporalidade. Assim, Bruno, para voltar a esse personagem tão típico, está "em movimento permanente na esfera atemporal dos fluxos (de transportes, telecomunicações, transações): as chamadas recebidas no celular ritmam sua vida, seus atos, perturbam a alternância dia/noite e o sono. Bruno não pára de se mexer, de gesticular, de se cercar de ruídos para fugir dos pensamentos. Mesmo quando espera um "contato" à beira de um rio, ele remexe na água com uma vara, de maneira impulsiva. Em momento algum ele se "coloca". "[...] Para Bruno, 'situar-se' reduz-se a ligar-se, conectar-se com o fluxo de uma circulação desenfreada, puramente transacional, horizontal, atemporal, que coloca tudo no mesmo plano. É uma lógica mercantil levada ao extremo, isto é, ao ponto em que ela se fecha sobre si mesma, tornando-se auto-referencial e excluindo assim toda posição de exterioridade[17]". O tempo, **para Bruno como para todo neo-sujeito**, de fato não tem lugar, não se desenrola. Digamos, para retomar uma formula célebre, que ele não dá tempo ao tempo. "É a ausência quase total em sua fala de tempo gramatical. Nem passado, nem futuro. Ele sempre fala no presente", nota judiciosamente o psicanalista Jean Périn[18]. Só é levado em conta o presente, o imediato, o tudo e agora. Podemos evocar aqui o "curto-circuito" do tempo pós-moderno: *circuito curto mas também curto-circuito*. (LEBRUN, 2008, p. 222-223, negritos nossos, itálicos do autor)

Como veremos com intensidade crescente ao longo do texto, o autor cada vez mais sairá do singular, sua fala será cada vez mais genérica ("todo neo-sujeito"), praticamente sem trazer qualquer contextualização para circundar aquelas realidades que traz; quando estas aparecem são *relatos de filmes* interpretados por este ou aquele psicanalista/crítico de cinema como efeito do "desmentido", do "lugar do pai no imaginário social", da "igualdade de posições entre gerações distintas" etc.

Queremos, com tudo isso, chamar a atenção para a *teoria* que fundamenta toda esta leitura que, no entanto, não aparece como tal, ou seja, o autor traz a psicanálise (lacaniana) como uma *descoberta* daquilo que nos faz humanos (neuróticos ou perversos) e não como uma

---

[17] I. France, "*L'Enfant*. Quando a carteira GSM faz as vezes de documento de identidade...", inédito. [NOTA DO LIVRO]

[18] J. Périn, "Um laps de temps", intervenção nas jornadas da Associação Lacaniana Internacional, "Le temps dans la psychanalyse", março de 2004, inédito [NOTA DO LIVRO]

construção teórica; o autor naturaliza suas afirmações como sendo reflexos da *simples leitura perspicaz* da realidade ao invés de uma *interpretação possível* da mesma.

> O neo-sujeito manifestamente se agarra à prevalência da imagem, mas a uma imagem sem além. Esta não serve de "degrau" rumo à fala mas antes de proteção contra ela. "A característica fundamental da imagem é seu imediatismo, sua resistência primitiva à mediação[19]", **lembra a justo título a filosofa especialista da imagem** Marie-José Mondzain. **Logo, é fácil compreender** que o golpe aplicado no trabalho de subjetivação na sociedade atual tem como consequência a prioridade deixada à imagem e mais particularmente à imagem saturadora. Aliás, essa saturação da imagem vai voltar-se contra o neo-sujeito. **Por falta** de um descolamento possível, ele **ficará escravo** da imagem, como o somos de um programa a ser efetuado sem distanciamento possível. E Marie-José Mondzain acrescenta: "O que cola nos olhos não é visto, o que cola nas orelhas não é ouvido, só à distância é que se mede a chance dada aos olhos e aos ouvidos de ver e ouvir". Alguns daí concluem que imagens de morte vistas na televisão podem engendrar violência. **Não se deve** ir rápido demais. Não é porque a imagem é violenta que ela é perigosa e capaz de provocar uma passagem ao ato. Ela só representa um perigo qualquer se o sujeito que a olha for dispensado de subjetivar o que vê, se não for mais obrigado a se tornar sujeito diante da imagem, a ler a imagem até em seu além. Como diz muito bem numa única frase Marie-José Mondzain: "Se o espectador de um crime se tornar criminoso é justamente porque não é mais espectador[20]". (LEBRUN, 2008, p. 223-224, negritos nossos)

Como quem enumera diversas características de algo, o texto começa apresentando a relação do "neo-sujeito" com a imagem sem que possamos compreender a relação deste parágrafo com o anterior. De qualquer maneira a organização do parágrafo será de tal forma que, valendo-se de alguns trechos tomados da filósofa Mondzain e de um apelo ao senso comum, o autor irá inserir sua própria normatização acerca do que deveria ser a imagem, do que deveria ser a fala, de que problemas a mudança causará no "neo-sujeito" etc. Disto tiramos que o "neo-sujeito" é aquele que *não consegue*: não consegue utilizar a imagem como degrau para a fala, não consegue ser livre da imagem, não consegue distanciar-se dela para tornar-se espectador... implícito em todos estas falas está a ideia de que ele *deveria* conseguir, pois o sujeito de fato, segundo a psicanálise lacaniana, consegue.

> A palavra não é a imagem. **Lembramo-nos** de uma frase e ela fica inscrita em nossa carne, com uma exatidão por vezes cruel; a imagem, esta, é uma lembrança, uma reconstituição, uma encenação. Ora, é essa diferença entre a palavra e a imagem que **é renegada pelo neo-sujeito**. O **mecanismo do desmentido que ele conseguiu fazer funcionar**, vimos, graças ao Imaginário Social como que **abusivamente o protegeu desse além da imagem**, ele pode fazer aliança com a imagem para **imunizar-se contra o significante**. Assim, a propósito das imagens da Shoah que nos propõem em diversas obras, o

[19] M. -J. Mondzain. *L'Image peut-elle tuer?*, Bayard, 2002, p. 59. [NOTA DO LIVRO]
[20] *Ibid*, p. 61. [NOTA DO LIVRO]

> filosofo Jean-Luc Nancy sentia a necessidade de fazer distinções: "É normal que as imagens proliferem. Não há razão alguma para rejeitá-las, não se trata de ser iconoclasta, mas de interrogar, a cada vez, a natureza da imagem: ela 'satura'? esgota um sentido, ou não? Um filme como *A lista de Schindler* esgota seu sentido, o *Shoah* de Lanzmann não o esgota. Mas esse último não é o único filme nem a única imagem possíveis. A questão é a da inscrição na imagem de uma abertura, de uma não completude, de um inimaginável. Já imagens-olhares e imagens viajantes: as segundas querem ver o invisível. É a pornografia, um querer-ver mais que um ver, um querer gozar-de-ver[21]". (LEBRUN, 2008, p. 224, negritos nossos, itálicos do autor)

De início o autor inclui todos numa compreensão talvez muito particular acerca da palavra e da imagem, a primeira sendo muito fixa e a segunda passageira; destacamos isto apenas para fins de análise das estratégias discursivas colocadas em curso no texto, já que este é uma construção bastante conhecida de co-enunciação. De outra parte, aqueles que ignoram a distinção apresentada pelo autor são os neo-sujeitos, aqueles a quem faltam coisas, a quem os excessos são normais etc., dito de outra forma: aqueles que discordam de Lebrun acerca deste ponto são "neo-sujeitos", merecedores de toda a caracterização feita no livro. Logo na sequência temos outro artefato técnico que os "neo-sujeitos" se utilizam para proteção contra algo: "eles" (e não "nós", notemos bem) estão imunizados contra o "significante".

Tudo está relacionado a uma única causa: a não aceitação da falta. Os filmes, a violência na TV, os retratos da Shoah, a educação, são todos explicados de forma simples e linear através da metapsicologia destes sujeitos que agora se tornaram maioria na sociedade. Justamente sobre esta generalização crescente falávamos acima: as diferenças entre os indivíduos e entre os temas (educação e retratos da Shoah, por exemplo) desaparecem num ponto em comum revelado pelo autor, a origem é a mesma embora talvez as manifestações sejam bastante distintas. Veremos que ainda outras consequências surgem pelo mesmo e único motivo:

> Como **não é mais forçado** a aceitar como evidente a irredutibilidade da diferença dos lugares, o neo-sujeito pode deixar-se flutuar ao sabor da onda – surfar – passar de um canal significante a outro – zapear –, sem efetuar, portanto, o **trabalho que se impõe para apropriar-se de sua posição de sujeito**. Um modo de funcionamento que resulta da **orientação que ele tomou sem ter disso consciência**, vendo-se, por isso, incomodado mais tarde pelas consequências incômodas e danosas dessa **"escolha"**. É então que vai lhe acontecer procurar uma consulta, por exemplo para o que hoje chamamos uma "fobia escolar" ou uma "fobia social". Pelo menos se for ele quem tiver tomado a iniciativa para buscar resolver seus problemas, pois é mais frequente que sejam primeiro outros que se inquietem com sua sorte. Neste último caso, o mais corrente, portanto, o sujeito está evidentemente sem demanda, no pior simplesmente incomodado – ele ou aqueles que cuidam dele – pela **incompatibilidade entre o que é necessário** para apreender a realidade

[21] J. -L. Nancym "Sur la Shoah, 'il y a des images de voyeurs et des images-regards'", *Le Monde*, 28 janvier 2005. [NOTA DO LIVRO]

> escolar e esse **auto-erotismo no qual foi deixado comprazer-se**. Logo, o neo-sujeito, sempre à revelia evitando a subjetivação, não vai elaborar verdadeira demanda em que estaria engajado, ele virá oferecer à vista do outro seu mal-estar, mostrar seu comportamento do qual constata que não lhe traz as satisfações prometidas. Como o espaço que **deveria** tê-lo separado do Outro não está de fato constituído, é numa postura de aderência que ele se endereça ao que ainda é só para ele – a isso voltaremos mais em detalhe – um bagaço de Outro. Por conseguinte, podemos apreciar a nova dificuldade com a qual está confrontado o clínico, habituado a trabalhar a partir da demanda. (LEBRUN, 2008, p. 225, negritos nossos)

Reconstruamos a cena acima: os indivíduos prefeririam permanecer no prazer e não passar pelos dessabores que *seriam necessários* à aprendizagem, à subjetivação, etc., para tanto eles devem ser *forçados* a aceitar a "diferença de lugares". Neste ponto do texto a responsabilidade cai toda sobre os pais que não deveriam *deixar* a criança se "comprazer em seu auto-erotismo", esta seria a tendência natural do ser humano e, com isso em mente, as aspas na palavra "escolha" mostram sua razão de ser, posto que não é de fato escolha, mas na um simples *deixar-se levar pelo que é da natureza do ser humano*.

Temos delineada toda a uma normatividade psicanalítica: utilizando os conceitos de "auto-erotismo", "posição de sujeito", "subjetivação", "demanda", vai se definindo o que constitui um "sujeito de verdade" e o que falta (ou sobra) ao "neo-sujeito", além de apresentar quem é o responsável por esta falta e quando ela ocorreu. No final vemos que estas problemáticas dos pais gerarão dificuldades para os psicanalistas, que não estão acostumados a lidar com estes "pseudo-sujeitos", os "sem demanda". Dizendo mais sobre o comportamento destes pacientes, Lebrun continuará:

> Quando lhe acontece evocar seus **"traumatismos"**, como hoje costuma fazer, esse neo-sujeito sempre se apresenta como vítima. Na verdade, em sua história não costuma haver rastro algum do que **mereça de fato** ser chamado um traumatismo. Mas, como perdeu todo recurso à mediação significante, o sujeito está imerso em tal confronto direto com o real – num entre-dois "sem nome" – que efetivamente se vê numa **radical incapacidade** de confiar na língua, de recorrer às virtudes da linguagem para enfrentar suas dificuldades. (LEBRUN, 2008, p. 226, negritos nossos)

Atentemos aqui para o lugar do autor como aquele que julga o que merece ou não ser chamado de traumatismo, quem tem e quem não tem a "capacidade de confiar na língua", novamente quem conhece a *realidade* por detrás das aparências que enganam os "neo-sujeitos". Desta avaliação o autor depreenderá que aí reside uma falha que deve ser reparada, (mais) um *déficit* de formação do "neo-sujeito" e que "Há então todo um trabalho a ser feito para levá-lo [o neo-sujeito] a restaurar essa confiança na língua que o habita" (LEBRUN, 2008, p. 226).

4.3.3 – Síntese

A tônica (aliás repetida ao longo de todo o livro) é que as sociedades ocidentais contemporâneas não reconhecem mais o lugar de exceção, lugar este que seria condição para a existência da sociedade tal como a conhecemos até então. O autor não chega a afirmar em ponto algum do livro que este lugar deixou de existir, isto seria impossível por motivos internos à teoria lacaniana, mas defende, isso sim, que este lugar hoje não é mais reconhecido, transmitido como necessário, que hoje teríamos a ilusão de que o lugar de exceção seria dispensável. As relações entre cultura e indivíduo aqui são realmente muito sutis, a cultura apregoaria que este lugar não é mais necessário, ela mascararia sua existência, **convidando** o sujeito a renegá-la: vemos, portanto, que o sujeito, no limite, escolheria não reconhecer a existência do lugar de exceção, do Outro, na terminologia lacaniana.

Supostamente esta seria uma saída muito mais agradável em curto prazo, as frases do autor deixam a entender que a aceitação dos limites (da castração, em lacanês), seria dolorosa para o sujeito, que preferiria manter-se num estado de fusão com sua mãe (*mèreversion*); por outro lado, existe a "lógica arcaica", a obrigatoriedade inevitável de "subtração do gozo", com a qual todo ser humano deveria se adequar caso queira ser sujeito (e não "pseudo-sujeito"). A entrada da teoria (lacaniana) como fundamento da explicação acerca da realidade bem como dos problemas que ela enfrenta é clara e embasa também qual seria a postura correta a ser exercida por todos os participantes desta cena: o sujeito pode negar, por quanto tempo conseguir, que o lugar de exceção existe, mas ele é uma **condição humana**, inelutável, portanto, ao menos assim apregoa a teoria; os pais não devem ceder facilmente ao convite da cultura para não mais ocuparem o lugar de exceção, esta posição é necessária para que seu filho não caia nas drogas, no sexo compulsivo etc.; o psicanalista deve denunciar e sustentar esta necessidade, postura que será apresentada apenas nos capítulos seguintes ao analisado, mas que se torna

fundamental pois estes seriam talvez os únicos personagens ainda realmente convictos da necessidade de sua função para o bem-estar da sociedade.

O texto de Lebrun tem um tom de exortação, o modo como as questões são apresentadas coloca a psicanálise lacaniana como aquela que poderia nos livrar do engodo criado pela cultura: seja para estimular o consumo ou para exacerbar a individualidade, a cultura contemporânea estaria diminuindo a necessidade do lugar do Outro, do lugar de exceção, que historicamente teria sido ocupado por diversas figuras, notadamente o pai. Então os próprios pais não se achariam mais no direito de ocupar um lugar de exceção, lugar que seria estruturalmente necessário para advir o **sujeito** (novamente segundo a teoria lacaniana). Todos, exceto os psicanalistas (lacanianos), estariam absortos nesta falsa promessa de que é possível ser sujeito, e sujeito em sociedade, sem que exista lugar de exceção. Os exemplos (em sua maioria advindos do cinema, é verdade) trazidos no texto servem para mostrar como é falsa essa crença, servem para mostrar que, mais tempo ou menos tempo, a estrutura descoberta por Lacan fará sua aparição e o sujeito falhará, posto que não seria ainda sujeito *de fato*; quando este momento chegar será necessário um "Outro" (cujo modelo é o psicanalista) que consiga ocupar o lugar de exceção, que auxilie e sustente o "sujeito" em seu "caminho de subjetivação", que ele "aceite a linguagem" e "aceite a castração", que "reconheça o lugar do Outro" e, somente assim, venha a ser "sujeito de fato".

É interessante perceber que a cena construída no texto mostra que todos estariam *aparentemente* mais confortáveis nesta situação: os pais não teriam que ocupar mais a posição desagradável de impor a "castração" a seus filhos; os filhos, por sua vez, seguiriam achando que tudo é possível, que nada lhes pode ser negados já que a "falta" não lhes foi "inscrita" durante a infância; a sociedade/cultura também se beneficiaria, pois estes "neo-sujeitos" são consumidores por excelência. Entretanto a postura do autor é a de que tudo isto é uma ilusão que não pode durar muito tempo e que cobrará seu preço quando for desfeita: drogas, crimes, depressão etc. seriam os exemplos observáveis da não "subtração do gozo", o preço a ser pago por essa *ilusão de que o lugar de exceção não seria mais necessário*. Apenas o psicanalista não faz parte deste conluio de agradável desconhecimento, ele sustentaria uma posição de resistência, pagaria o preço até de ver minguar seus pacientes na clínica, e ocuparia esta posição por ter conhecimento sobre o que *realmente é o sujeito*, sobre pelo que ele *necessariamente deve passar para ser sujeito*, uma certeza teórica naturalizada que autoriza e sustenta toda a leitura, afirmações e atitudes do psicanalista.

5 – Conclusões

Na conclusão retomaremos brevemente o que é a cena contemporânea para cada autor e qual a distribuição de lugares para cada um dos personagens em ação, apontaremos as repetições mais amplas/gerais que pudemos encontrar nos três textos, fazendo relativizações dentro destas repetições para também dizermos o que poderia ser visto como realmente distinto nos três trabalhos analisados.

Para sermos bastante sintéticos diremos que a análise desenhou, no texto de Birman, o sujeito como uma versão empobrecida do sujeito "de verdade", que, segundo o autor, teria se apresentado no período freudiano. Neste discurso a subjetividade é apresentada como aquilo "dentro" do indivíduo, a "exaltação de si-mesmo" é mostrada como um esvaziamento no sujeito daquilo que o faz "sujeito de fato", e a palavra "esvaziamento" é fundamental para entendermos exatamente como o sujeito contemporâneo é apresentado no texto de Birman. Como se houvesse uma quantidade determinada e limitada de energia nos sujeitos, quanto mais ela fosse investida "fora", menos energia sobraria "dentro" para que o sujeito se afirmasse por si próprio; ele passaria, então, a depender da aprovação dos outros indivíduos da sociedade, aprovação que ele conquistaria pela "brilhantina eletrônica", pela "predação do corpo do outro", pelo uso de drogas etc.

Fica claro em Birman (2012) que o sujeito é só um e sempre o mesmo: aquele que tem um "dentro" forte (pensamentos e afetos singulares). Já o sujeito contemporâneo é apenas um sujeito enfraquecido. Por um outro ângulo (o da vida em comum), o sujeito contemporâneo desenhado neste discurso é alguém sem escrúpulos, é o sujeito da "predação do corpo do outro", um sujeito disposto a tudo para "exaltar seu próprio eu".

No texto de Lebrun também não existe um sujeito novo e nem poderia existir, já que o sujeito precisa ser sempre o mesmo posto que está assentado nos pressupostos lacanianos. Lebrun (2008) mostra, isso sim, um sujeito que não "paga o preço" para ser sujeito de fato, um pseudo-sujeito (neo-sujeito) que acredita poder viver sem "aceitar a falta", sem "passar pela castração". Teríamos hoje sujeitos enfraquecidos como em Birman (2012), sujeitos "porosos, sem verdadeira coluna vertebral, flutuantes, inteiramente tributários do ambiente, muito influenciáveis" (LEBRUN, 2008, p. 214), mas a grande diferença para com o sujeito desenhado

no texto de Birman é que o desenhado em Lebrun (2008) foi enganado pela sociedade, pelo "imaginário social", ou seja, o discurso de Lebrun não traz um sujeito ativo, que procuraria maneiras de "estetizar seu eu" como encontramos no texto de Birman. Para Lebrun (2008) o sujeito é vítima de um convite muito tentador: crescer sem passar pela "castração". Vemos aqui a diferença de lugares construídos pelos autores para o sujeito contemporâneo. Mais adiante retomaremos outras naturalizações que nos parecem subjacentes no discurso de cada um dos autores, por enquanto seguiremos na descrição dos lugares.

Vítima desta oferta, o sujeito perderia então o momento apropriado para "aceitar a falta" e seguiria seu caminho de maneira errática, "tateando" para entender a sociedade em que vive. Por outro lado, esse neo-sujeito eventualmente teria que aceitar a castração (posto que ela é um "invariante antropológico") mas, fora do tempo apropriado, este encontro com a "falta" seria muito doloroso e instável, esta dor seria perceptível nas síndromes do pânico, na violência, no uso de drogas.

Os pais possuem uma posição bastante curiosa, já que são responsáveis por não "inscreverem a falta" em seus filhos, mas também são vítimas desta sociedade que não legitima mais o "lugar de exceção", que eles supostamente deveriam ocupar. Teriam que ser pais muito fortes e esclarecidos para, sem o apoio da cultura vigente, sustentarem a posição que seus filhos precisam encontrar neles. Quando a maioria dos pais falharem, será o psicanalista que ocupará este lugar, ele ocupará o "lugar de exceção" que os pais não sustentaram a seu tempo.

Armony (2013) também fala de uma essência do ser humano, de questões atemporais (como os pensamentos singulares em Birman (2012), o lugar de exceção, a inscrição da falta, etc. em Lebrun (2008), entretanto advoga que apenas agora essa essência está podendo ser plenamente desenvolvida. Invertendo a lógica dos autores anteriores, segundo a qual as mudanças atuais deixariam o indivíduo sem elementos fundamentais para tornar-se sujeito pleno, aparece no discurso analisado de Armony que o sujeito da era vitoriana é que estaria privado de parte de sua natureza (os "elementos femininos"). Aos pais, reserva a responsabilidade de serem atentos e cuidadosos no trato com seus filhos, sob o risco de traumatizá-los ou de afastarem-se deles.

Enquanto Birman (2012) aponta para o contexto da sociedade, mídia, razão médica, Armony (2013) e Lebrun (2008) descrevem mais o contexto da família, trazendo as mudanças da sociedade como elementos que permitem ou inibem as atitudes desejáveis dos pais. Os autores, entretanto, estão em posições opostas ao avaliar os efeitos destas mudanças na educação dos filhos: o texto de Armony as traz como positivas, pois acompanhariam a evolução da sociedade e o discurso de Lebrun as apresentam como negativas, fonte de diversas

problemáticas sociais, pois impedem o desenvolvimento pleno do sujeito tal como previsto pela teoria lacaniana.

Os textos de Lebrun e Birman aproximam-se no tom apocalíptico da evolução da sociedade e trazem apenas elementos negativos para descrever estes sujeitos, eles estariam caminhando para as drogas, para o desrespeito generalizado ao próximo e para o consumo desenfreado; o discurso de Armony, por sua vez, traz as evoluções como positivas para o contexto atual, como libertação da tirania, maior criatividade etc.

Sobre a posição dada para a cultura, nos três autores ela é sempre exterior aos sujeitos, a cultura age nos sujeitos, não é criada por eles; estabelece-se, portanto, uma vetoração de forças "de cima para baixo" que diminui bastante a ação dos indivíduos.

Finalizando a reflexão acerca dos lugares, achamos fundamental destacarmos como o autor/psicanalista ocupa invariavelmente um lugar de exceção, um lugar de exterioridade frente ao que descreve. O psicanalista, nos três textos, ocupa uma posição praticamente idêntica àquela dos pesquisadores naturalistas, ou seja, de uma posição externa ele observa e descreve aquilo que se passa com a sociedade, com os sujeitos, com a cultura, entretanto nada disto se aplica a ele próprio: ele não é um sujeito formado desta maneira, tampouco sofre os engodos propagados pela cultura, ele é frequentemente quem pode salvar o sujeito dos efeitos desta sociedade.

Sobre a construção de argumentos, chama a atenção como estes são, quase que inevitavelmente, erigidos a partir da teoria e apenas ilustrados por alguns (realmente raros) exemplos empíricos; o outro pilar que sustenta o caráter de verdade das afirmações é a construção que os autores fazem de si próprios em seus textos (*ethos discursivo*): colocam-se como eruditos, clínicos experientes, críticos perspicazes da cultura e sociedade. É na articulação destes dois pilares que encontramos a base de toda a argumentação dos autores.

Os exemplos concretos e falas diretas dos pacientes ou personagens são ausentes, as vinhetas clínicas, os filmes e até mesmo a atitude dos médicos são trazidas já interpretadas, ou seja, não temos acesso ao "material bruto" a partir do qual os autores fizeram suas leituras, mesmo porque elas não aparecem como leituras, mas como realidade. Considere-se, como afirmamos, que os autores se desenham poderosos, perspicazes, habilidosos e validam como real, como fato, a teoria. Considere-se também que se apresentam para um público que, provavelmente, já os reconheçam e naturalizem como tal. Por que, então, essas construções discursivas que enredem a autoridade do autor e da teoria? Exatamente para dar autoridade ao discurso sobre o sujeito contemporâneo.

Trazendo as nuances de cada texto, vemos que Birman (2012) não possui qualquer exemplo empírico, e se caracteriza pelo fornecimento de interpretações já prontas, sem a

apresentação dos dados que lhe servem de base. Armony (2013) contempla um exemplo "clínico", mas, conforme já explicamos e justificamos durante a análise, este exemplo só é trazido para ilustrar aquilo que vinha sendo dito, ou seja, o fato não é contado para que possamos pensar sobre ele, os aspectos que servem de ilustração são retirados do contexto e apresentados já com sua interpretação embutida. Lebrun (2008), para sermos justos, contém quatro vinhetas de casos clínicos, mas delas não são tiradas conclusões ou transformam-se em base de argumentação; esta é feita através de filmes de diversos cineastas que supostamente conseguiram apreender a natureza dos fenômenos contemporâneos.

Outra modalidade de argumentação faz apelo ao "desenvolvimento histórico" de vários aspectos, seja da cultura, da sociedade, dos modos de subjetivação etc. Em todos os autores vemos que o argumento central é de uma certa exacerbação ou diminuição de algum componente sempre existente, ou seja, trazem em seu texto o momento germinal do comportamento (o comportamento egoísta, por exemplo), e apresentam sua evolução até chegarmos nos níveis supostamente prejudiciais com que nos depararíamos agora. Surpreendeu-nos ver que os autores não justificam qualitativamente as supostas diferenças contemporâneas, mas fornecem como explicação apenas mudanças quantitativas em aspectos da cultura e sociedade que sempre existiram. Por outro lado, os três autores advogam que "outros mecanismos psíquicos" estão atuando nos dias de hoje ("cisão", "denegação", "desmentido", "identificação dual-porosa"). O texto de Lebrun e Armony argumentam que isto se daria pela mudança nos modos de educação das crianças pelos pais, o de Birman, por outro lado, fala apenas de adultos já desenvolvidos.

Dizendo um pouco mais sobre o lugar do autor em cada um dos textos chegamos à conclusão de que estes autores são apresentados em seus discursos como aqueles que nos "revelam" coisas, nos mostram como as aparências podem enganar as pessoas em geral. Eles próprios não foram vítima de tal ilusão, perceberam e denunciaram os possíveis erros de interpretação. Em Birman (2012) observamos isto através da advertência de que seria um erro acreditar na exaltação da aparência que ocorre atualmente, ou seja, o lugar do autor é aquele de quem consegue perceber isto e alertar seus leitores sobre o que devemos ou não devemos acreditar; em Lebrun (2008) este lugar para o autor aparece na advertência de que, embora o lugar de exceção não seja mais figurados como necessários no "imaginário social", seria um erro acreditar nisto, ou seja, o autor consegue perceber novamente os equívocos que todos os outros deixam passar desapercebido; em Armony (2013) o lugar do "autor sagaz" aparece de uma forma distinta, mas fica clara quando ele adverte seus colegas psicanalistas que seria um erro compreender o comportamento "borderline" como patológico/problemático, pois este seria

adequado para a realidade contemporânea, aqui novamente temos o autor que sabe o que deve ser visto como patológico e o que não deve ser visto desta forma.

Não queremos nos prender aqui ao conteúdo destas advertências, mas sim destacar os lugares que elas distribuem nos livros: os autores ocupam o lugar daqueles que não são enganados pelas aparências, que podem perceber além delas e os leitores o lugar daqueles que precisam ser alertados para os perigos ocultos nestas aparências, pois não conseguiriam percebê-los sozinhos. Além e sobretudo, queremos enfatizar que é a teoria naturalizada que instrumenta esta "visão para além das aparências". Para sermos mais claros, é por naturalizarem a teoria, sem explicitarem isso ("o sujeito, segundo a teoria, é assim... deve passar por estas etapas e deste modo"), que os autores podem afirmar que as mudanças atuais são ruins, perigosas, enganosas ou benéficas, adaptadas etc.

Neste mesmo sentido, também é recorrente nos três autores, a banalização do dito como mascaramento da naturalização da teoria. Suas leituras são apresentadas como simples descrições da realidade e não como produções marcadas e delimitadas pela teoria utilizada por cada autor. Na construção de frases que apelam para a suposta banalidade de suas afirmações, para o caráter de "senso comum" delas, os autores emitem conclusões que supostamente dispensariam maiores fundamentações e exemplos. O embasamento das conclusões torna-se desnecessário pois os três autores constroem para si próprios um *ethos discursivo* forte e confiável, são sempre psicanalistas experientes, com grande bagagem intelectual e que conseguem perceber as coisas "para além das aparências".

Talvez o ponto que emergiu desta análise e que mais unifica os três textos seja a presença clara do que é um sujeito "de verdade". Os três autores trazem o que um sujeito deve ter, do que deve abrir mão, ou pelo que ele deve passar para atingir a plenitude da condição de sujeito. O texto de Birman e Lebrun afirmam que o sujeito de agora estaria cada vez mais distante do que seria um sujeito de fato, em Armony (2008) existe a defesa de que somente agora estaríamos testemunhando sujeitos que puderam desenvolver sua capacidade plena (incorporando atributos femininos no seu desenvolvimento). Em todo caso, a normatividade está posta e evidente nos três autores, seja quando recriminam aspectos da sociedade/cultura, seja quando instruem os pais sobre o que devem fazer com seus filhos.

Novamente mostramos aqui a naturalização da teoria e seus efeitos: tendo para si próprios o que deveria ser um sujeito, os autores direcionam críticas ou elogios à sociedade e aos pais, atribuem-se o papel de guias e salvadores dos sujeitos fracos, perdidos ou traumatizados, mas não apenas isso: dizem quais são os perigos que vislumbramos a frente, como evitá-los e o que acontecerá se ignorarmos seus avisos. A posição do psicanalista é

complementar à do sujeito contemporâneo: este está enfraquecido, aquele está firme; este está perdido, aquele sabe exatamente o que deve ser feito; este está ..., aquele está ...

Esta postura, que poderíamos chamar de "salvadora", chamou muito a atenção deste pesquisador, que não pensava haver posturas com uma conotação higienista ainda vigentes na produção psicanalítica. Somado a isso temos as descrições e categorizações dos "neo-sujeitos" de forma totalizante e sem contextualização, ou seja, estes sujeitos são descritos como sendo de uma certa forma, independentemente da situação que experimentam: "predam o corpo do outro", "tem um gozo aditivo", "é impulsivo" etc. Para que sejamos ainda mais claros diremos que a contextualização ausente nestes autores é aquela que gera sentidos a partir do contexto prático/empírico de cada situação, ou seja, as verdades que aparecem nos discursos acerca dos sujeitos contemporâneos não foram retiradas da análise de suas situações concretas, elas já estavam dadas por necessidades teóricas acerca de como um sujeito formado desta ou daquela forma funcionaria: daí os exemplos fornecidos serem apenas demonstrações das verdades já apresentadas, e nunca a fonte destas verdades.

Acreditamos que estes dois elementos combinados podem redundar no distanciamento entre o que é dito e vivenciado pelo paciente e aquilo que é ouvido pelo analista, entretanto infelizmente no presente trabalho não pudemos investigar as consequências práticas e objetivas desta naturalização na clínica concreta, trabalho que acreditamos ter um grande valor para a reflexão sobre que tipo de clínica se exerce quando uma normalidade é assumida, mesmo que de forma não declarada.

6 – Referências[22]

ARMONY, N. **O homem transicional: para além do neurótico & borderline**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

BATISTA, W. J. A perversão comum: viver juntos sem o outro. **Cadernos de Psicanálise - CPRJ**, v. 31, n. 22, p. 221–226, 2009.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade - a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BROUSSE, M.-H. A psicose ordinária à luz da teoria lacaniana do discurso. **Latusa digital**, n. 38, 2009.

CANIATO, A. M. P.; NASCIMENTO, M. L. V. A subjetividade na sociedade de consumo: do sofrimento narcísico em tempos de excesso e privação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 2, p. 25–37, 2010.

CARVALHO, G. M. M. DE. O Nome-do-Pai na Contemporaneidade: A Violência na Relação do Sujeito com a Falta. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. XIII, n. 3–4, p. 555–572, 2013.

COUGO, R. H. F. DO A.; TFOUNI, L. V. A constituição do sujeito na pós-modernidade e o consumismo. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. XI, n. 3, p. 1159–1185, 2011.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Eds.). . **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009a.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2009b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 2012.

GUIRADO, M. **A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

[22] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

GUIRADO, M. **Análise Institucional do Discurso como analítica da subjetividade**. São Paulo: ANNABLUME, 2010.

GUIRADO, M.; MARTINS-AFONSO, F.; CARAMICOLI, L. G. **Loucura e neurose em Freud: a cena originária da clínica psicanalítica em análise**. Curitiba, PR: Editora Appris, 2012.

GUTFREIND, C. A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 44, n. 3, p. 177–179, 2010.

HAROCHE, C. Maneiras de ser, maneiras de sentir do indivíduo hipermoderno. **Ágora**, v. VII, n. 2, p. 221–234, 2004.

JUNQUEIRA, C.; COELHO JÚNIOR, N. E. Freud e as neuroses atuais: as primeiras observações psicanalíticas dos quadros borderline? **Psicologia Clínica**, v. 18, n. 2, p. 25–35, 2006.

LAENDER, N. R. A construção do sujeito contemporâneo. **Cógito**, v. 6, p. 81–83, 2004.

LEBRUN, J.-P. **A perversão comum - viver juntos sem o outro**. Tradução Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LIBERMANN, Z. Patologias atuais ou psicanálise atual? **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 44, n. 1, p. 41–49, 2010.

LOWENKRON, A. M. Sobre a clínica psicanalítica da atualidade: novos sintomas ou novas patologias? **Rio de Janeiro**, v. 37, n. Revista Brasileira de Psicanálise, p. 993–1008, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MENDES, E. D.; PRÓCHNO, C. C. S. C. Corpo e novas formas de subjetividade. **Psyché**, v. jul-dez, n. 14, p. 147–156, 2004.

MONTES, F. F. A psicanálise hoje: produção de novas subjetividades? **Cadernos de Psicanálise - CPRJ**, v. 34, p. 171–192, 2012.

RAUTER, C. Invasão do cotidiano: algumas direções para pensar uma clínica das subjetividades contemporâneas. In: **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 63–72.

ROCHA, L. P. **As novas formas de subjetivação: a clínica psicanalítica e o sujeito contemporâneo**. In: VII SIMPÓSIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE DA UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.pgpsa.uerj.br/trabalhos%20completos/conlapsa.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013

ROSSITO, A. R.; FERRAZA, D. DE A. Os destinos do desejo e as novas formas de subjetivação. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 3, n. 1, p. 102–114, 2013.

ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SILVA JÚNIOR, N. DA; GASPARD, J.-L. Les subjectivités de notre temps. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 4, n. 1, p. 90–100, 2014.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O Sujeito da Psicanálise: Particularidades na Contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. XI, n. 2, p. 525–554, 2011.

UCHITEL, M. Novos tempos, novos sintomas: novo lugar para a transferência. **Percurso**, v. 2, n. 29, p. 21–26, 2002.